



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

SOLANGE MACHADO DE SOUZA

**O mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de
Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo**

RIO DE JANEIRO

2014



SOLANGE MACHADO DE SOUZA

**O mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de
Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como exigência
para a obtenção do grau de Mestre em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. José Maria Jardim

**RIO DE JANEIRO
2014**

SOLANGE MACHADO DE SOUZA

**O mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de
Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquivologia, na área de concentração *Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea* e na linha de pesquisa *Arquivos, Arquivologia e Sociedade*.

Aprovada em 19 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Prof. Dr. José Maria Jardim
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Interno:

Prof. Dr. Luiz Cleber Gak
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Externo:

Prof. Dr^a Lucia Maria Velloso de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Examinador

**Interno
(Suplente)**

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

**Externo
(Suplente)**

Prof. Dr^a. Sandra Rabel Gomes
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2014.

Dedico esse trabalho à memória de minha mãe, professora Deolinda Machado.

AGRADECIMENTOS

A minha família pela compreensão e pelo apoio demonstrado durante o percurso no mestrado, recheado de tantas ausências nas muitas idas e vindas à cidade do Rio de Janeiro. Também por entenderem meus momentos de concentração e isolamento para a obtenção deste resultado, sou grata.

A minha irmã Yael que de forma tão carinhosa esteve sempre presente, especialmente pelo acompanhamento prestado à sobrinha Esther nos períodos em que fiquei distante.

Ao Prof. José Maria Jardim pela oportunidade de ouvi-lo em sala de aula e, também, nos períodos de orientação, meu carinho e admiração. Foi uma honra ser sua orientanda.

Aos professores Luiz Cleber Gak e Lucia Maria Velloso de Oliveira pelas importantes contribuições prestadas no momento da qualificação, possibilitando o enriquecimento do trabalho final.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO, pelo crescimento proporcionado nos nossos encontros em sala de aula.

A amiga querida, minha sempre professora Rosa da Penha, pelo incentivo em todas as horas. Suas palavras de ânimo fizeram e fazem toda a diferença.

Aos amigos arquivistas do Estado do Espírito Santo pelas muitas contribuições. Em especial ao Marcos Rabelo que de forma tão paciente respondeu minhas solicitações prestando informações preciosas.

Ao Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo que me concedeu o tempo necessário para a realização do trabalho de pesquisa.

A Deus toda a honra.

“Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração, porque dele procedem as fontes da vida.”

Rei Salomão

RESUMO

Esta dissertação analisa o mercado de trabalho para o arquivista no Espírito Santo, na perspectiva do egresso do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo, lócus da pesquisa e instituição, responsável pela formação do profissional neste estado desde 2003. Pressupõe-se que há necessidade de adequação na formação deste profissional de forma a atender as atuais exigências do mercado de trabalho capixaba. Foram contemplados aspectos como: a relevância do ensino superior para o exercício laboral do arquivista; as bases institucionais da Arquivologia no Estado do Espírito Santo; as características do mercado de trabalho capixaba, no setor público e privado; e o perfil do egresso do curso de Arquivologia de 2003 a 2012. As principais categorias do quadro teórico contemplaram abordagens como a formação profissional, o mercado de trabalho e o perfil profissional. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada cujos procedimentos metodológicos consistiram no levantamento de fontes e primárias secundárias, além da aplicação e da análise de questionário para a identificação do perfil do profissional arquivista em atividade no Espírito Santo. Os resultados obtidos apontam para o reconhecimento, pelo egresso, de um mercado de trabalho potencial e em expansão no Estado do Espírito Santo. Identificou-se, também, que os egressos do curso de Arquivologia carecem de aprofundar conhecimentos na área arquivística e desejam, em sua maioria, realizar curso de pós-graduação.

Palavras-chave: Universidade Federal do Espírito Santo. Curso de Arquivologia. Mercado de trabalho. Arquivista. Ensino superior. Egressos.

ABSTRACT

This work characterizes the labor market available to the archivist in Espírito Santo State the perspective of the alumni of the Archivales Course of the Federal University of Espírito Santo. This Institution is the research locus and is responsible for the professional formation in this state since 2003. This work also assumed that the formation of this professional should be adequate to the present demands of Espírito Santo State labor market. This research to demarcate: (i) the relevance of high education to the practice of archivist labor; (ii) the institutional basis of Archival Practice in Espírito Santo State; (iii) the characteristics of labor market in private and public sectors in Espírito Santo State; and (iv) the profile of the alumni of the Archival course that graduated from 2003 to 2012. The main categories of theoretical frame approached the following perspectives: professional education, labor market and professional profile. The methodological procedures of this applied research consisted in the search of primary and secondary sources, as well as the application and analysis of a questionnaire to identify the professional profile of archivists in activity in Espírito Santo. Results pointed to a potential and expanding market in Espírito Santo in the view of the alumni. Results also identified that they feel the need to deepen their knowledge in the archival field; and most of them desire; to do a post-graduate course.

Key words: Federal University of Espírito Santo. Archivales Course. Market - Labor. Archivist. College – Formation Alumni.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Futuro do arquivista e dos arquivos	25
Quadro 2 -	Número de arquivistas com registro profissional no MTE	29
Quadro 3 -	Cursos de Arquivologia/Universidades públicas brasileiras	31
Quadro 4 -	Instituições de Ensino Superior no Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo	43
Quadro 5 -	A Extensão no Departamento de Arquivologia da UFES	46
Quadro 6 -	Projetos de pesquisa do Departamento de Arquivologia da UFES	47
Quadro 7 -	Critérios de análise da política de acompanhamento do egresso	48
Quadro 8 -	Disciplinas obrigatórias de conteúdo arquivístico	50
Quadro 9 -	Eventos arquivísticos no Estado do Espírito Santo: 2000 – 2012	52
Quadro 10 -	Distribuição dos trabalhadores no setor privado	56
Quadro 11 -	Distribuição dos trabalhadores no setor público	57
Quadro 12 -	Características comparativas entre os setores público e privado	58
Quadro 13 -	Crescimento populacional no Espírito Santo: 1960 - 2010	60
Quadro 14 -	Metas educacionais para o Espírito Santo: 2020 - 2030	62
Quadro 15 -	Editais de concurso público para atuação no Estado do Espírito Santo	63
Quadro 16 -	Requisitos exigidos para os cargos públicos	64
Quadro 17 -	Atribuições descritas nos editais dos concursos públicos	65
Quadro 18 -	Incidência das funções arquivísticas nos editais	66
Quadro 19 -	Concurso público para arquivista nas prefeituras municipais do ES	67
Quadro 20 -	Atribuições descritas nos editais dos concursos das prefeituras municipais do ES	69
Quadro 21 -	Incidência das funções arquivísticas nos editais dos concursos das prefeituras municipais do ES	71
Quadro 22 -	Oferta de trabalho para arquivista no setor privado	74
Quadro 23 -	Política de atendimento ao estudante	77
Quadro 24 -	Dados levantados com todos os egressos respondentes da pesquisa	80
Quadro 25 -	Razões apontadas para a não atuação como arquivista	84
Quadro 26 -	Egressos dos cursos de Arquivologia no Brasil: 1997 - 2010	86
Quadro 27 -	Características fundamentais ao perfil do arquivista na visão do egresso.....	104
Quadro 28 -	Comentários pontuados pelos egressos	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de associados à AARQES	39
Gráfico 2 -	Plano de investimento do Sistema FINDES	61
Gráfico 3 -	Egressos: gênero	81
Gráfico 4 -	Egressos: faixa etária	81
Gráfico 5 -	Egressos: município de residência	82
Gráfico 6 -	Ano de início e conclusão da graduação e Arquivologia	83
Gráfico 7 -	Atuação profissional como arquivista	84
Gráfico 8 -	Egressos: município de atuação profissional	88
Gráfico 9 -	Relação local de residência/local de trabalho	88
Gráfico 10 -	Presença do arquivista nos setores público e privado	89
Gráfico 11 -	Designação do setor de atuação	89
Gráfico 12 -	Área a que se joga o setor de atuação	90
Gráfico 13 -	Número de instituições em que já atuou	91
Gráfico 14 -	Contrato de trabalho	92
Gráfico 15 -	Denominação do cargo que ocupa	92
Gráfico 16 -	Horas/trabalhadas	93
Gráfico 17 -	Forma de ingresso na empresa atual	93
Gráfico 18 -	Tempo de serviço	94
Gráfico 19 -	Cursos de curta duração	95
Gráfico 20 -	Temas para cursos sinalizados pelo egresso	95
Gráfico 21 -	Graduações concluídas em outras áreas	96
Gráfico 22 -	Interesse por outra graduação	97
Gráfico 23 -	Pós-graduação concluída	98
Gráfico 24 -	Pós-graduação em curso	99
Gráfico 25 -	Área de interesse para cursar pós-graduação	100
Gráfico 26 -	Rendimento mensal	101
Gráfico 27 -	Grau de satisfação com o rendimento	102
Gráfico 28 -	Grau de satisfação com o local de trabalho	102
Gráfico 29 -	Oportunidade para participar de eventos	103
Gráfico 30 -	Relação teoria e prática	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARQUES - Associação de Arquivistas do Estado do Espírito Santo
APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DINTER - Doutorado Interinstitucional
FORUMDAM - Fórum Nacional de Arquivos Municipais
IDAF – Instituto de Defesa Agrpecuária e Florestal do Espírito Santo
IES - Instituição de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPAMV - Instituto de Previdência e assistência dos Servidores do Município de Vitória
LDB - Lei Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
MP - Ministério Público
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
ONG - Organização não Governamental
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RJU - Regime Jurídico Único
SEGER - Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Estado do Espírito Santo
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TC - Tribunal de Contas
TJ - Tribunal de Justiça
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UnB - Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A EDUCAÇÃO E SUA RELEVÂNCIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL ...	19
2.1 A FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA.....	23
2.1.1 A profissão do arquivista no Brasil	27
2.2 A GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL.....	30
2.3 A PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: MESTRADO PROFISSIONAL	33
3 A ARQUIVOLOGIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	37
3.1 O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	37
3.2 A ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	38
3.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	40
3.3.1 O curso de Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo	44
<i>3.3.1.1 O Currículo do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo .</i>	<i>49</i>
3.4 EVENTOS ARQUIVÍSTICOS NO ESPÍRITO SANTO: 2000 A 2012	51
4 O MERCADO DE TRABALHO E A INSERÇÃO DO ARQUIVISTA NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	54
4.1 MERCADO DE TRABALHO E EMPREGABILIDADE	54
4.2 A FORÇA DE TRABALHO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL	56
4.3 CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	59
4.4 PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO PARA O ARQUIVISTA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	63
4.4.1 O arquivista no Estado do Espírito Santo	63
4.4.2 O arquivista nas prefeituras municípios do Espírito Santo.....	67
4.4.4 O arquivista e o mercado de trabalho no setor privado	72
5 PERFIL DO EGRESSO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES	76
5.1 METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA PERFIL DO ARQUIVISTA EGRESSO DA UFES	77
5.1.1 A coleta de dados.....	78
5.1.2 O universo da pesquisa.....	79
5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	80
5.2.1 Características do egresso do curso de Arquivologia da UFES	80
<i>5.2.1.1 Gênero</i>	<i>81</i>

5.2.1.2 Faixa etária.....	81
5.2.1.3 Município de residência	82
5.2.1.4 Ano de início e conclusão do curso de Arquivologia na UFES.....	82
5.2.1.5 Atuação profissional na área arquivística	84
5.2.2 Campo de atuação	87
5.2.2.1 Município de atuação profissional.....	87
5.2.2.2 Natureza da instituição em que atua.....	89
5.2.2.3 Designação do setor em que atua	89
5.2.2.4 Área da instituição a que se liga o setor em que atua	90
5.2.2.5 Experiência profissional anterior como arquivista	91
5.2.3 A carreira profissional do arquivista graduado na UFES	91
5.2.3.1 Vínculo empregatício.....	91
5.2.3.2 Denominação do cargo que ocupa.....	92
5.2.3.3 Carga horária de trabalho	93
5.2.3.4 Forma de ingresso na empresa atual	93
5.2.3.5 Tempo de serviço na empresa atual	94
5.2.4 A formação continuada do egresso	94
5.2.4.1 Realização de cursos de curta duração.....	95
5.2.4.2 Área de interesse para realização de cursos	95
5.2.4.3 Outra graduação concluída.....	96
5.2.4.4 Interesse em cursar outra graduação.....	97
5.2.4.5 Curso de pós-graduação já concluído	98
5.2.4.6 Nível de pós-graduação em curso.....	99
5.2.4.7 Área do conhecimento da pós-graduação que pretende iniciar.....	99
5.2.5 Satisfação do egresso com a profissão	100
5.2.5.1 O rendimento do arquivista	101
5.2.5.2 Grau de satisfação com o rendimento mensal.....	102
5.2.5.3 Espaço físico do local de trabalho.....	102
5.2.5.4 Participação em eventos da área arquivística.....	103
5.2.5.5 Relação teoria e prática	103
5.2.5.6 Características fundamentais ao perfil do arquivista	104

FINALIZANDO O PERCURSO	108
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos egressos.....	119
ANEXO A – Grade Curricular do Curso de Arquivologia da UFES	122

1 INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado tem como tema o mercado de trabalho para o arquivista no Estado do Espírito Santo. Aborda, também, a identificação do perfil desse egresso, graduado no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) desde o início do curso, no ano 2000.

Foi a partir da década de 1990 que os cursos de graduação em Arquivologia proliferaram no Brasil. A preocupação com a formação de um profissional que atendesse às demandas do mercado de trabalho ganhou corpo e, com o passar dos anos, essa preocupação envolveu os docentes, das diversas instituições de ensino superior, responsáveis pela formação do arquivista em nosso país.

Tratando as questões relacionadas à educação arquivística, Szlejcher (2011, p. 40, tradução nossa) afirma que

A complexidade crescente das sociedades modernas vem criando novas necessidades para a administração em sua organização e métodos de trabalho; complexidade que se reflete na produção e na utilização da documentação. Também, e de maneira complementar, aparecem novas necessidades dos administradores ou da comunidade em relação ao acesso à informação.

Entretanto é preciso indagar: “Estamos adaptando a doutrina teórica e prática arquivística para as necessidades ou exigências que a sociedade atual requer em relação à documentação pública e privada?” (SZLEJCHER, 2011, p. 29, tradução nossa). Conhecer o mercado de trabalho, bem como identificar o perfil dos profissionais em atividade, é imprescindível ao direcionamento de ações que concorram para uma formação competente do profissional responsável pela gestão dos documentos arquivísticos.

Sobre a satisfação das necessidades da sociedade, Martín-Pozuelo (2004, p. 6, tradução nossa) acrescenta,

Para que esta disciplina [Arquivística] possa ser reconhecida por sua relevância política, social e econômica deve começar por defender um profissional que não seja definido somente por suas funções, mas também, por suas responsabilidades, muito relacionadas de acordo com esta definição com a satisfação de demandas muito concretas da sociedade, da cultura, da ciência e da economia de um país.

A pesquisa vai ao encontro dos poucos estudos já realizados, no Brasil, sobre a temática mercado de trabalho e, em especial da recente pesquisa da professora Kátia Isabelli Melo de Souza, publicada no ano de 2011. A pesquisadora aponta o início dos anos de 1990 como o período mais efetivo de ingresso do arquivista no mercado de trabalho no Brasil, e chama a atenção para a necessidade de identificação dos espaços laborais da área arquivística.

Segundo Souza (2011) essa identificação deve contar, principalmente, com a participação dos licenciados em Arquivologia, oriundos dos vários cursos de graduação do país.

A regulamentação da profissão de arquivista ocorreu no ano de 1978, seis anos após ter sido autorizado, pelo Conselho Federal de Educação, a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior.

Ainda de acordo com Souza (2011, p. 21)

Em 2008, a regulamentação da profissão de arquivista no Brasil completou 30 anos. Não obstante, a análise do comportamento dos arquivistas, seu perfil, sua imagem na sociedade e os reflexos em seu ambiente de trabalho são fundamentais para que se conheça o profissional em sua totalidade. [...].

Essa regulamentação acompanhou o avanço do número de cursos de graduação no Brasil e, também, contribuiu para a consolidação do espaço de atuação do profissional.

Segundo informação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os arquivistas com registro profissional no Brasil, entre os anos de 2000 e 2013, totalizam 1953 profissionais.

Em relação ao setor público já são em número considerável as oportunidades de trabalho facultadas mediante concursos públicos regionais e nacionais. É fato que a busca pela estabilidade no emprego, bem como os salários oferecidos no setor, vem atraindo os egressos para a área pública de atuação.

O presente trabalho enfoca três aspectos da Arquivologia: 1. a formação do arquivista em dois níveis, graduação e pós-graduação; 2. o mercado de trabalho para o profissional da área no Estado do Espírito Santo; 3. a identificação do perfil do egresso do curso de Arquivologia da UFES.

O objetivo geral da pesquisa foi pontuar as características do mercado de trabalho para o arquivista no Espírito Santo, sob a ótica do profissional graduado na UFES e que está atuando na área. Em relação à área pública buscamos identificar as oportunidades proporcionadas para atuação em instituições públicas no Estado do Espírito Santo e, particularmente, nas prefeituras dos municípios capixabas. Quanto à disponibilidade de vagas no setor privado, as poucas informações foram encontradas em meio eletrônico: jornal de emprego e página do Facebook.

Os objetivos específicos foram: apontar a relevância da formação superior para o exercício laboral do arquivista; registrar as bases institucionais da Arquivologia no Espírito Santo; relacionar características do mercado de trabalho para o arquivista no Espírito Santo; e, traçar o perfil do egresso do curso de Arquivologia da UFES.

Os objetivos traçados refletem indagações que foram se consolidando desde o início de nossa trajetória como estudante do curso de Arquivologia, em 2004, ao qual se somam os

anos do exercício profissional como docente iniciado no ano de 2009, em que observamos a importância de uma formação socialmente contextualizada e, por conseguinte, adequada ao mercado de trabalho. Segundo Lopes (2009, p. 385) não há mais lugar para posturas profissionais “[...] que se colocam alheias às transformações econômicas e tecnológicas que estão se operando, [...]” e que tornam complexo o cenário do exercício da profissão do arquivista na sociedade atual.

Importante ressaltar a relevância da pesquisa para fundamentar, orientar e definir iniciativas que possam fornecer aos arquivistas capixabas oportunidade para adequação de suas práticas, bem como prover o curso de Arquivologia da UFES de informações relevantes à adequação de seu currículo formativo.

Em um momento de busca pela cientificidade da área buscamos refletir sobre bases que possam contribuir para o reconhecimento cada vez maior da Arquivologia. Nesse sentido, a pesquisa foi pautada em procedimentos teóricos e metodológicos que acrescentassem, com racionalidade, aspectos relevantes à área arquivística, já que “O reconhecimento social de nossa profissão é – presume-se – um anseio de todos. Ele significa, por exemplo, melhores salários e a ampliação do mercado de trabalho” (LOPES, 2009, p. 38).

O marco teórico foi construído em torno das seguintes abordagens: educação superior, profissão do arquivista, mercado de trabalho e empregabilidade.

Em relação ao campo empírico da pesquisa, o lócus foi a Universidade Federal do Espírito Santo por se tratar do espaço de formação onde os egressos se graduaram para o desempenho de suas funções. O Estado do Espírito Santo e os municípios capixabas também foram contemplados na medida em que proporcionam o espaço de oportunidades para que o egresso do curso de Arquivologia da UFES exerça sua atividade laboral.

Em relação à metodologia utilizada para a realização do trabalho, optou-se pela pesquisa quali-quantitativa do tipo descritiva, por ser a que melhor se adéqua às características do estudo proposto.

A integração dos dados, qualitativos e quantitativos, permitiu tirar proveito das duas abordagens, evitando algumas limitações no decorrer da pesquisa.

A identificação dos profissionais graduados no curso de Arquivologia da UFES, e aptos ao exercício profissional, resultou de uma pesquisa documental realizada, no ano de 2012, junto ao arquivo da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da universidade. As informações solicitadas à PROGRAD foram: nome, telefone e e-mail dos egressos.

Sobre o universo da população, foco da pesquisa, registramos que o número de estudantes que ingressou no curso de Arquivologia da UFES, desde o seu início, no ano 2000

e até 2009, foram 260 (duzentos e sessenta). As evasões no período totalizaram 29 (vinte e nove) ou 11,2% do total e as causas pontuadas para essa evasão foram: desistência 23 (vinte e três); desligamento por três reprovações em uma mesma disciplina 5 (cinco); e falecimento 1 (um). Portanto, os egressos que constituem os sujeitos da pesquisa e que se graduaram no curso de Arquivologia na UFES, até o mês de julho de 2012, somam 231 (duzentos e trinta e um) alunos¹, ou 88,8% do total de ingressantes.

Para o levantamento dos dados foi preparado um questionário (APÊNDICE A), utilizando-se a ferramenta disponibilizada pelo Google Docs. Marconi e Lakatos (2009, p. 203) definem questionário como “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A escolha do questionário se deu por ser um instrumento de coleta de dados adequado para um número grande de pessoas. Entretanto, como qualquer outra ferramenta, apresenta vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens destacam-se: aplicabilidade em levantamento amplo da população geograficamente dispersa; pode ser enviado pelo correio, e-mail; poupa tempo e custo; dá maior liberdade ao respondente. E, dentre as desvantagens: a média de respostas pode ser baixa; não há como avaliar se o respondente entendeu a pergunta; não é possível saber se a resposta está completa, etc. (FIGUEIREDO, 1999).

A ferramenta, disponibilizada pelo Google, permitiu que o sujeito, alvo da pesquisa, respondesse as questões de forma imediata, no próprio documento recebido e via correio eletrônico. Favoreceu, também, a tabulação dos dados e construção de gráficos das questões fechadas, minimizando o tempo despendido nessa etapa do trabalho.

Após a elaboração final do instrumento de coleta de dados, encaminhamos aos egressos, via endereço eletrônico, o questionário composto por perguntas fechadas e abertas (APÊNDICE A). O procedimento de coleta de dados nos permitiu recolher as informações necessárias ao delineamento do perfil do arquivista graduado na UFES.

Destacamos que os egressos, que participaram da pesquisa, foram informados de que as informações registradas no questionário não seriam identificadas ou relacionadas aos seus respondentes.

A aplicação do questionário permitiu a identificação de características gerais do egresso graduado no curso de Arquivologia da UFES, do campo de atuação, da carreira profissional, da formação contínua desse egresso e da satisfação com a profissão que exerce.

¹ Informação fornecida pela Pró-Reitoria de Graduação da UFES (PROGRAD), em resposta à solicitação protocolada junto ao setor em 14 de nov. 2012. Nº do Processo: 23068.766909/2012-97.

A coleta de dados permitiu identificar, também, o número de egressos que não está atuando na área arquivística e as razões pontuadas para esta situação. Vale ressaltar que o tempo disponibilizado para o envio da resposta foi de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do envio do questionário via correio eletrônico.

Além da Seção 1, na qual já introduzimos o leitor nos aspectos gerais da pesquisa sobre o mercado de trabalho para o arquivista no Estado do Espírito Santo, as demais seções ficaram assim estruturadas: Seção 2 - apresenta a relevância da educação para a formação profissional; Seção 3 - aborda os aspectos relacionados à Arquivologia no Estado do Espírito Santo; Seção 4 - enfoca o mercado de trabalho e a questão da empregabilidade; Seção 5 - pontua o perfil do egresso do curso de Arquivologia da UFES; e, na última parte do trabalho registramos as considerações finais acerca do desenvolvimento e finalização do percurso da pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO E SUA RELEVÂNCIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação é condição para a vida em sociedade e não há como prescindir de seu valor para a formação do ser humano.

No ano de 1990, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) organizou a Conferência de Jomtien², na Tailândia. Enfatizou-se, nessa conferência, que o aprendizado tem início com o nascimento, implicando em cuidados de cunho educacional ainda na infância, “[...] proporcionados seja através de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais” (UNESCO, 1990, p. 5). Corroborando com o registro da Conferência de 1990, Alheit e Dausien (2006, p. 177) são categóricos em afirmar

Que nós aprendemos durante toda a nossa vida, é evidente. Desde nossos primeiros passos a de nossas primeiras palavras até a nossa idade mais avançada, fazemos experiências novas, adquirimos novos saberes e novas competências. Somos quase tão inconscientes do modo que temos de aprender, quanto do fato de respirarmos.

A Educação iniciada na infância, simultaneamente, informa a sociedade sobre o seu passado, lança as bases e faz surgir novas descobertas e avanços científicos no decorrer da história. Essa importância da Educação para a sociedade e que transcende o indivíduo e seus interesses particulares, “[...] é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência [...]” (NOÉ, 2000).

O relatório da Conferência de Jomtien, realizada em 1990, pontuou os instrumentos essenciais de aprendizagem, bem como os conteúdos educativos indispensáveis à sobrevivência do ser humano e, por conseguinte, da própria sociedade.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (UNESCO, 1990, p. 2).

A UNESCO, reconhecendo a importância da Educação, e a partir da Conferência de Jomtien, suscitou no ano de 1996, a elaboração de um *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* por entender que ela, a Educação, se constitui em um trunfo para o enfrentamento dos desafios do século XXI. Esses desafios resultam de tensões diversas: entre o global e o local, entre o universal e o singular, entre tradição e modernidade,

² A Conferência de Jomtien foi responsável pela elaboração da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, na qual ficou registrado que *Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.*

entre o longo prazo e o curto prazo, entre a indispensável competição e o respeito pela igualdade de oportunidades, entre o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação do homem, entre o espiritual e o material (DELORS et al, 2010).

Para a Comissão, responsável pela elaboração do Relatório da UNESCO, a Educação

[...] situa-se, mais do que nunca, no âmago do desenvolvimento da pessoa e das comunidades; sua missão consiste em permitir que todos, sem exceção, façam frutificar seus talentos e suas potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal (DELORS et al., 2010, p. 10).

O Relatório enfatiza que a Educação deve estar, também, a serviço do desenvolvimento econômico e social, voltada para a empregabilidade.

[...]. O sistema de formação profissional é acusado, frequentemente, como responsável pelo desemprego; tal constatação – em parte, procedente, – não deve sobretudo ocultar a necessidade de implementar outras exigências de ordem política, econômica e social, para que seja possível alcançar o pleno emprego ou permitir o impulso da economia nos países subdesenvolvidos. Dito isto, a Comissão pensa que cabe à educação construir um sistema mais flexível, com maior diversidade de cursos e maior possibilidade de transferência entre diversas modalidades de ensino ou, então, entre a experiência profissional e o retorno para aprimoramento da formação, [...] (DELORS et al, 2010, p. 11).

Para Delors et al. (2010) a necessidade de uma Educação contínua, permanente, é elemento basilar para a formação do cidadão do século XXI, devendo ser ampliada de forma a contemplar algumas vantagens como: flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço. “[...]. Ela deve permitir que cada um venha a tomar consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade profissional e nas estruturas sociais” (DELORS et al., 2010, p. 12).

O satisfatório desempenho profissional, segundo Delors (2010), decorre de três funções relevantes do processo educativo: aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos. Portanto, a Educação deve adaptar-se às mudanças sociais e “deve permitir que todos possam coletar, selecionar, ordenar, gerenciar e utilizar esse volume de informações e servir-se dele” (DELORS et al., 2010, p. 14).

Gohn (2006, grifo nosso) apresenta três modalidades pelas quais o processo educativo se materializa. Esse processo pode ser de caráter formal, informal e não-formal.

[...]. A **educação formal** requer tempo, local específico, pessoal especializado. Organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização seqüencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/ classe de conhecimento. A **educação informal** não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo

permanente e não organizado. A **educação não-formal** tem outros atributos: ela não é, organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

A importância da educação formal é reafirmada no *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*.

[...] nada pode substituir o sistema formal de educação que, a cada um, garante a iniciação às mais diversas disciplinas do conhecimento; nada pode substituir a relação de autoridade, tampouco o diálogo entre professor e aluno. Eis o que tem sido afirmado e repetido por todos os grandes pensadores clássicos que se debruçaram sobre os problemas da educação. Assim, compete ao professor transmitir ao aluno tudo o que a humanidade já aprendeu acerca de si mesma e da natureza, além do que ela tem criado e inventado de essencial (DELORS et al., 2010, p.12).

Langhi e Nardi (2009) descrevem como são os locais onde essa formação é ministrada e a forma como os conhecimentos são repassados. Segundo esses autores, a educação formal ocorre nos ambientes escolares de ensino, utilizando estrutura própria e planejamento “[...] cujo conhecimento é sistematizado a fim de ser didaticamente trabalhado. Por isso, as práticas educativas da educação formal possuem elevados graus de intencionalidade e institucionalização, sendo sua obrigatoriedade garantida em lei” (LANGHI; NARDI, 2009, p. 4403).

Dias (2010) aponta para as transformações ocorridas no final do século XX e início do século XXI, enfatizando a importância do desenvolvimento e aquisição de novas competências. Ela afirma que o conceito de competência está presente nos atuais programas e currículos escolares.

Os objectivos pedagógicos passam a visar as competências a adquirir pelos alunos ao longo do seu percurso académico. O processo de desenvolvimento e aprendizagem sublinha o progresso do conhecimento e da personalidade através da vivência de experiências significativas e de actividades pedagógicas cuidadosamente concebidas e planeadas (DIAS, 2010, p. 75).

O desenvolvimento da sociedade, principalmente em decorrência dos avanços tecnológicos alcançados a partir da 2ª Guerra Mundial, impõe ao educando habilidade para adaptação a mudanças, e capacidade de flexibilização ante os desafios impostos no novo século.

A educação na sociedade do conhecimento já não se situa, pois, num enquadramento de mera reprodução do conhecimento, a educação na sociedade do conhecimento, uma sociedade também de aprendizagem,

significa igualmente a produção do conhecimento, num contexto em que o desenvolvimento da actividade educativa envolve a adaptação as grandes mutações sociais, culturais e económicas criadas pela eclosão e disseminação das novas TIC, pressupondo da parte dos sistemas educativos, não apenas uma crescente flexibilização mas também uma maior diversificação dos meios e da oferta educativa (MIRANDA, 2007, p. 164).

No que diz respeito à educação formal, relativa ao ensino superior, argumenta-se que a ênfase, em nossos dias, recai sobre uma formação que capacita o indivíduo a criar, transferir e utilizar o conhecimento. Segundo Miranda (2007) já passamos da era industrial para a era da informação, na qual o capital humano e intelectual se destaca em detrimento do capital físico e da força de produção. Nessa perspectiva,

[...] o ensino superior e as suas instituições são confrontados com a necessidade de dar resposta a uma preparação que permita uma aprendizagem de inserção no trabalho, adequada e eficiente, que forneça ferramentas de flexibilidade e adaptabilidade critica a novas situações, bem como informações, conhecimentos, competências e capacidade de reflexão e análise, reforçando igualmente a sua integração na e [sic] interacção com a sociedade (MIRANDA, 2007, p. 165).

Portanto, é necessário um esforço de formação que se estende de forma contínua para que as necessidades da sociedade, tanto económicas, como industriais, culturais, sejam satisfeitas. Essa é, também, a posição de Costa (2001, p. 47), para ele “[...] a missão da universidade é alimentar e sustentar a sociedade do conhecimento”.

A Universidade, em qualquer sociedade, é uma instituição responsável pelo desenvolvimento económico. É, também, importante depositária e criadora de conhecimentos, bem como instrumento valioso de transmissão da experiência da humanidade, num mundo em que os recursos cognitivos

[...] tornam-se cada vez mais importantes do que os recursos materiais a importância do ensino superior e das suas instituições será cada vez maior. Além disso, devido à inovação e ao progresso tecnológico, as economias exigirão cada vez mais profissionais competentes, habilitados com estudos de nível superior (DELORS et al., 1998, p. 140).

Segundo o relatório apresentado à UNESCO, em 1998, cabe ao ensino superior, particularmente à Universidade, prover aos jovens uma formação que contemple as demandas do mercado de trabalho, diversificando a sua oferta:

- como local de ciência, como fonte de conhecimentos, com vista à pesquisa teórica ou aplicada, ou à formação de professores;
- **como meio de adquirir qualificações profissionais, conciliando ao mais alto nível, o saber e o saber-fazer, em cursos e conteúdos constantemente adaptados às necessidades da economia;**
- como recinto privilegiado da educação ao longo de toda a vida, abrindo as portas aos adultos que desejem retomar seus estudos, adaptar e enriquecer os seus conhecimentos, ou satisfazer seu gosto de aprender em qualquer domínio da vida cultural;

- como parceiro privilegiado de uma cooperação internacional, permitindo o intercâmbio de professores e alunos e facilitando, graças a matérias de caráter internacional, a difusão do que de melhor se faz no campo do ensino.

Deste modo, a Universidade ultrapassaria o confronto entre duas lógicas que é costume opor sem razão: a lógica do serviço público e a do mercado de trabalho. Reencontraria, também, o sentido de sua missão intelectual e social no seio da sociedade como uma das instituições que garantem os valores universais e do patrimônio cultural (DELORS, et al., 1998, p. 24, grifo nosso).

No que tange às novas perspectivas para a educação no novo milênio, novos conceitos estão surgindo, intrinsecamente relacionados com a utilização de redes digitais. São eles: educação virtual, ensino à distância, ensino distribuído, e-educação, aprendizagem eletrônica e aprendizagem em rede (MIRANDA, 2007).

À educação formal tradicional, ministrada em espaços físicos pontuais, vão se juntando esses novos formatos que exigem adequações, não apenas por parte do educando, mas também das instituições formadoras, dos professores e do governo, principal ator na conformação dos modelos e das políticas educacionais.

Em suma, a Educação é condição indispensável à formação do profissional que pretende satisfazer as exigências do mercado de trabalho no que concerne às habilidades e competências esperadas do profissional atuante no presente século.

2.1 A FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA

A compreensão do que seja um profissional foi se modificando no decorrer tempo. O desenvolvimento da sociedade fez com que a variedade de profissões, em todos os níveis, fosse aumentando de acordo com as demandas sociais e, apesar dos vários enfoques, as definições do que seja um profissional apresentam a noção de monopólio do conhecimento.

Tratando de questões relacionadas à definição do que seja um profissional, Cunha (2009, p. 97) afirma que “[...]. A formação garante o monopólio do conhecimento, dá acesso à qualificação e ao reconhecimento, conferindo ao profissional o direito de prestar serviços à comunidade. A formação é organizada e gerida pela profissão e constitui um dos traços característicos de cada grupo profissional”.

É fato que o profissional responsável pela organização e guarda dos registros sempre esteve presente na história, desde a Antiguidade. Nas civilizações pré-clássicas o arquivista era identificado como o guardião dos documentos e deveria saber ler, escrever, ser responsável e manter segredo da documentação sob sua custódia (RICHTER; GARCIA; PENNA, 1997).

Na Idade Moderna, quando se especializam os órgãos governamentais, novas competências são exigidas, isto porque “o profissional da documentação evoluiu nas funções e no conhecimento. Precisava ter conhecimentos jurídicos, da administração governamental e da chancelaria” (RICHTER; GARCIA; PENNA, 1997, p. 46).

A Idade Contemporânea viu surgir, em 1898, um importante marco para a Arquivologia, a elaboração e publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Para Ribeiro (2002, p. 99)

A autonomização disciplinar da Arquivística só a podemos situar em finais do século XIX. Com efeito, é a publicação, em 1898, do célebre ‘manual dos arquivistas holandeses’, que constitui o marco a partir do qual a Arquivística deixa de se configurar como um saber auxiliar da ciência histórica para encetar uma progressiva afirmação como disciplina de cariz marcadamente técnico, embora sem deixar de continuar a estar marcada pela matriz historicista.

Ainda segundo Ribeiro (2002), a vertente técnica da área arquivística teve seu desenvolvimento mais acentuado durante o século XX, como resultado de fatores que antecederam e mediaram as duas Guerras Mundiais, tais como: desenvolvimento tecnológico, acelerado crescimento da produção informacional e necessidade de valorização da informação administrativa. Esses fatores,

[...] criaram uma dicotomia entre os ‘arquivos históricos’ (archives), ao serviço da cultura e da noção emergente de património, e os ‘arquivos correntes’ (records) ao serviço das próprias entidades produtoras, opondo, de forma artificial, duas áreas profissionais que lidavam com o mesmo objecto de estudo e de trabalho (RIBEIRO, 2004, p. 4).

Aos aspectos técnicos relacionados à área arquivística, somam-se, na segunda metade do século XX e início do século XXI, novos desafios para o arquivista. A realidade do mundo virtual e dos novos fluxos informacionais, nas instituições, trouxeram novas demandas para esse profissional.

[...]. Os avanços tecnológicos, que têm lugar diariamente, refletem-se nas tarefas e serviços dos arquivos e os arquivistas devem manter uma atualização contínua a fim de seguir sendo profissionais reconhecidos e respeitados na sociedade. Enquanto existir produção de informação arquivística, novos espaços de trabalho serão abertos para a atuação dos arquivistas (SOUZA, 2011, p. 53).

O arquivista, na atualidade, deve receber uma formação que vá além do domínio técnico necessário à execução de suas atividades. O conhecimento teórico-científico é que facultará ao profissional as condições de se posicionar, criticamente, junto às organizações públicas e privadas em que atua.

[...] o fluxo quotidiano de informação nas empresas e demais organizações escapa ao olhar ‘ávido’ dos historiadores e pior do que isso, à intervenção profissional dos (poucos) arquivistas diplomados, incapazes pela sua

formação de base de competir no actual mercado em igualdade de circunstâncias quer com os informáticos ‘duros’ (associados ao *hardware* e à programação), quer com os especialistas em software aplicado à gestão organizacional, aos quais faltam, porém, um pensamento social crítico e uma postulação teórico compreensiva e interrogadora do processo informacional (SILVA, 2002, p. 26)

Alterações são comuns a todas as profissões e, repensar a trajetória, alterar as práticas, adaptá-las aos novos contextos é condição básica para o reconhecimento da profissão e do importante papel social do arquivista. Essa valorização decorrerá da capacidade de adaptação do profissional às novas demandas impostas pela sociedade contemporânea.

[...]. Precisamos saber transitar neste novo cenário informativo, aceitar as mudanças impostas pelo desenvolvimento tecnológico e ocupar um papel de destaque pela experiência acumulada que temos no uso e no trato com a informação. Temos a obrigação e a necessidade de nos prepararmos para este momento. Necessitamos entender os novos papéis que surgem, as necessidades informacionais e as novas formas de responder a estas necessidades utilizando novos métodos de trabalho. (CUNHA, 2000, p. 186).

Em trabalho realizado, pela pesquisadora Martín-Pozuelo (2010), sobre prospectiva arquivística foram apontadas questões que devem ser aprofundadas sobre o futuro do arquivista, e dos arquivos, bem como os futuros entornos relacionados ao desenvolvimento profissional.

Quadro 1 – Futuro do arquivista e dos arquivos

Questões	Objetivos
Está o profissional de arquivos preparado para enfrentar o futuro?	Fatores chaves que afetam o seu desenvolvimento.
Quais são suas atuais fragilidades?	Identificação de tendências de mudança. Desenho e criação de cenários.
Quais suas forças?	
Nova formação?	Desafios imediatos.
Como qualificá-lo?	
Que habilidades deve reforçar?	
Que novas habilidades deve adquirir?	Desafios futuros.

Fonte: Martín-Pozuelo, 2010, p. 213 (adaptação e tradução nossa).

Essas inquietações apontam para a necessidade de uma formação contextualizada, dinâmica e que englobe as diferentes competências requeridas no ambiente de trabalho.

Os perfis exigidos e apontados na literatura, para o profissional responsável pela gestão da informação arquivística, são os mais variados.

[...] *intérprete de cenários da informação, vendedor de serviços de informação, empacotador de informação, administrador da informação, provedor e facilitador da transferência da informação, tomador de decisões, ponte informacional, processador da informação* e tantas outras, refletindo concepções de gerência, de agregação de valor, de geração de um novo produto, e de organização e socialização do conhecimento (GUIMARÃES, 2000, p. 54, grifo do autor).

Além dos conhecimentos relacionados às tecnologias de informação, outras qualificações, de cunho pessoal, como adaptabilidade, pragmatismo, curiosidade intelectual também são apontadas na literatura:

[...]. 1. capacidade de análise e síntese, juntamente com uma aptidão particular de esclarecer situações complexas e ir ao essencial; 2. habilidade de formular claramente suas idéias, tanto de forma escrita como verbal; 3. capacidade de julgamento seguro; 4. aptidão para tomar decisões sobre questões ligadas à memória da sociedade; 5. abertura às novas tecnologias da informação; 6. bom senso para tomar resoluções; 7. adaptação à realidade, às condições de seu tempo e lugar (GRIMARD, apud BELLOTTO, 2012, p. 2).

Souza (2011) registra a necessidade que tem esse profissional de adaptar-se aos novos tempos chamando a atenção para outro aspecto, não menos importante, o do caráter social de sua função.

[...]. Além disso, exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários. Consequentemente, seu espaço de trabalho está garantido em toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte (SOUZA, 2011, p. 51).

Cunha (2000, p. 187) apontou as transformações ocorridas no mundo do trabalho no final do século XX. Para ele “[...] novos conceitos de organização do trabalho e do comportamento vão surgir em decorrência do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, em função das novas organizações sociais e das respostas dos indivíduos que trabalham em novos sistemas informacionais”.

Nesse contexto, um novo perfil é exigido para o arquivista. Cook (2012, p. 124) afirma que “[...] uma mudança no âmbito paradigmático da Arquivologia está de fato ocorrendo, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho”. E mais,

Os arquivistas devem ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular todas essas mudanças radicais na sociedade para então tratar conceitualmente do seu impacto na teoria, metodologia e prática arquivística (COOK, 2012, p. 139).

Tratando das questões relacionadas à formação do profissional, Giraldo Lopera (2009) apontou para a relevância de uma sólida preparação integral de cunho interdisciplinar, para além das matérias próprias da disciplina dos arquivos, e “[...] que lhe permita ler e entender a escrita, distinguir e descrever os tipos documentais e adentrar no momento histórico da instituição produtora”. E acrescenta que é preciso levar em conta os novos desafios da profissão de arquivista

[...] que nos últimos anos tem sofrido uma profunda transformação, fundamentalmente na área da gestão documental e no impacto das tecnologias da informação. É obvio que sem uma formação integral, o

arquivista se converterá em um simples guardião, sem entender nem o conteúdo, nem o significado dos documentos que guarda, e incapaz de compreender a integridade do fundo (GIRALDO LOPERA, 2009, p. 36, tradução nossa).

Essa formação precisa, também, ser ininterrupta. O documento intitulado *Directrices para la preparación de programas de estudio sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del RAMP*³ (Programa de Gestão de Documentos e Arquivos), publicado em 1982, já apontava para a importância da educação contínua para o profissional da área arquivística.

5.12 Educação permanente

Em uma época de rápidas trocas tecnológicas admite-se a necessidade de organizar cursos regulares de atualização e reciclagem. Nos países desenvolvidos os cursos são dados nas instituições acadêmicas e nas associações profissionais. Também convém estimular esta tendência nos países em desenvolvimento que frequentemente tem a possibilidade de organizar cursos breves com os recursos locais; mas nesses países geralmente quem toma a iniciativa é a instituição de formação (COOK, 1982, p. 26, tradução nossa).

À constatação da necessidade de um perfil profissional com muitas competências e habilidades segue-se outra, a de que esses profissionais ainda são em número insuficiente para suprir as demandas do mercado de trabalho no Brasil.

O ponto central parece ser o fato de a demanda do mercado não conseguir ser suprida pela quantidade de arquivistas formados com diploma de curso superior. Há ainda, sobretudo para os arquivos de natureza permanente, necessidade de um profissional com maior conhecimento interdisciplinar, o que pode ocorrer tanto no caso da formação ‘paralela’ — feita através de cursos de especialização, aperfeiçoamento e múltiplos workshops e minicursos ofertados pelas diferentes associações —, como pelo aperfeiçoamento do graduado em Arquivologia na mesma formação ‘paralela’, ou em uma pós-graduação *stricto sensu* (LOPEZ, 2008, p. 223).

Desde a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898, até os nossos dias, um longo percurso de desenvolvimento profissional foi trilhado. A profissão de arquivista foi se transformando para que sua ação pudesse ser compatível com as exigências da sociedade em seu tempo.

2.1.1 A profissão do arquivista no Brasil

A regulamentação da profissão de arquivista no Brasil foi obtida com a promulgação da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que *Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências*. A regulamentação da profissão

³ O *Records and Archives Management Programme* (RAMP) constitui-se de um conjunto de estudos no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), publicados entre 1979 e 1992, e divulgados com o objetivo de responder questões importantes para o desempenho do profissional arquivista.

se deu seis anos após ter sido autorizado, pelo Conselho Federal de Educação, a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior. A carga horária mínima prevista para o curso era de 2.160 horas/aula, distribuídas entre três e cinco anos.

A Lei 6.546/1978, em seu artigo 1º, estabelece que:

Art. 1º - O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, só será permitido:

I - aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;

II - aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei;

III - aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V - aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 hs. [sic] nas disciplinas específicas (BRASIL, 1978).

Quanto às atribuições do arquivista, elas ficaram assim descritas na Lei 6.546/1978:

Art. 2º - São atribuições dos Arquivistas:

I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;

II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;

VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;

X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;

XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978).

A Lei 6.546/1978, que regulamenta a profissão do arquivista, descreve em seu artigo 2º um conjunto de 12 (doze) atribuições em que a competência para a realização de planejamento se destaca.

É fato que essa competência, voltada para o planejamento, se traduz em uma atividade intelectual, exigindo do arquivista uma formação acadêmica que vai além de aspectos meramente técnicos.

Quanto ao número de profissionais arquivistas, registrados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil, entre os anos 2000 e 2013, sabe-se que são 1.953⁴ (Quadro 2).

Quadro 2 – Número de arquivistas com registro profissional no MTE

Região Sudeste	1008
Região Centro Oeste	370
Região Sul	305
Região Nordeste	266
Região Norte	4
TOTAL	1.953

Fonte: Coordenação de Identificação e Registro Profissional do MTE, 2014.

Vale destacar que dos 1008 (mil e oito) arquivistas com registro profissional na Região Sudeste, apenas 141 (cento e quarenta e um) tem registro concedido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo. Esse número representa 14% do total de registros na Região Sudeste e 7,2% do total de registros profissionais de arquivistas no Brasil.

A região Sudeste abarca 51,6% dos arquivistas registrados no MTE. Segundo Lopez (2008) é preciso, além de ampliar o número de arquivistas no Brasil, aferir o nível desse profissional que atua nos arquivos, considerando as especificidades do universo de sua atuação.

O fato concreto é que a quantidade de profissionais que poderia ser absorvida pela sociedade está muito acima da capacidade formativa dos cursos de especialização e de graduação em Arquivologia somados. É necessário que sejam criados mecanismos efetivos capazes de aferir o nível do profissional de arquivos, sempre levando em consideração as especificidades do universo de sua atuação, ao invés de se trabalhar com uma noção formalista de capacitação, testada apenas no âmbito das avaliações das disciplinas cursadas. [...] (LOPEZ, 2008, p. 229).

A profissão está regulamentada. O número de cursos de graduação nas universidades públicas passou de seis, em 1998 – para dezesseis em 2013. Entretanto, sem a realização de pesquisa não há como explicitar a demanda da sociedade pelo arquivista, e nem tão pouco

⁴ Informação recebida em 03 de janeiro de 2014, mediante solicitação encaminhada à *Coordenação de Identificação e Registro Profissional do MTE*, via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que registrou em sua resposta: “Informamos que, de acordo com o Sistema Informatizado do Registro Profissional (SIRPWEB), implantando nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE’s), Unidades desconcentradas Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e considerando o período de 01/01/2000 a 31/12/2013, esta Pasta concedeu 1.953 registros profissionais de arquivistas. Sobre o número de registros profissionais emitidos entre os anos de 1978 (ano de regulamentação da atividade profissional de arquivista) a 1999, destaca-se que essa informação está armazenada em livros, documentos que estão sob a responsabilidade e arquivados nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTE’s, que ficam localizadas nas capitais de cada estado da federação. Sendo assim, esclarecemos que devido à localização dos livros, esta Coordenação não possui o n° total de registros concedidos entre os anos de 1978 a 1999. Por isto, frisa-se que foi possível informar apenas o n° de registros de arquivistas emitidos a partir do ano 2000.”

precisar se sua formação, para o exercício laboral, é compatível com a necessidade do mercado de trabalho.

2.2 A GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Os cursos de graduação em Arquivologia são recentes no país. A década de 1990 foi o marco, “[...] quando da criação dos primeiros cursos de graduação nas universidades públicas: em 1977, na Universidade Federal de Santa Maria/RS e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e, em 1979, na Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ)” (RODRIGUES; MARQUES, 2005, p. 75).

Para Jardim (1999, p. 37), a reflexão “sobre a trajetória e perspectiva do ensino da Arquivologia no Brasil significa considerarmos, de um lado, o percurso da própria Arquivologia, fora e dentro do país e, por outro, os rumos da Educação e da Universidade”.

O primeiro curso foi criado em 1977 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), “[...] que encampou o Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional, e o segundo, o da Universidade Federal de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul” (OLIVEIRA, 2003, p. 48). A partir de então, outros cursos surgiram em razão das demandas percebidas pela, e na, sociedade contemporânea.

O curso de Arquivologia iniciado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, cujo currículo mínimo foi aprovado no ano de 1974, era composto de onze disciplinas, a saber:

Introdução ao Estudo da História
 Noções de Contabilidade
 Noções de Estatística
 Arquivo I – IV
 Documentação
 Introdução à Administração
 História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
 Paleografia e Diplomática
 Introdução à Comunicação
 Notariado
 Uma língua estrangeira moderna (JARDIM, 1999, p. 39).

Já o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criado pelo Parecer n.º 179/76 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFSM, foi instalado em março de 1977 com oferecimento de 25 (vinte e cinco) vagas anuais e com quatro habilitações: Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos e Arquivos Médicos, compreendendo 2.165 horas/aula e estágio de 200 horas a serem desenvolvidas num mínimo de três anos letivos, ou seis semestres.

O currículo mínimo do Curso de Arquivologia está legalizado através da Resolução n.º 28/74 do Conselho Federal de Educação (CFE), a qual fixa os conteúdos mínimos e a duração do Curso. Alicerçado nas matérias do currículo mínimo, fixado pela referida Resolução, o primeiro currículo do Curso dava ênfase ao binômio Administração e História com as Ciências Auxiliares da História (PROJETO, 2013, p. 7).

Desde o início, os cursos de Arquivologia procuraram atender as demandas da sociedade refletidas no mercado de trabalho.

Após a década de 1990, o cenário arquivístico brasileiro passou por importantes avanços. Jardim (2011, p. 58) elenca alguns elementos que marcaram positivamente esse período:

- a dimensão legal do acesso à informação arquivística contemplado na Constituição de 1988, na Lei de Arquivos (Lei 8.159, de 09 de janeiro de 1991) e outros instrumentos;
- as demandas sociais pela transparência da administração pública e o acesso à informação governamental;
- a politização do debate sobre os arquivos, apesar da quase inexistência de políticas públicas arquivísticas;
- a reconfiguração do associativismo profissional;
- a emergência de parâmetros tecnonormativos; e
- a diversidade de concursos públicos, legitimando a profissão de arquivista no Estado.

Em relação ao ensino e a pesquisa, vale observar a ampliação

- dos canais para a formação de arquivistas (fundamentalmente, a graduação, algumas experiências de pós-graduação *lato sensu* e a ausência de pós-graduação *stricto sensu*);
- dos eventos científicos na área;
- da produção de conhecimento nas universidades;
- do número de doutores, na universidade, envolvidos com a docência em arquivologia; e
- da difusão do conhecimento arquivístico.

Outros autores também registraram esse avanço da Arquivologia na década de 1990. Souza (2011, p. 7) ressalta, como elemento positivo para a área, o aumento dos cursos de graduação a partir do final da década de 1980, embora considere os 16 (dezesseis) cursos, hoje existentes, ainda insuficientes para atender à demanda nacional.

Importante ressaltar que, dos 16 (dezesseis) cursos de graduação em Arquivologia existentes nas universidades públicas brasileiras no ano de 2014, 13 (treze) estão em instituições federais e 3 (três) em instituições estaduais conforme explicitado no Quadro 3.

Quadro 3 - Cursos de Arquivologia/Universidades públicas brasileiras

Sigla	Nome da Instituição Federal	Estado/ Região
1. UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ/Sudeste
2. UFF	Universidade Federal Fluminense	RJ/Sudeste
3. UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	ES/Sudeste

4.	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	MG/Sudeste
5.	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	RS/Sul
6.	FURG	Universidade Federal de Rio Grande	RS/Sul
7.	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS/Sul
8.	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	SC/Sul
9.	UnB	Universidade de Brasília	DF/Centro Oeste
10.	UFBA	Universidade Federal da Bahia	BA/Nordeste
11.	UFPB	Universidade Federal da Paraíba	PB/Nordeste
12.	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	AM/ Norte
13.	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA/Norte
	Sigla	Nome da Instituição Estadual	Estado/ Região
1.	UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília)	SP/Sudeste
2.	UEL	Universidade Estadual de Londrina	PR/Sul
3.	UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	PB/Nordeste

Fonte: Flores; Pedrazzi; Rodrigues (2012, p. 166, adaptação nossa).

Desses 16 (dezesseis) cursos identificados no quadro acima, 3 (três) são da década de 1970: UNIRIO, UFSM e UFF. A década de 1980 não viu surgir nenhum curso, entretanto, a partir de 1991, com o início do curso na UnB, inaugura-se um novo período para o ensino da graduação em Arquivologia, com a criação de treze novos cursos.

Vale ressaltar que dos dezesseis cursos de Arquivologia existentes hoje no Brasil, dez estão localizados nas capitais dos estados e um deles no Distrito Federal. E mais, há uma concentração de cursos de graduação em Arquivologia nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, implicando numa concentração de profissionais nessas regiões e, conseqüentemente, uma carência de arquivistas nas demais regiões.

O crescimento do número de cursos reflete o anseio da sociedade pela organização de sua documentação arquivística. Sem gestão documental não haverá condição de promover o acesso às informações arquivísticas.

O direito de acesso à informação, preconizado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, foi reforçado com a publicação da nº Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (BRASIL, 2011).

O acesso à informação, um direito constitucional, só será possível se a documentação esquecida em arquivos e/ou depósitos, tanto das instituições públicas como das instituições

privadas, forem trabalhados pelos profissionais da área. Para enfrentar esse novo desafio de prover o acesso à informação e apresentar respostas às demandas, necessário se faz a participação e a existência, em número suficiente, de profissionais capacitados. Cabe às instituições de ensino superior, responsáveis pela formação do arquivista, não apenas em nível de graduação,

[...] consolidar um perfil profissional abrangente e integrar, a seus programas de formação, as habilidades necessárias e requeridas pela sociedade para o arquivista. Isto exige, em primeiro lugar, identificar em detalhes as demandas da sociedade e, em segundo lugar, considerar a evolução científica da disciplina em novos contextos que agora enfrenta (AGUDELO, 2012, p. 307).

É nesse contexto de novas exigências sociais, de crescimento do número de cursos nas universidades brasileiras e, também, do incremento da pesquisa na área, que uma demanda se consolida: a criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia.

2.3 A PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: MESTRADO PROFISSIONAL

A concretização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* é imprescindível ao avanço e consolidação de uma área do conhecimento. A Arquivologia, cujo primeiro curso de graduação foi criado em 1977, carecia de uma continuidade acadêmica que ampliasse as pesquisas na área e, também, facultasse ao graduado a possibilidade de uma qualificação que se estenda para além da graduação. O anseio pelo aprimoramento na formação arquivística é que levará o profissional à pós-graduação, e preferencialmente em sua área de formação.

Com o crescimento das instituições de ensino e também das pesquisas realizadas nas universidades, o campo da arquivologia vem se desenvolvendo. Ressalta-se que esse crescimento não visa atender apenas às necessidades de um fazer voltada a uma prática pontual, vai mais além.

[...]. Não se trata mais apenas de produzir conhecimento para um programa de classificação arquivística a ser estabelecido nos próximos dois anos. Agora é preciso também investigar e obter respostas que reorientem esses programas de classificação nos médios e longos prazos, em um quadro das redes de informação, face aos usos remotos dos acervos, políticas e práticas de governo aberto, por exemplo. Atuar com eficiência sob essa dinâmica requer investimento em pesquisa (JARDIM, 2012a, p. 136).

A pós-graduação *stricto sensu*, nas modalidades de mestrado acadêmico ou mestrado profissional e doutorado, favorece o fomento de novas pesquisas científicas, contribuindo para que respostas, a novos e antigos problemas, sejam apresentadas.

Na área arquivística estamos galgando os primeiros passos em nível de pós-graduação *stricto sensu* cuja opção escolhida, para o primeiro curso do Brasil, foi o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que iniciou as atividades dessa modalidade de mestrado no ano de 2012.

Vale destacar que a viabilidade da criação da modalidade *Mestrado Profissional* foi assegurada pela Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995, cujo texto introdutório apresenta o seguinte registro:

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o documento anexo, intitulado “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-graduação *Sensu* Estrito em Nível de Mestrado”, aprovado pelo Conselho Superior em sessão de 14/09/95, RESOLVE:

Determinar a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos [sic] à formação profissional, nos termos do referido documento, e do Parecer que o fundamentou, [...] (PORTARIA, 1995).

O mestrado profissional é uma experiência recente no Brasil, regulamentado pela Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro 2009, do Ministério da Educação, que dispõe sobre o Mestrado Profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, equiparada ao mestrado acadêmico, que

[...] responde a uma necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo mestrado acadêmico e não se contrapõe, sob nenhum ponto de vista, à oferta e expansão desta modalidade de curso, nem se constitui em uma alternativa para a formação de mestres segundo padrões de exigência mais simples ou mais rigorosos do que aqueles tradicionalmente adotados pela pós-graduação (COORDENAÇÃO, 2013).

A possibilidade da criação da modalidade mestrado profissional é uma realidade plausível desde a publicação da Portaria nº 47/1995. Mas, somente em 2012, a UNIRIO reuniu as condições necessárias para a criação do primeiro mestrado profissional em Arquivologia no Brasil. Espera-se que novos cursos sejam criados e que a demanda, pela formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia, possa ser atendida.

Com a proliferação dos cursos de Arquivologia, a partir de 1990, um número crescente de profissionais está concluindo a graduação a cada ano e em todas as regiões do país. A busca pela continuidade da formação tem fomentado a criação de cursos de pós-graduação na área.

A não existência de cursos de pós-graduação em Arquivologia tem lançado os profissionais, que buscam por esse tipo de formação, a outras áreas do conhecimento. A pós-graduação em Ciência da Informação tem sido a área procurada pela maioria dos arquivistas.

- a partir do final dos anos 1980, sobretudo, desenvolve-se um novo processo e um novo locus de produção do conhecimento arquivístico, identificados com a pesquisa de pós-graduação, em especial com programas de pós-graduação em ciência da informação (FONSECA, 2005, p. 11).

Sobre a procura pelos cursos de pós-graduação em ciência da informação, registra-se que foi a partir da década de 1990 que se consolidou o espaço de formação acadêmica da Arquivologia nas universidades que oferecem o mestrado em Ciência da Informação. Nessa década a pesquisadora observou, dentre outros fatores:

- maiores possibilidades de áreas de concentração em arquivologia nos cursos de pós-graduação existentes. Não se pode falar em aumento na oferta de cursos de pós-graduação na área arquivística, seja no âmbito dos cursos *lato sensu* ou *stricto sensu*, mas observa-se maior abertura dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em ciência de informação para tratar de questões relativas aos arquivos e à informação arquivística. (FONSECA, 2005, p. 71).

Aos 4 (quatro) cursos de pós-graduação apontados em 2005, somaram-se outros 7 (sete) cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no ano de 2013 no Brasil.

Na área da ciência da informação há 11 programas de pós-graduação, sendo 5 com mestrado e doutorado. Nenhum desses programas conta com linha de pesquisa que contemple especificamente a arquivologia.

[...].

A ausência de um programa de mestrado e doutorado em arquivologia parece ter provocado, nos últimos 15 anos, uma procura, por parte dos arquivistas, de programas de pós-graduação de outras áreas, sobretudo em ciência da informação (JARDIM, 2011, p. 66).

Análises sobre a questão relacionada à produção científica na área levaram Marques e Rodrigues (2011, p. 82) a afirmarem que “Embora ainda não exista um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia no país, a um número significativo de dissertações e teses com temas relacionados aos arquivos e à disciplina”.

Entretanto, pondera-se que os anseios da classe arquivística não são plenamente satisfeitos nos cursos realizados em outras áreas.

O conhecimento produzido pelos atores do campo arquivístico no Brasil favorece, junto às agências de fomento, os programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil, nas esferas quantitativa e qualitativa. Todavia, a Arquivologia e seu arcabouço teórico-metodológico parecem não ser plenamente abordados pela ciência da informação, ou seja, as temáticas arquivísticas não se encontram nas agendas de pesquisa, embora os programas de pós-graduação em ciência da informação aceitem pesquisas com estas temáticas (COSTA, 2012, p. 447).

Acerca dessa mesma pauta, destaca-se que a realização de pesquisas arquivísticas em outras áreas pode indicar uma fragilidade da área que precisa ser superada.

Mesmo não existindo no Brasil, programas de pós-graduação *stricto sensu* em arquivologia (**o que parece indicar uma fragilidade do campo**), são desenvolvidas dissertações e teses com temáticas arquivísticas em programas de pós graduação de várias áreas, a partir de 1972, [...] (MARQUES; RODRIGUES, 2011, p. 82, grifo nosso).

Em pesquisa realizada sobre a produção de teses e dissertações, com temática arquivística (SILVA apud JARDIM, 2011), registradas no banco de teses do portal de periódicos da Capes, constatou-se que dos 97 (noventa e sete) trabalhos realizados, entre dezembro de 2007 e março de 2008, 43% vinculam-se à Ciência da Informação; 17,5% a História; 7% a Educação; 6% a Administração; e 5% a Memória Social e Documento.

Sobre os resultados da pesquisa realizada, com base nessas 97 (noventa e sete) dissertações e teses, argumenta-se a necessidade da existência de cursos de pós-graduação em Arquivologia como elemento imprescindível à institucionalização do campo arquivístico.

A oferta de mestrados em arquivologia provocariam uma alteração nesse quadro? Possivelmente sim, a médio e longo prazos. Trata-se, portanto, de uma demanda a ser considerada na pauta da discussão sobre os rumos do campo arquivístico no Brasil. Enquanto não contarmos com programas de pós-graduação *stricto sensu* na área, dificilmente a pesquisa em arquivologia no Brasil terá uma [sic] papel central na institucionalização do próprio campo (JARDIM, 2011, p. 68).

Muitos benefícios poderão decorrer de uma formação *stricto sensu* voltada para a Arquivologia: incremento da pesquisa na área, reconhecimento da arquivologia enquanto campo científico, perfil profissional com maior qualificação.

[...]. Trata-se de um requisito para que se alcance novos patamares no processo de institucionalização da Arquivologia como campo científico no Brasil. Além disso, não se pode negligenciar os evidentes sinais de que o país requer arquivistas cada vez mais qualificados, capazes de responder às demandas mais diversas da sociedade e do estado brasileiro (JARDIM, 2012b, p. 193).

As reflexões desenvolvidas, voltadas para o crescimento da Arquivologia, e a constatação do crescimento da área e da necessidade de profissionais mais capacitados, fomentaram e alimentaram o desejo pela criação da pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia no Brasil, hoje uma realidade.

3 A ARQUIVOLOGIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cabe à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a responsabilidade pela formação dos profissionais que irão atuar na organização dos documentos arquivísticos no Estado. Entretanto, não é apenas da Universidade a responsabilidade pelo reconhecimento da Arquivologia e do arquivista frente à sociedade capixaba. A importante tarefa de reconhecimento da profissão será mais efetiva se as instituições, envolvidas diretamente com a área arquivística, se envolverem nessa demanda pelo reconhecimento.

Nesse sentido, além do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo, destaca-se o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), instituição arquivística que vêm contribuindo com esse processo de reconhecimento.

3.1 O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo foi criado a 18 de Julho de 1908, pelo decreto nº 135 do então Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro. É uma instituição centenária que conta com aproximadamente 11 (onze) fundos documentais, de valor permanente, em função do seu valor probatório ou informativo. A maior parte da documentação é oriunda do Poder Executivo Estadual ou de instituições a ele vinculadas.

Dentre os projetos realizados pelo APEES destacam-se: o Projeto *Imigrantes Espírito Santo*, iniciado no ano de 1995, cujo objetivo é atender à demanda expressiva de descendentes de imigrantes que procuram, no arquivo público estadual, o documento arquivístico que permite o resgate de suas origens; outro projeto importante abraçado pelo APEES, em dezembro de 2008, foi o Projeto *Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil*⁵ (ARQUIVO, 2013).

De muitas formas, o APEES tem contribuindo com o crescimento da Arquivologia no Estado do Espírito Santo. Eventos na área arquivística - seminários, oficinas, encontros - vêm sendo organizados pelo APEES e em parceria com departamento de Arquivologia da UFES desde a criação do curso no ano 2000. Vale destacar a parceria APEES/UFES na quarta edição do Congresso Nacional de Arquivologia (IV CNA), realizado na cidade de Vitória, no ano de 2010.

⁵ Uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, coordenado pelo Arquivo Nacional. O APEES foi um dos primeiros signatários do projeto que visa organizar, catalogar, descrever, reproduzir e publicar os documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Social e Política do Espírito Santo (DOPS/ES) durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) (ARQUIVO, 2013).

Também, vale ressaltar a importância do APEES como espaço auxiliar a formação dos alunos do curso de graduação em Arquivologia da UFES que encontram, na instituição, a acolhida necessária à realização de estágios, visitas técnicas, ou mesmo na realização de pesquisas para elaboração de trabalhos de conclusão de curso.

3.2 A ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Associação de Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES), fundada em 15 de março de 2005, pontua no Capítulo 1 de seu Estatuto 12 (doze) finalidades para a sua criação, a saber:

Art. 2º - A AARQES tem por fim:

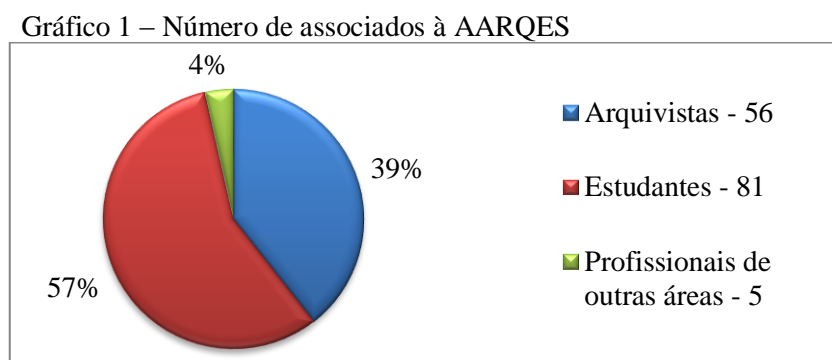
- I. Contribuir e implementar ações para o desenvolvimento da Arquivologia, aperfeiçoamentos técnicos, científicos e cultural dos profissionais de Arquivo;
- II. Cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, em questões relacionadas com os arquivos;
- III. Promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico;
- IV. Organizar, apoiar e divulgar congressos, conferências, exposições, palestras, seminários, cursos de capacitação e treinamento, mesas redondas e outros eventos técnicos, científicos e culturais no campo arquivístico, no Brasil e no exterior;
- V. Publicar e disseminar literatura de interesse arquivístico;
- VI. Firmar convênios e prestar assessoria e serviços técnicos aos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como a entidades privadas;
- VII. Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres, no Brasil e no exterior;
- VIII. Colaborar com os arquivos, os Conselhos de Arquivos e os Conselhos e Associações profissionais no âmbito internacional, nacional, federal, estadual, do Distrito Federal e municipal no desenvolvimento de políticas de arquivo;
- IX. Promover e apoiar ações que visem ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no campo da Arquivologia;
- X. Congregar profissionais de arquivos e áreas afins, defendendo seus interesses;
- XI. Divulgar informações de interesse dos associados;
- XII. Conferir títulos, certificados, entre outras homenagens a profissionais e instituições que se destacarem no campo da Arquivologia (ASSOCIAÇÃO, 2005, p. 1).

O primeiro presidente da AARQES foi o arquivista e historiador André Malverdes. A gestão do primeiro presidente foi realizada em dois mandatos: de 2005 a 2007 e de 2007 até o mês de março do ano de 2009.

O segundo presidente da AARQES, o arquivista Marcos Prado Rabelo, também ocupou o cargo por dois mandatos, de 2009 a 2011 e de 2011 até o mês de março de 2013. O atual presidente, eleito em Assembleia no mês de março de 2013, é o arquivista Patrick Rocha. Todos os três presidentes realizaram suas graduações na UFES.

No mês de setembro de 2011 foi realizado um importante fórum, organizado pela AARQES, na cidade de Vitória. O Fórum Nacional de Arquivos Municipais (FORUMDAM) teve como objetivo “reunir os profissionais de várias áreas na perspectiva de debatermos e ampliarmos as políticas e ações que dizem respeito à gestão pública municipal em todo o Brasil” (FÓRUM, 2013). Um total de vinte (20) municípios, de 7 (sete) estados da federação e o Distrito Federal estava representado no FORUMDAM: 8 (oito) municípios do estado do Espírito Santo; 3 (três) de Minas Gerais; 2 (dois) da Paraíba; 2 (dois) do Rio de Janeiro; 2 (dois) de São Paulo; 1 (um) do Amazonas; 1 (um) de Santa Catarina; e o Distrito Federal.

O número de associados à AARQES⁶, está demonstrado no Gráfico 1.



Fonte: Informações do presidente da AARQES, ago./2013.

Registra-se, no mês de julho de 2013, um número total de 142 (cento e quarenta e dois) associados. Destes, 56 (cinquenta e seis) são arquivistas, 81 (oitenta e um) são estudantes do curso de Arquivologia da UFES e 5 (cinco) são profissionais de outras áreas,

Constata-se o reduzido número de graduados em Arquivologia (39%), em relação ao número de estudantes (57%) associados.

Vale destacar que dos 231 (duzentos e trinta e um) arquivistas, graduados na UFES até julho de 2012, menos de 24% faziam parte do quadro de associados da AARQES até o mês de março de 2013. Os números demonstram a carência de uma maior legitimidade da AARQES junto aos arquivistas graduados na UFES. O levantamento das razões dessa não adesão auxiliaria na inversão desse percentual mediante ações direcionadas em função desse levantamento.

⁶ Dados fornecidos pelo arquivista Patrick Rocha, presidente da AARQES, eleito em março de 2013.

3.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

De 1850 a 1950 o Estado do Espírito Santo foi extremamente dependente da relação com a agricultura cafeeira. A monocultura do café não permitiu uma alteração relevante no dinamismo econômico do Estado (LOUREIRO, 2005).

Alguns dos entraves à instalação de indústrias no Estado do Espírito Santo, do final século XIX ao início do século XX, foram: escassez de mão de obra qualificada, precariedade dos meios de transporte, fragilidade do mercado local e desinteresse das oligarquias regionais pela atividade industrial (INSTITUTO, 2006).

O contexto socioeconômico não propiciou a criação de instituições de ensino superior no Estado até 1930. Apenas duas experiências ficaram registradas: Instituto de Belas Artes em 1909 e Instituto de Música em 1923. Entretanto, “Por não terem se adequadado às normas que regulavam o ensino superior à época, estas instituições não tiveram continuidade” (INSTITUTO, 2006, p. 25).

Somente em 1930, organizam-se as duas primeiras escolas superiores que irão permanecer, a faculdade de Farmácia e de Odontologia.

[...]. A Faculdade de Direito foi criada em 1931, oficializada como estadual em 1935, e federalizada em 1950. [...].

O Decreto nº 1.366, de 26 de junho de 1931 cria o curso de Educação Física que, em 1936, transforma-se na Escola Superior de Educação Física. Esta considerada a primeira escola superior civil de Educação Física do Brasil (INSTITUTO, 2006, p. 25).

Em 1944 a faculdade de Farmácia e Odontologia é extinta e o ensino superior no Estado ficou restrito às Faculdades de Direito e de Odontologia até o ano de 1950 quando, então, a faculdade de Farmácia voltou a funcionar (INSTITUTO, 2006, p. 25).

Foi com o início do processo de diversificação econômica, a partir de 1950, que no Estado do Espírito Santo começaram a surgir novas instituições de ensino superior:

[...] em 1951, a Escola Politécnica, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola de Belas Artes; em 1952, o Instituto de Música; em 1953, a Escola de Auxiliares de Enfermagem e o Instituto de Tecnologia. [...] a diferença essencial entre as instituições que surgiram na década de 1930 e as que foram criadas a partir de 1950, é que estas últimas resultaram da preocupação do poder público com a oferta do ensino superior (INSTITUTO, 2006, p. 26).

No início do ano de 1952, o então governador do Estado do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, dirigindo-se à Assembleia Legislativa declarou, “Providências estão sendo encaminhadas no sentido de reservar, desde logo, áreas de terreno para a futura cidade universitária em que se reunirão, oportunamente, todos esses estabelecimentos de ensino

superior” (BORG, 1995, p. 22). E, para a concretização dessa meta foi criado pelo decreto nº 1.236, de 8 de abril de 1953, o Conselho de Ensino Superior.

Em sua primeira reunião, realizada em 15 de setembro de 1953, examinou o Conselho o esboço do anteprojeto de lei de criação da universidade, apresentado pelo secretário da Educação e Cultura. O anteprojeto foi aprovado pelo Conselho, que tomou também conhecimento de que o governo já tinha reservado uma área de 120 hectares, na região de Maruípe, para sediar a futura instituição (BORG, 1995, p. 23).

Foi o projeto de Lei nº 806, de 5 de maio de 1954, que criou a Universidade do Espírito Santo, a partir da agregação das faculdades e escolas já existentes. Para BORG (1995) a criação da Universidade do Espírito Santo seguiu a linha das universidades brasileiras que se constituíram, na sua maioria, a partir de faculdades e/ou escolas pré-existent.

A Universidade do Espírito Santo teve como primeiro reitor, nomeado a 22 de maio de 1954, o professor Ceciliano Abel de Almeida e, a instalação solene da Universidade se deu a 26 de maio de 1954.

Em 1958, em razão de dificuldades encontradas para o efetivo reconhecimento da Universidade do Espírito Santo em nível estadual – tais como a paralisação das atividades da Reitoria e do Conselho Universitário – canalizaram-se esforços visando a transferência da instituição para o sistema federal de ensino. Por força da situação, em novembro de 1960, a Assembleia Legislativa recebeu um projeto “[...] em que se propunha a transferência para a União dos ‘bens imóveis, móveis e direitos dos estabelecimentos públicos que integram a Universidade do Espírito Santo’” (BORG, 1995, p. 35).

No dia 15 de dezembro de 1960, o Presidente da República Juscelino Kubitschek, “encaminhou ao Congresso Nacional o projeto que instituiu a Universidade do Espírito Santo”. A tramitação no Congresso foi rápida e, na sessão de 19 de janeiro de 1961, “foi lido o projeto já contendo os pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; de Finanças; e de Orçamento e Fiscalização Financeira” (BORG, 1995, p. 38).

Finalmente, aprovado nas duas casas do Congresso, o projeto foi encaminhado à sanção presidencial, o que aconteceu em 30 de janeiro de 1961, tomando a lei o número 3.868, e sendo provavelmente, o último ato praticado pelo presidente Juscelino Kubitschek [naquele dia], pois teria ocorrido, dizem testemunhas, quando o mesmo já deixava o palácio presidencial (BORG, 1995, p. 39).

No meado da década de 1960, eram dois os focos de atenção da Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo: “a reestruturação acadêmico-científica e administrativa da Universidade e a construção do campus universitário de Goiabeiras, onde planejava instalar todas as unidades” (BORG, 1995, p. 47).

É fato que “A federalização ocorreu em 30 de janeiro de 1961, pela Lei nº 3.868, quando se constituiu a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)” (INSTITUTO, 2006, p. 26). Entretanto, vale destacar que foi somente em 1965 que a Universidade do Espírito Santo passou a ser denominada de *Universidade Federal do Espírito Santo*, quando a “A lei nº 4.759, de 22 de agosto de 1965, determinou que as universidades, mantidas pela União e vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados seriam qualificadas de federais e teriam a denominação do respectivo Estado” (BORGIO, 1995, p. 46).

Em 1967 tem início a construção dos primeiros pavilhões no campus de Goiabeiras. No ano seguinte foi assinado o decreto federal nº 63.577, de 8 de novembro de 1968, que extinguiu as antigas faculdades e escolas, dando origem aos oito centros da então Universidade Federal do Espírito Santo, a saber:

- Centro de Estudos Gerais;
- Centro de Artes;
- Centro Tecnológico;
- Centro Agropecuário;
- Centro Biomédico;
- Centro de Educação Física e Desportos;
- Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; e
- Centro Pedagógico (BORGIO, 1995, p. 48).

Coube ao reitor Máximo Borge Filho, nomeado em 18 de junho de 1971, a tarefa de dar início à implantação da reforma estrutural da Universidade Federal do Espírito Santo, conforme fixava o decreto nº 63.577, de 8 de novembro de 1968. Tal reforma, porém, não se constituía em uma simples tarefa,

Tendo em vista que se aproximava o prazo limite de três anos, estabelecido pela lei nº 5.540/68, para a adoção do vestibular unificado e, conseqüentemente, das demais medidas complementares que a nova estrutura da universidade exigia, teve de buscar um conjunto de ações emergenciais, num curto período de menos de seis meses [...] (BORGIO, 1995, p. 50).

Entre os anos de 1976 e 1994 consolida-se a implantação da nova estrutura acadêmica resultante da reforma de 1966-1968. A configuração dos campi, de Maruípe e Goiabeiras, assumem contornos definitivos e nesse período inicia-se, também, a interiorização da universidade que chega aos municípios de Alegre, São José do Calçado, São Mateus e Nova Venécia (BORGIO, 1995).

Registra-se que, em junho de 1966, a universidade recebeu a visita do professor Rudolph P. Atcon responsável por elaborar um plano de reestruturação para a universidade. Esse plano foi apresentado no mês de dezembro de 1966. A recomendação de Atcon era a

departamentalização, pois “[...] as unidades universitárias devem constituir-se em conjuntos administrativos de materiais afins, que servem funcionalmente a uma série de finalidades didáticas e/ou científicas [...]” (BORGO, 1995, p. 75).

A implantação da reforma na Universidade Federal do Espírito Santo se daria a partir de outubro de 1971. “Naquela oportunidade foram aprovadas as seguintes medidas pelo Conselho Universitário: Normas para o Vestibular Unificado de 1972; Cronograma de Implantação da Reforma Acadêmica; Instalação do Centro de Estudos Gerais; e Instituição da Coordenação Geral do Ciclo Básico [...]” (BORGO, 1995, p. 79).

Vale destacar que as primeiras faculdades particulares no Espírito Santo foram criadas somente na década de 1970. A partir da década de 1990 se intensificou a expansão do ensino superior no Estado, quando 31 (trinta e uma) novas instituições surgiram, sendo apenas 1 (uma) pública federal - o Centro Federal de Educação Tecnológica.

Segundo o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano de 2012, o Estado do Espírito Santo conta com um total de 88 (oitenta e oito) instituições de ensino superior. Destas, apenas 4 (quatro), ou 4,5%, são instituições públicas de ensino e 1 (uma) delas é a Universidade Federal do Espírito Santo⁷.

O Quadro 4 apresenta os dados relacionados às Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, na Região Sudeste e no Estado do Espírito Santo.

Quadro 4 – Instituições de Ensino Superior no Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo

	IES Públicas			IES Privadas	TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal		
BRASIL	103	116	85	2.112	2.416
REGIÃO SUDESTE	34	76	33	1.030	1.173
ESPÍRITO SANTO	2	1	1	84	88

Fonte: INEP, 2012.

Atualmente, a UFES possui 4 (quatro) *campi* universitários que oferecem 94 (noventa e quatro) cursos de graduação, com 17 (dezessete) mil estudantes matriculados; 67 (sessenta e sete) cursos de pós-graduação, 48 (quarenta e oito) cursos de mestrado e 19 (dezenove) cursos de doutorado com 3 (três) mil estudantes matriculados. Todos os cursos estão distribuídos entre os 10 (dez) centros de ensino, a saber:

- Centro de Artes (CAR)
- Centro de Ciências Agrárias (CCA)
- Centro de Ciências Exatas (CCE)
- Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)

⁷ Os dados do censo da Educação Superior no Espírito Santo foram obtidos, a partir do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
 Centro de Ciências da Saúde (CCS)
 Centro de Educação (CE)
 Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)
 Centro Tecnológico (CT)
 Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes) (UNIVERSIDADE, 2013).

É nesse contexto, a partir de 1970, de crescimento das instituições de ensino superior e também da variedade de oferta de cursos de graduação no Estado do Espírito Santo, que foi criado, no final da década de 1990, o curso de Arquivologia da UFES.

3.3.1 O curso de Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo

A graduação em Arquivologia no Estado do Espírito Santo nasceu de uma iniciativa do Departamento de Biblioteconomia da UFES. Houve um investimento por parte desse Departamento no sentido de preparar o quadro de professores do curso, graduados em sua maioria em Biblioteconomia, para que a graduação em Arquivologia viesse a ser implantada.

Procurando ampliar, ainda mais, seu campo de atuação e suprir as demandas dos profissionais da área da informação, e principalmente visando a especialização do corpo docente para a implantação do Curso de Graduação em Arquivologia na UFES, o então Departamento de Biblioteconomia ofereceu, em 1997/1998 e em 1999/2000, o Curso de Especialização em Arquivos. Essa iniciativa foi resultado das parcerias entre a UFES, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade de São Paulo (USP), o Arquivo Nacional (NA) e o Arquivo Público Estadual (APE-ES) (BIBLIOTECONOMIA, 2013).

A criação do curso de Arquivologia tornou-se realidade no ano de 1999. O Departamento de Biblioteconomia, para incorporar a nova graduação em Arquivologia, passou a denominar-se Departamento de Ciências da Informação (BIBLIOTECONOMIA, 2013). O reconhecimento do curso de Arquivologia se deu com a publicação da Portaria nº 3.458, de 25 de novembro de 2004 (SOUZA; COSTA, 2012), já sob a égide da Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia no Brasil.

A primeira turma, com 40 (quarenta) alunos, ingressou na graduação no primeiro semestre do ano 2000. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) registra, em seu histórico, que

A criação do Curso de Graduação em Arquivologia tornou-se uma realidade com a publicação das Resoluções nº 26/99-CEPE/UFES, de 16 de junho de 1999, e nº 24/99, do CUn/UFES, de 26 de julho de 1999. No período letivo de 2000/1 ingressou a primeira turma do Curso de Arquivologia, composta de 40 (quarenta) alunos, classificados no vestibular ocorrido em 1999, quando, na oportunidade, o Curso teve uma concorrência de 12 (doze) candidatos por 1 (uma) vaga (PROJETO, 2007).

Foi no ano de 2009 que o Departamento de Ciências da Informação deu lugar a 2 (dois) departamentos, Departamento de Biblioteconomia e Departamento de Arquivologia. A medida teve como objetivo a conquista de mais autonomia administrativa e pedagógica, que favoreceria aos dois novos departamentos (ARQUIVOLOGIA, 2013).

Vale destacar que, dentre os vários departamentos que incluem o curso de Arquivologia nas 16 (dezesseis) Universidades do país, o único que leva o nome de *Departamento de Arquivologia* é o da UFES.

A elaboração do PPC do curso de graduação em Arquivologia da UFES tomou como base documentos oficiais e, também, provenientes de fóruns realizados pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação.

[...] subsídios teóricos nas Diretrizes Curriculares para os cursos de arquivologia, estabelecidos pelo Ministério da Educação; nos documentos emanados dos fóruns nacionais e regionais, promovidos pelo Fórum de Pró-Reitores da graduação para as Universidades Públicas Brasileiras (Forgrad); e no referencial produzido pelas quatro oficinas regionais realizadas pela Associação Brasileira de educação em Ciência da Informação (ABECIN), que tiveram como objeto “O Projeto Pedagógico e Avaliação do ensino de biblioteconomia e Ciência da Informação” [...] (PROJETO, 2007, p. 232).

A missão do curso de Arquivologia da UFES é “Gerar conhecimento para a formação técnico-científica de profissionais que atuam na gestão de informação arquivística” (PROJETO, 2004, p. 21) e, para tanto, os objetivos que deverão ser alcançados foram assim descritos:

O objetivo geral:

- Formar recursos humanos para suprir as necessidades do mercado de trabalho na área de arquivologia;
- E de uma forma mais específica, foram:
- construir condições para que sejam implantados, em nossa realidade política e administrativa, projetos de sistemas de informação arquivística viáveis e adequados;
 - contribuir para a maior competitividade das empresas espírito-santenses;
 - garantir acesso às exigências legais de testemunho;
 - facilitar a preservação dos registros e expressões da vida cultural e intelectual espírito-santense através de formatos tradicionais e digitais (PROJETO, 2004, p. 21).

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Arquivologia da UFES foi construído em consonância com a Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002. Essa Resolução nº 20/2002 foi elaborada com a função de orientar a formulação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Arquivologia.

Em seu Art. 2º, a Resolução CNE/CES 20/2002 registra que:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Arquivologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico;
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) as estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação (CONSELHO, 2002).

Em 2008 o curso de Arquivologia aderiu ao Projeto REUNI⁸ e, a partir de 2009, em função dessa adesão, a entrada de estudantes no curso foi duplicada, passando de 40 (quarenta) para 80 (oitenta) estudantes/ano, com entrada em 2 (dois) momentos distintos, a saber: 40 (quarenta) alunos no início do primeiro semestre letivo, e 40 (quarenta) alunos no início do segundo semestre letivo (SOUZA; COSTA, 2012).

O alcance dos objetivos propostos para a graduação em Arquivologia na UFES contempla a transposição da

[...] barreira da pura transmissão de teorias para o questionamento reflexivo, enquanto que a pesquisa possibilita a ampliação do saber e a reciclagem do ensino, melhorando e adaptando-o às novas realidades sociais. No que diz respeito à extensão, ela estabelece a interface ensino-pesquisa-realidade social, desempenhando um importante papel de articulação, dos elos existentes entre universidade-sociedade, de onde resultarão novos indicadores para se sanar a formação universitária (BOTTINO, 1997, p. 114).

O Departamento de Arquivologia, atento a essa prerrogativa do ensino superior, vem desenvolvendo diversos projetos de extensão e pesquisa.

Os projetos de extensão realizados desde o início do curso, no ano 2000, evidenciam o engajamento do Departamento de Arquivologia da UFES com a Arquivologia no Estado do Espírito Santo. O Quadro 5 apresenta as atividades de extensão, conforme registrado na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFES.

Quadro 5 – A Extensão no Departamento de Arquivologia da UFES

TIPO	TÍTULO
Evento	Seminário - A Importância dos Arquivos para a Sociedade Capixaba: 10 anos de Arquivologia no Espírito Santo
Evento	Seminário – Governo e cidadão sob um novo paradigma: teorias e práticas da Lei de Acesso à Informação

⁸ “O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 3 ago. de 2011.

Projeto	Criação de um banco de dados para o Programa de Extensão "ARQUIVO PERMANENTE: Em busca da memória institucional da UFES"
Projeto	Arquivista nos Arquivos
Projeto	Organização e Tratamento do Acervo Arquivístico do Centro de Artes – UFES
Projeto	Preservação, Conservação e cadastramento dos documentos remanescentes do incêndio de 1999 arquivados no SERPROG
Projeto	Compondo e Decompondo: Leitura e Análise de Textos em Arquivologia
Projeto	Exposição História e Memória de Cariacica em Álbuns de Famílias
Projeto	Organização e Tratamento Documental da Memória do Centro de Educação,
Programa	Arquivo Permanente: em busca da memória institucional da UFES

Fonte: PROEX. Disponível em: <<http://siex1.ufes.br/siex/siex/login.jsp>>. Acesso: 14 ago. 2013

Vale ressaltar que o projeto *Organização e Tratamento Documental da Memória do Centro de Educação*, e o projeto *Organização e Tratamento do Acervo Arquivístico do Centro de Artes – UFES* resultam de uma parceria entre o Departamento de Arquivologia e o Departamento de Educação Física e, também com o Centro de Artes da UFES, respectivamente. Ambos são parte do programa *Arquivo Permanente: em busca da memória institucional da UFES*.

Em relação à pesquisa, os projetos listados no site do Departamento da UFES podem ser visualizados no quadro a seguir.

Quadro 6 – Projetos de pesquisa do Departamento de Arquivologia da UFES

Título	Ano/Início
Estudos epistemológicos em Arquivologia e Ciência da Informação	2011
Indexação analítica retroativa do desenvolvimento dos arquivos estaduais no Brasil por regiões geopolíticas brasileiras a partir dos relatórios presidenciais das províncias	2011
Memória e história da imprensa capixaba	2010
Acervos pessoais e memória coletiva: organização e tratamento técnico do acervo “história da exibição cinematográfica no Espírito Santo”	2010
Representação temática do Fundo do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP	2010
Predição de desempenho futuro em atividades acadêmicas	2009
A história das salas de exibição cinematográfica no Estado do Espírito Santo (1975-1985)	2009

Fonte: Site do Departamento de Arquivologia da UFES.

Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/p11.htm>>. Acesso em: 22 de abr. 2014.

O Departamento de Arquivologia da UFES vem se adequando para atender aos critérios do MEC concernentes à Avaliação Externa de Instituições de Educação.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril, de 2004, e tem como objetivo “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho

acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (MINISTÉRIO, 2004).

No que diz respeito ao Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação do SINAES (MEC, 2006) aprovou-se um extrato que versa sobre as dimensões, sobre grupos de indicadores e sobre indicadores a serem analisados: a dimensão é a Política de Atendimento aos Estudantes; **o grupo de indicador é o Egresso; e os indicadores são: Política de acompanhamento do egresso e Programas de educação continuada voltados para o egresso** (MICHELAN et al., 2009, p. 5, grifo nosso).

Os critérios apontados pelo MEC, para a análise do indicador relativo à Análise de Acompanhamento do Egresso, podem ser visualizados no Quadro 7.

Quadro 7 – Critérios de análise da política de acompanhamento do egresso

Política de acompanhamento do egresso
5 - Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existe na IES uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos que contemple: a) mecanismos para a criação de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; b) mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos; c) mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho; d) mecanismos de utilização das opiniões dos egressos para aperfeiçoamento do processo de formação.
4 - Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.
3 - Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.
2- Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma eventual ou acidental.
1- Quando não existe política de acompanhamento do egresso.

Fonte: MINISTÉRIO (2006, p. 164-165).

Não fica claro no texto, que apresenta os critérios de análise da política de acompanhamento do egresso, que tipo de relação deverá ser mantido, ou como as IES deverão proceder para cumprir as determinações do SINAES. Compete aos departamentos especificarem o tipo de relação que a universidade desenvolverá com o seu egresso.

Para o MEC a avaliação se traduzirá numa nota atribuída ao curso avaliado: “A constatação da existência de um relacionamento intenso com o egresso resultará em nota máxima quando da avaliação do curso no critério ANÁLISE DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO” (MICHELAN, 2009, p. 6). Para o departamento,

mais do que uma nota, a possibilidade de constatar a adequação de sua grade curricular às necessidades e demandas do mercado de trabalho.

Além do atendimento a uma exigência do SINAES, está a responsabilidade social do curso de graduação em Arquivologia de uma das universidades federais brasileiras, sediada no Estado do Espírito Santo, que se propõe a preparar profissionais capazes de desempenhar, a contento, as funções necessárias à gestão arquivística como um todo.

3.3.1.1 O Currículo do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo

O currículo do curso de Arquivologia (ANEXO A) foi criado de acordo com a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. O Art. 53 da Lei 9.394/96 determina a autonomia das universidades da seguinte forma, em seu inciso II, “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (BRASIL, 1996).

O PPC de graduação em Arquivologia justificou a criação do curso apontando para o conjunto de ações, em andamento na UFES, visando à adequação da formação de profissionais “para atuar junto a instituições e serviços que demandam intervenções de natureza e alcance variados, capazes de intervir sobre o conjunto de suportes arquivísticos, de forma eficiente e eficaz a fim de atender às expectativas e anseios do mercado capixaba” (PROJETO, 2007).

E mais, acrescenta que a contribuição

[...] dar-se-á através da formação do arquivista como gestor de processos documentais, apto a trabalhar as soluções de tratamento funcional da documentação, atendendo às demandas administrativas e técnico-científicas de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, além de assessorar indivíduos na pesquisa científica, jurídica, administrativa e técnica, bem como em condição de dominar e acompanhar a evolução das tecnologias da informação, com vistas à implementação de sistemas de informação (PROJETO, 2007).

Buscando atender aos objetivos enunciados no Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da UFES, foi organizada a grade curricular compreendendo: 22 (vinte e duas) disciplinas no núcleo de formação obrigatória, distribuídas em 7 (sete) períodos, com carga horária de 1.530 horas e 65 (sessenta e cinco) créditos; e 33 (trinta e três) disciplinas complementares, distribuídas em 3 (três) Blocos, com carga horária de 1.580 horas e 108 créditos. A carga horária exigida para a graduação em Arquivologia é de 2.400 horas, sendo 1.530 horas referentes às disciplinas obrigatórias, e 870 horas de disciplinas complementares, também denominadas de disciplinas optativas (PROJETO, 2004, p. 31).

As disciplinas obrigatórias, com ementas específicas da área arquivística e distribuídas por período, podem ser visualizadas no Quadro 8.

Quadro 8 – Disciplinas obrigatórias de conteúdo arquivístico

Período	Disciplina	Ementa
1º	Introdução à Arquivologia	Conceitos Gerais: Arquivo e Arquivologia – objeto, campo de atuação. Classificação e tipos de arquivos; História da Arquivologia. Profissão do Arquivista: legislação básica. Noções de Ética Arquivística. Ciências da Informação. Áreas afins da Arquivologia.
	Tópicos Especiais em Arquivologia I	Ementa Variável
2º	Gestão de Documentos I	Estudo da gestão: conceitos, importância, evolução. Classificação de documentos e tipologia documental. Suportes físicos da informação.
	Representação Temática	Sistemas de armazenamento e recuperação de informação. Documento de arquivo. Resumo e indexação: tipologia. Linguagem natural versus linguagem documentária. Análise do texto. Extração de palavras-chaves: recuperação e hierarquização do conteúdo semântico do documento. Instrumentos de recuperação manuais e/ou automáticos.
3º	Gestão de Documentos II	Ciclo vital dos documentos. Atividades de Registros. Planos de Classificação. Métodos de Arquivamento.
	Avaliação de Documentos	Conceitos e considerações. Valoração dos documentos. Instrumentos de destinação.
	Legislação sobre guarda de documentos	Prazos prescricionais e decadência de documentos.
4º	Arranjo e descrição de Documentos	Organização física e lógica dos documentos de arquivo. Instrumentos de descrição.
5º	Mediação e Acesso à Informação Arquivística	A mediação e o acesso em arquivos correntes, intermediários e permanentes. Ação cultural em arquivos. Legislação sobre acesso e sigilo. Desclassificação. A Ética Arquivística. Marketing em Arquivos.
6º	Projeto em Organização de Arquivos	Planejamento: noções e importâncias. Projeto: estrutura, características, etapas.

Fonte: Grade Curricular do curso de Arquivologia da UFES (2013)⁹.

O Curso de Arquivologia da UFES por possuir caráter interdisciplinar, contempla disciplinas de outras áreas, tais como: *Administração, Comunicação, Direito, Economia, Estatística, História, Tecnologia de Informação*. Das 22 (vinte e duas) disciplinas obrigatórias ofertadas, somente 9 (nove) são específicas da área.

Destacamos como positiva para a graduação a obrigatoriedade do cumprimento dos créditos da disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso*, ofertada no sétimo período, e que introduz de forma prática, o estudante no processo de elaboração de pesquisa.

⁹ Disponível em: < <http://www.ccje.ufes.br/dci/arquivos/ARQGradeDiscObrig.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2013.

Também outras disciplinas obrigatórias, não contempladas no Quadro 8, fazem aporte à Arquivologia, como por exemplo: *Tecnologia da Informação I e II*, *Sistema de Gerenciamento de Banco de Aplicados à Gestão de Documentos*, bem como *Preservação em Unidades de Informação*.

Outras 9 (nove) disciplinas denominadas de *Tópicos Especiais em Arquivologia*, com ementa variável, também contemplam a área arquivística, com o objetivo de atender novas demandas percebidas pelos professores e/ou suscitadas pelos estudantes. Somente a disciplina *Tópicos Especiais em Arquivologia I*, ministrada no primeiro período, é de caráter obrigatório.

Na oferta de disciplinas complementares, constam 4 (quatro) disciplinas denominadas de *Prática em Arquivos*, nas quais o estudante pode desenvolver atividades práticas relacionando-as com os conteúdos teóricos das disciplinas cursadas.

Ressaltamos que o currículo do curso de Arquivologia da UFES não sofreu alteração desde sua criação no ano de 1999. A necessidade de atualização fez com que o Departamento de Arquivologia iniciasse o processo de reformulação curricular, ora em andamento.

A revisão curricular é fundamental para que os conteúdos dos programas das disciplinas sejam compatíveis com as atuais demandas da sociedade, convergindo numa formação eficaz que atenda ao mercado de trabalho para o arquivista no Espírito Santo.

3.4 EVENTOS ARQUIVÍSTICOS NO ESPÍRITO SANTO: 2000 A 2012

No Estado do Espírito Santo muitas oportunidades de aprimoramento na área arquivística foram facultadas aos profissionais que atuam área, tanto para os egressos do curso de Arquivologia da UFES como, também, para os demais profissionais, não graduados, e que trabalham nos arquivos.

Durante os anos de 2000 e 2012 mais de trinta eventos foram organizados mediante parcerias que envolveram a UFES, a AARQES, o Governo do Estado, o Governo do Município de Vitória, dentre outros órgãos públicos e algumas instituições privadas.

A distribuição anual desses 31 (trinta e um) eventos identificados, realizados a partir do início do curso de Arquivologia da UFES no ano 2000, e até o ano de 2012, pode ser visualizada no Quadro 9¹⁰.

¹⁰ Os eventos relacionados não traduzem o número total de eventos realizados, mas a totalidade dos eventos sinalizados no currículo Lattes dos professores do curso de Arquivologia da UFES, dos presidentes da AARQES e coordenadores de eventos.

Quadro 9 – Eventos arquivísticos no Estado do Espírito Santo: 2000 - 2012

	Ano	Título do Evento
1.	2001	Seminário: A comunicação e a informação na produção da sociedade
2.	2002	I Seminário de Arquivística do Espírito Santo
3.	2003	Seminário: Gestão Eletrônica de Documentos e Certificação Digital
4.	2003	III Seminário de Arquivologia: Recursos Informacionais na Arquivística Contemporânea
5.	2004	III Seminário de Arquivologia: Recursos Informacionais na Arquivística Contemporânea
6.	2004	VIII Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia (ENEArq)
7.	2005	IV Seminário de Arquivologia: Arquivística - Aspectos Legais e Éticos
8.	2005	Seminário: Lançamento do PROGED/ES (Programa de Gestão de Documentos)
9.	2006	Seminário: Gestão inovadora do Conhecimento e da Inovação
10.	2006	Curso: Como organizar arquivos fotográficos
11.	2006	II Seminário do Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo – PROGED
12.	2006	INTERLOGOS: Gestão Inovadora do Conhecimento e da Informação
13.	2007	Arquivos Capixabas: O patrimônio documental do Espírito Santo em questão.
14.	2007	INTERLOGOS: Seminário sobre Inovação na Sociedade do Conhecimento e da Informação
15.	2007	III Seminário do Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo – PROGED
16.	2008	Oficina: História, Arquivos e Museus
17.	2008	1ª Oficina do e-ARQ Brasil
18.	2008	I Oficina Prática das Comissões de Avaliação de Documentos – CADS
19.	2008	IV Seminário do Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo – PROGED
20.	2008	Oficina de Leitura e Análise Paleográfica no Espírito Santo
21.	2008	INTERLOGOS: Seminário sobre a Gestão dos Saberes e do Conhecimento na Inovação e Desenvolvimento Sustentável
22.	2009	V Seminário do Programa de Gestão Documental do Estado do ES/PROGED
23.	2009	Seminário: 10 anos de Arquivologia no Espírito Santo: a importância dos Arquivos para a sociedade capixaba
24.	2009	Seminário GED - Gestão Eletrônica de Documentos & Mídias Digitais
25.	2009	Oficina: Gestão de Arquivos Médicos
26.	2010	IV Congresso Nacional de Arquivologia
27.	2010	I Encontro de Preservação em Arquivos e Bibliotecas.
28.	2011	FORUMDAM - Fórum Nacional dos Arquivos Municipais: Legislação, Tecnologia e Gestão de Docum. nos Arquivos Públ. Municipais Brasileiros
29.	2011	I Seminário sobre Arquivos Sigilosos e Repressão Política: a cultura de um povo em tempos de ditadura no Espírito Santo
30.	2012	Oficina de Classificação, Ordenação e Arquivamento de Documentos.
31.	2012	XVI Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (ENEArq)

Fonte: Elaboração própria com base no Currículo Lattes dos professores do curso de Arquivologia/UFES, presidentes da AARQES e coordenadores de eventos, 2013.

Os eventos apontam temáticas diversas, tais como: *Gestão de Documentos*, *Gestão Eletrônica de Documentos*, *Certificação Digital*, *Paleografia*, *Classificação*, *Ordenação e Arquivamento de Documentos*, *Arquivos Médicos*, e *Preservação*. Vale ressaltar que não encontramos registro de como essas temáticas foram levantadas, se houve uma pesquisa prévia, entre graduandos ou egressos, que indicasse essas necessidades de informação.

Desses eventos, registrados no Quadro 9, 16 (dezesesseis), ou 52%, foram realizados na UFES, e 18 (dezoito), 58%, com a participação e/ou apoio direto do Departamento de Arquivologia UFES. Evidencia-se a disposição do Departamento de Arquivologia da UFES em prover oportunidades de encontros para os graduandos e, também, para os arquivistas egressos da UFES¹¹.

O curso de Arquivologia no Estado do Espírito Santo, após 14 (quatorze) anos de sua criação, vem buscando constante aprimoramento, harmonizando a formação acadêmica do arquivista com as demandas do mercado de trabalho capixaba.

As características desse mercado de trabalho para o arquivista no Estado do Espírito Santo estão contempladas na seção a seguir.

¹¹ Não há registro do número de egressos que efetivamente participaram desses trinta e um (31) encontros. Também não sabemos se a divulgação dos eventos foi realizada de forma satisfatória ou que canais foram, ou poderiam ter sido utilizados para que mais profissionais recebessem essas informações.

4 O MERCADO DE TRABALHO E A INSERÇÃO DO ARQUIVISTA NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Novas profissões e especialidades surgem com o desenvolvimento da sociedade. Para o profissional que atua nos arquivos não foi diferente. Uma gama de oportunidades se abre para o arquivista no mercado de trabalho.

Os espaços de trabalho dos profissionais arquivistas são as empresas públicas, privadas, as instituições arquivísticas públicas e privadas, os centros de documentação e informação, as universidades e os centros de pesquisa, as filmotecas, e os museus, junto com os bancos de dados e serviços de consultoria arquivística. Além disso, também se inserem as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiras, as sociedades e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e as consultorias, além dos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outros. De fato, qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas (SOUZA, 2011, p. 112).

Para Souza e Medeiros (2013, p. 7) o interesse do trabalhador pelo setor público, em detrimento do setor privado,

[...] pode ser atribuída a dois conjuntos de fatores: os trabalhadores do setor público têm mais educação e por isso podem ocupar postos que requerem maior qualificação; além disso, a segmentação do mercado de trabalho permite que o setor público estabeleça salários mais altos que os de trabalhadores equivalentes no setor privado.

Segundo Souza (2011) a inserção do arquivista no mercado de trabalho do setor público é mais clara a partir dos anos 90, quando os concursos tornam-se mais frequentes no Brasil.

No Espírito Santo os arquivistas vêm encontrando seu espaço de atuação nos dois setores de atividade. Muito embora as oportunidades ainda estejam aquém das reais necessidades da sociedade capixaba, a expectativa é que com o decorrer do tempo, novos postos de trabalho sejam ocupados pelo profissional.

4.1 MERCADO DE TRABALHO E EMPREGABILIDADE

A abordagem voltada para a temática mercado de trabalho e empregabilidade está intimamente relacionada com a educação profissional. Afirma-se que “[...] A educação passou a ser também questionada no sentido de desenvolver habilidades e competências nos indivíduos, a fim de que eles possam se inserir e se adaptar a este mercado em constante mutação” (ALBERTO, 2005). Portanto, os indivíduos precisam ser capacitados para atender ao nível de exigência do mercado de trabalho, pois “[...] Os trabalhadores com pouca escolaridade vão sendo excluídos do mercado de trabalho e substituídos pelos mais capacitados e a com maior gama de competências” (CHAHAD, 2003, p. 207).

A capacitação profissional está intimamente relacionada com a empregabilidade. A atuação competente em vários postos de trabalho nos dias atuais implica, necessariamente, em uma formação que se estende para além do ensino médio ou, até mesmo, para além do curso de graduação. Definindo o termo empregabilidade, Malschitzky (2002, p. 32) afirma:

Entende-se por empregabilidade a busca constante do desenvolvimento de habilidades e competências agregadas por meio do conhecimento específico e pela multifuncionalidade, as quais tornam o profissional apto à obtenção de trabalho dentro ou fora da empresa.

O termo surgiu na última década, pela necessidade dos trabalhadores de adquirir novos conhecimentos que os habilitassem a acompanhar as mudanças no mercado de trabalho.

Malschitzky (2002) aponta cinco os fatores que devem receber atenção no que diz respeito à empregabilidade, a saber: 1. Experiência Profissional, 2. Competências, 3. Comportamento, 4. Rede de Contatos, e 5. Capital Acumulado. A atenção a esses fatores irá determinar o comprometimento do indivíduo com sua profissão e inserção no mercado de trabalho.

Para alinhar-se às transformações do mercado de trabalho, e manter a empregabilidade, novas formas de preparo dos profissionais são requeridas, tais como:

- formação acadêmica, pós-graduação e conhecimento de idiomas;
- cursos de aperfeiçoamento e de extensão;
- experiência profissional no exterior;
- network atualizado;
- flexibilidade/adaptabilidade/capacidade de trabalho em equipe;
- pró-atividade/energia/organização;
- capital suficiente para se manter por um período de tempo;
- leitura/preocupação em manter-se informado (MALSCHITZKY, 2002, p. 33).

À universidade cabe a responsabilidade de prover profissionais para atender as demandas mais complexas desse mercado. Sendo assim, “[...] é preciso que as universidades continuem à altura de responder à procura, adaptando constantemente os novos cursos às necessidades da sociedade” (DELORS et al., 1998, p. 143).

Além de estender o nível de conhecimento do profissional, a escolarização pode garantir melhores salários, pois há uma relação entre o número de anos de estudo e o rendimento pago ao trabalhador.

A diferença de salário entre os adultos de 25 a 64 anos com ensino superior, em comparação com pessoas com escolaridade menor, também é significativamente maior no Brasil. Essa faixa etária com formação universitária teve uma renda 157% superior à de pessoas com apenas ensino médio completo em 2011 (GORGULHO, 2013).

Evidencia-se a relação entre mercado de trabalho, empregabilidade e rendimento salarial, com a formação em nível de graduação e pós-graduação.

O mundo vem sofrendo várias transformações no desenvolvimento do trabalho em todas as áreas de atuação. Atualmente não basta somente o conhecimento adquirido no curso de formação técnica ou universitária para garantir a colocação de um profissional em determinada empresa e muito menos, sua permanência durante alguns anos. A atualização do conhecimento vem sendo praticada sistematicamente, uma vez que a evolução da tecnologia se deu de maneira muito rápida e, em consequência disso, os processos produtivos tiveram que se adaptar as mudanças (MALSCHITZKY, 2014, p. 1).

Portanto, o profissional que desejar manter-se apto e atuante no mundo do trabalho, deve investir em sua formação, atualizando-se de forma a atender aos aspectos ligados à empregabilidade. Vale destacar que o alcance do objetivo, ligado ao preparo para a função que exerce, não é atribuição exclusiva das instituições formadoras. O avanço tecnológico faz com que o profissional, atento às mudanças, busque atualizar-se mediante outros cursos ofertados fora do ambiente acadêmico, que de forma mais rápida absorvem esses avanços. Em suma, o profissional não pode prescindir de uma busca constante por adequação, ao longo de toda a trajetória profissional, com o necessário envolvimento que o manterá apto para o desempenho no mercado de trabalho.

4.2 A FORÇA DE TRABALHO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL

Os estudos realizados, sob o enfoque da força de trabalho no Brasil, apontam para “[...] o fato de que o mercado de trabalho brasileiro é segmentado em três diferentes setores, a saber: *i*) setor público; *ii*) setor privado; e *iii*) não participantes no mercado de trabalho”. (BARBOSA; BARBOSA FILHO; LIMA, 2013, p. 93).

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o setor privado representou 85,8% da força de trabalho do país, no ano de 2009 (BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2012, p. 16), e a maior parte da força de trabalho em atividade nesse setor, 45,6%, era composta por trabalhadores com carteira de trabalho. A distribuição dos trabalhadores no setor privado, por categorias, pode ser visualizada no quadro a seguir.

Quadro 10 – Distribuição dos trabalhadores no setor privado

Trabalhadores com carteira assinada	45,6%
Trabalhadores sem carteira assinada	18,7%
Conta-própria	16,8%
Empregadores	4,7%
Total	85,8%

Fonte: BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2012 (adaptação nossa).

Outra característica relevante é a participação no mercado de trabalho por gênero. No setor privado as mulheres constituem apenas 37% da força de trabalho, enquanto que no setor público elas são a maioria, 57% do total de trabalhadores (BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2012). Entretanto, algumas características são comuns a homens e mulheres:

Os funcionários públicos têm mais idade e mais anos de escolaridade em comparação com os trabalhadores do setor privado. Com relação à distribuição espacial da força de trabalho, o emprego do setor público e do setor privado está sobrerrepresentado na região Sudeste do país. Em torno de 43% (44%) dos(as) funcionários(as) do setor público e 52% (53%) dos funcionários(as) do setor privado estão localizados nesta região. Com relação às características de trabalho, vale ressaltar que 38% dos(as) trabalhadores(as) do setor público são membros de sindicatos enquanto, para o setor privado, esta estatística corresponde a 21%, para homens, e 19% para mulheres. Os trabalhadores do setor público permanecem no emprego mais do que o dobro do tempo dos trabalhadores do setor privado (BARBOSA; BARBOSA FILHO; LIMA, 2013, p. 100).

O setor público, composto por 14,2% do total dos trabalhadores brasileiros, apresenta uma classificação mais complexa de sua força de trabalho em relação ao setor privado, com quatro categorias distintas: 1. Funcionários públicos estatutários; 2. Funcionários públicos celetistas; 3. Funcionários públicos sem carteira; 4. Militares. A categoria dos funcionários públicos estatutários constitui-se dos profissionais aprovados em concurso público; os funcionários públicos celetistas são aqueles, cujo vínculo empregatício é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e os funcionários públicos sem carteira, ditos “informais”, não têm um contrato oficial de trabalho e, em geral, são temporários (BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2012).

A distribuição dessa classificação por categorias, referente ao setor público, pode ser visualizada no quadro abaixo.

Quadro 11 – Distribuição dos trabalhadores no setor público

Funcionário público estatutário (FPE)	8,7%
Funcionário público com carteira (Celetista)	2,7%
Funcionário público sem carteira (FPS)	2,5%
Militares	0,4%
Total	14,2%¹²

Fonte: BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2012 (adaptação nossa).

Segundo Barbosa e Barbosa Filho (2012) a evolução do mercado de trabalho brasileiro evidencia que os salários do setor público são mais altos que no setor privado sendo, por isso,

¹² A diferença de 0,1% no resultado da soma consta no documento original.

mais atrativos para os trabalhadores. Outra característica atrativa do setor público refere-se à estabilidade no emprego¹³.

Já a pesquisa realizada por Mattos (2011) chama a atenção para a heterogeneidade da expansão do emprego público que, segundo o pesquisador, apresenta crescimento representativo na esfera municipal, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988. Essa evidência tem como causa “[...] fatores institucionais definidos na Carta de 1988, que passou aos municípios e aos estados da Federação diversas atribuições que antes eram também ou exclusivamente realizadas pela esfera federal [...]” (MATTOS, 2011, p. 105). A pesquisa aponta para o fato de que, após a promulgação da Constituição Federal, o perfil do emprego público mudou segundo o vínculo empregatício, havendo, também, um aumento do número de empregos públicos

[...] em regime estatutário, e diminuição relativa de empregos com contratos de trabalho regidos pela CLT e de diversas formas precárias de contratação (consultores, estagiários, bolsistas etc.). Isso se deu por conta das recentes realizações de concursos públicos, em todas as esferas de governo (MATTOS, 2011, p. 106).

Verifica-se um espaço promissor de crescimento para o emprego público no Brasil, com possibilidade de inserção de muitos trabalhadores, no setor, mediante concurso público. Para Mattos (2011, p. 106),

[...] o fortalecimento da democracia, com o conseqüente aumento da demanda por serviços públicos de amplo alcance e políticas sociais universalistas, bem como a necessidade de ampliação e melhoria da infraestrutura urbana, são fatores que, somados, justificam a necessidade de ampliação do emprego público no Brasil.

Alguns pontos comparativos entre os dois setores do mercado de trabalho brasileiro podem ser visualizados no Quadro 12.

Quadro 12 – Características comparativas entre os setores público e privado

Característica	Setor público (%)	Setor privado (%)
Trabalhadores do sexo feminino	57	37
A região Sudeste do país concentra o maior número de funcionários nos dois setores	44	53
Funcionários sindicalizados	38	40

Fonte: Mattos, 2011, p. 17 (adaptação nossa).

Vale destacar que os funcionários do setor público têm mais idade e maior número de anos de escolaridade em comparação com os funcionários do setor privado, permanecendo no

¹³ O Projeto de Lei 1992/2007, aprovado em 28 de fevereiro de 2012, estabelece uma nova aposentadoria para os admitidos, no serviço público, cujo teto é de R\$3.600,00 ou R\$3.900,00. Por esse dispositivo legal a aposentadoria integral deixa de ser um atrativo para o servidor público.

emprego mais do que o dobro do tempo que os trabalhadores do setor privado. Com relação à média de horas semanais trabalhadas, o percentual é 13% maior no setor privado.

Explicita-se a importância da escolaridade, principalmente para ingresso no setor público, como fator relevante para a empregabilidade.

A educação afeta de forma positiva a escolha do indivíduo (homens e mulheres) em trabalhar no setor público. Trabalhadores com um nível maior de escolaridade têm maior probabilidade de buscar emprego no setor público (em especial aqueles que têm nível superior de ensino). [...] (BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2012, p. 23).

O crescimento econômico do país demanda, cada vez mais, por oferta de mão de obra qualificada. A empregabilidade dependerá de uma capacitação profissional compatível com as demandas de cada estado da Federação, tanto para o setor público como para o setor privado. Fica claro que o setor público, por conta dos benefícios que agrega, continua sendo mais cobiçado pelos trabalhadores brasileiros, embora o mercado privado demonstre ser bem mais amplo em oferta de postos de trabalho.

4.3 CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Nos anos de 1960 teve início o processo de industrialização no Estado do Espírito Santo.

Destaca-se que essa industrialização foi impulsionada pela “[...] criação de incentivos que possibilitaram o crescimento e a modernização de atividades tradicionais do setor secundário capixaba: produtos alimentícios, têxteis, minerais não metálicos e madeira” (PLANO, 2009, p. 30).

Nesse período de crescimento industrial, iniciado nos anos de 1960, um grande contingente populacional começa a migrar para a Região Metropolitana. A população rural do Estado do Espírito Santo que, em 1960 era de 71%, passa a 55% em 1970, 33% em 1980, e nos anos 2000 chega ao percentual de 20,48%. O êxodo decorreu, principalmente, da aplicação da política de erradicação dos cafezais que deixou, sem sustento, uma grande população que habitava o meio rural. O deslocamento da população rural, para as cidades, acelerou o processo de urbanização do Estado do Espírito Santo (PLANO, 2009).

E mais, as duas décadas que se seguiram aos anos de 1960 foram marcadas pela instalação de grandes empresas no Estado.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Espírito Santo recebeu grandes plantas industriais, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Aracruz Celulose, a Samarco e as usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce. O Governo adotou uma engenharia institucional capaz de garantir êxito na condução do processo (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 18).

O crescimento da população urbana atraída por esse crescimento industrial no Estado do Espírito Santo, entre 1960 e 2010, pode ser visualizado no Quadro 13.

Quadro 13 – Crescimento populacional no Espírito Santo: 1960 - 2010

Ano	População Urbana	População Rural	Total
1960	403.461	1.014.887	1.418.348
1970	734.756	883.101	1.617.857
1980	1.324.701	738.978	2.063.679
1991	1.922.828	675.677	2.598.505
2000	2.460.621	633.769	3.094.390
2010	2.931.472	583.480	3.514.952

Fonte: Espírito Santo: anuário, 2011, p. 34.

O crescimento industrial decorreu de um conjunto de mecanismos de incentivos fiscais que estimularam a industrialização no Estado. Esse crescimento industrial apontou para a existência de um contingente expressivo de mão de obra, não qualificada, proveniente do meio rural, demandando por formação para inserção no mercado de trabalho.

É nesse contexto de crescimento industrial, a partir dos anos de 1970, que os cursos de formação profissional proliferaram na Região Metropolitana do Espírito Santo.

[...]. O Estado apresentou significativa queda na participação de analfabetos no mercado de trabalho, reduzidos de 2,4% em 1998 para 0,7% em 2007, e elevada participação dos trabalhadores com ensino médio completo, de 24% para 37,2%, o que também ocorreu com os egressos do ensino superior, que aumentou de 9,1% para 14,3%.

Esse contexto enseja que o mercado de trabalho no Espírito Santo, além, de estar se expandindo, tornou-se mais exigente, elevando pré-requisitos de entrada e de permanência no emprego. Embora tenhamos nas empresas um sem número de funções que requerem conhecimento (escolaridade), habilidade (experiência), competências (formação profissional) e atitudes (formação moral e ética do trabalho), para as pessoas se inserirem no mercado inegável é que os novos processos tecnológicos exigem pessoal mais bem preparado (PLANO, 2009, p. 33).

Capacitar profissionais ainda é um desafio a ser vencido no Estado do Espírito Santo que continua crescendo e atraindo grandes investimentos.

Atualmente, o Estado é sede de grandes indústrias ligadas ao comércio nacional e internacional, polarizando profissionais e empresas do Brasil e do mundo. É o maior exportador de rochas ornamentais da América Latina; possui a segunda maior indústria de suco de frutas do país; a terceira maior fábrica de chocolates do Hemisfério Sul. Possui, também, importantes indústrias de siderurgia, pelletização e celulose que estão entre as líderes mundiais. E, em relação à indústria de petróleo e gás, o Espírito Santo se destaca como o segundo maior produtor do Brasil (FERREIRA, 2012).

O Espírito Santo é uma região atrativa para as empresas. Várias são as razões que apontam para tal constatação:

Com posição geográfica e logística privilegiadas, o Estado sedia mais de 600 empresas atacadistas, posicionando-se como o terceiro maior centro distribuidor brasileiro.

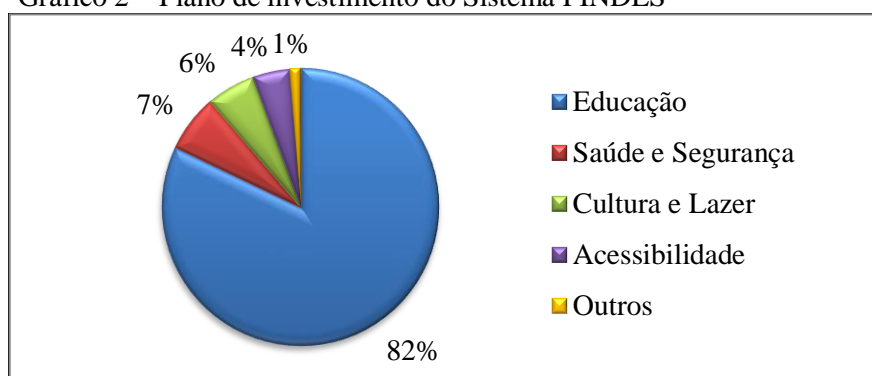
O seu complexo portuário é um dos maiores da América Latina, o que favorece a corrente comercial com outras nações, destacando-se como o sétimo maior Estado exportador e o oitavo importador do país. É responsável por 25% do volume de cargas e 9% do faturamento do comércio exterior do Brasil (FERREIRA, 2012, p. 25).

O Estado aguarda novas indústrias que demandarão por um número crescente de mão de obra qualificada.

[...] a perspectiva é de que nos próximos anos, com a chegada da indústria naval, de empresas do setor automobilístico, da fabricação de produtos da linha branca (fogão, geladeira, máquina de lavar roupa) e do complexo gás-químico, entre outros empreendimentos, o perfil atual de sua indústria (com foco em commodities) será profundamente modificado, o que deverá colocar o Estado como uma das locomotivas do desenvolvimento nacional (DESAFIOS, 2012, p. 52).

Para dar conta de prover mão de obra capacitada, a Federação de Indústrias do Espírito Santo (FINDES) anunciou o seu projeto de investimento para os anos de 2012/2015, cujos percentuais, desses investimentos, ficaram assim distribuídos: educação, 82,07%; saúde e segurança, 6,71%; cultura e lazer, 5,66%; acessibilidade, 4,34%; outros 1,22% (SISTEMA, 2012). A distribuição desses investimentos pode ser visualizada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Plano de investimento do Sistema FINDES



Fonte: Sistema, 2012, p. 155.

Verifica-se que o percentual a ser aplicado em educação pela FINDES é substancialmente maior que os recursos destinados aos demais setores. Essa meta de investimento é compatível com o projeto do governo estadual, *Espírito Santo 2030: plano de desenvolvimento*, que prevê um crescimento representativo no grau de escolaridade da população capixaba nos próximos anos.

O Quadro 14 apresenta as metas relacionadas à educação para os anos de 2020 e 2030, explicitadas no projeto *Espírito Santo 2030: plano de desenvolvimento*.

Quadro 14 – Metas educacionais para o Espírito Santo 2020 - 2030

Indicadores		Situação atual	Metas	
			2020	2030
Escolaridade média da população de 25 anos a 34 anos	Anos de estudo	9,3 (2011)	10,6	14,0
Jovens com ensino médio concluído aos 19 anos de idade	%	53,4 (2012)	70,0	90,0
Taxa líquida de matrícula no ensino superior da população entre 18 e 24 anos	%	15,7 (2011)	33,0	40,0

Fonte: Espírito Santo 2030: plano de desenvolvimento, 2013 (adaptação nossa).

Vale ressaltar que esses objetivos foram elaborados em função do perfil dos profissionais que o Governo do Espírito Santo identifica como necessário ao crescimento do Estado até 2030.

O perfil do profissional na sociedade do conhecimento passa pela formação sólida e pelo desenvolvimento de competências diversas; pela capacidade de resolver problemas; pela polivalência do conhecimento; pela capacidade de inovar; e pelo domínio de informações culturais e tecnológicas (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 116).

Nesse contexto, de crescimento contínuo, vivenciado no Estado do Espírito Santo nos últimos cinquenta anos, vislumbra-se a possibilidade de um mercado de trabalho profícuo para o arquivista. Essa constatação, acerca do crescimento da demanda pelo profissional no mercado de trabalho, é corroborada na literatura.

Os espaços de trabalho estabelecidos pelas instituições formadoras do profissional de arquivo estão definidos nas diversas categorizações dos arquivos, seja pelo gênero documental, gênero audiovisual ou pela natureza dos acervos, arquivos médicos, de engenharia e outros. [...]. É uma profissão que conta com um mercado de trabalho em expansão. Além de abarcar os espaços mencionados anteriormente, os arquivistas revelam-se também como investigadores, na reconstituição da memória social (SOUZA, 2011, p. 69).

As empresas capixabas necessitarão de profissionais preparados para organizar o volume de informação gerado pelo negócio das diversas empresas já sediada no Estado, bem como das novas empresas que chegarão ao Espírito Santo em decorrência das metas de crescimento que serão perseguidas pelo governo.

Fazer a gestão dos arquivos que, futuramente, será base da história socioeconômica do Estado, bem como fundamentar com documentação pertinente as decisões dos gestores nos diversos níveis das empresas, é o desafio dos arquivistas.

4.4 PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO PARA O ARQUIVISTA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Apresentaremos um panorama das ofertas de trabalho para o arquivista no Espírito Santo no que se referente às oportunidades de trabalho nos setores público e privado.

O levantamento das informações, realizado mediante pesquisa na web, teve como foco a identificação dos editais dos concursos públicos, com atribuição de pelo menos 1 (uma) vaga, para o exercício do cargo de arquivista no Estado do Espírito Santo.

Para uma melhor compreensão das oportunidades de inserção do arquivista no mercado de trabalho relativas ao setor público no Estado do Espírito Santo, foi feita uma distinção entre a oferta de vagas para as prefeituras dos municípios capixabas e as demais instituições públicas sediadas no Estado.

O levantamento dos editais compreendeu um período de 10 (dez) anos, de 2004 a 2013. A escolha desse recorte temporal se deu em função da possibilidade de entrada no mercado de trabalho dos primeiros arquivistas graduados na UFES no ano de 2003.

4.4.1 O arquivista no Estado do Espírito Santo

A oportunidade de trabalho para o arquivista no Estado do Espírito Santo é uma realidade. Pelo menos oito instituições públicas, a partir do ano de 2004, realizaram concurso e empossaram arquivistas que estão atuando no Estado, a saber: Tribunal Regional do Trabalho (TRT); Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF); Tribunal Regional Eleitoral (TRE); Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Estado do Espírito Santo (SEGER); Tribunal de Justiça (TJ); Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória (IPAMV); Ministério Público (MP); Tribunal de Contas (TC).

Quadro 15 – Editais de concurso público para atuação no Estado do Espírito Santo

Edital	Cargo	Nº de Vagas	Salário (R\$)	Horas/Semanais
TRT Edital n. 1/28 jan. 2009 ¹⁴	Analista Judiciário/ Especialidade Arquivologia	1	6.611,39	40
IDAF Edital n. 1/20 out. 2010 ¹⁵	Analista Organizacional/ Arquivologista	1	3.912,48	40
TER Edital n. 1/25 out. 2010 ¹⁶	Analista Judiciário/ Especialidade Arquivologia	1	6.611,39	40

¹⁴ Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/trt17regiao2009/arquivos/ED_1_2009_TRT_17_ABT_FINAL_28_1_09_2_FORMATADO.PDF>. Acesso em: 29 maio 2014.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.idaf.es.gov.br/Download/Concurso%202010/EDITAL.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

SEGER Edital n. 1/10 dez. 2010 ¹⁷	Especialista em Desenv. Humano e Social/ Área de Formação Arquivologia	2	3.344,00	40
TJ Edital n. 1/16 dez. 2010 ¹⁸	Analista Judiciário/ Especialidade Arquivologia	1	3.662,80	30
IPAMV Edital n. 1/2013 ¹⁹	Arquivista	1	2.457,42	40
MP Edital n. 2/7 jun. 2013 ²⁰	Agente Técnico/ Função Arquivista	1	3.802,73	40
TC Edital n. 1/19 set. 2013 ²¹	Analista Administrativo/ Arquivologia	1	3.954,08	40

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos concursos, 2013.

Em relação aos requisitos exigidos para investidura no cargo, além da comprovação da conclusão da graduação em Arquivologia, o registro profissional também foi uma exigência citada em 4 (quatro) editais, conforme explicitado no Quadro 16.

Quadro 16 – Requisitos exigidos para os cargos públicos

TRT	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Arquivologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida MEC
IDAF	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado, em Arquivologia, mais Registro no respectivo Conselho de Classe, se houver.
TRE	Diploma, devidamente registrado, de conclusão do curso de graduação de nível superior em Arquivologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro na Delegacia Regional do Trabalho (Lei nº 6546/78 e Decreto 82590/78), ou registro no Conselho Regional da categoria.
SEGER	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Arquivologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro profissional.
TJ	Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior em Arquivologia, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e registro do órgão de classe competente.
IPAMV	Ensino superior completo em Arquivologia realizado em instituição de Ensino credenciada pelo MEC.
MP	Ensino Superior completo em Arquivologia.
TC	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Arquivologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos concursos, 2013.

¹⁶ Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/tre_es2010/arquivos/ED_1_TRE_ES_ABERTURA.PDF>. Acesso em: 3 jan. 2014.

¹⁷ Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/seger_es2011/arquivos/ED_1_SEGER_ES_2010_ABERTURA.PDF>. Acesso em: 3 jan. 2014

¹⁸ Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/tj_es2010/arquivos/ED_1_TJ_ES_ABERTURA.PDF>. Acesso em 3 jan. 2014

¹⁹ Disponível em: <http://www.ipamv.org.br/dados/downloads/Edital_de_Abertura.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

²⁰ Disponível em: <<http://site.pciconcursos.com.br/arquivo/1201148.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2014.

²¹ Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/tce_es_13_analista/arquivos/EDITAL_DE_ABERTURA_N_1_TCE_ES_PDF>. Acesso em: 3 jan. 2014.

Quanto às atribuições registradas nos editais, vale ressaltar que são descritas em caráter geral, englobando conhecimentos diversos, mas compatíveis com a regulamentação da profissão, conforme explicitado no quadro a seguir.

Quadro 17 – Atribuições descritas nos editais dos concursos públicos

TRT	Executar atividades relacionadas à tramitação, utilização, avaliação e arquivamento de documentos; efetuar procedimentos de controle, identificação, classificação e descrição de documentos; avaliar e selecionar documentos para fins de preservação ou descarte; promover medidas necessárias à conservação, microfilmagem e destinação de documentos; prestar assistência em questões relacionadas à sua área de atuação; emitir informações e pareceres; redigir, digitar e conferir expedientes diversos e executar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.
IDAF	Planejar, coordenar, elaborar, executar, supervisionar, avaliar projetos e subprojetos de estudos e de suporte à área fim do Instituto. Administrar, executar atividades técnicas, projetos e subprojetos nas áreas de administração, patrimônio e material, compras e serviços, orçamento, finanças, contabilidade, auditoria, tributação, custos, recursos humanos, marketing, negócios, editoração, produção, revisão de textos, desenvolvimento organizacional, biblioteconomia, serviço social, informática e outras atividades correlatas. Assessorar o Instituto na execução de atividades na área de comunicação.
TRE	Executar atividades de nível superior relacionadas com a manutenção, conservação, divulgação e recuperação de documentos, bem como com implantação e desenvolvimento de arquivos.
SEGER	Atuação em qualquer área da Administração Direta do Governo do Estado do Espírito Santo para implementar e avaliar as políticas de assistência e bem-estar social, habitação, trabalho e geração de renda, educação social e de trânsito, segurança urbana, assistência ao preso e seus familiares, alinhados com as diretrizes gerais do Governo, conforme art. 7º da Lei Complementar nº 523, de 28 de setembro de 2009.
TJ	Acompanhar vistorias das instalações prediais, observando normas técnicas e consultando relatórios e planilhas de gastos, além de prestar assistência em atividades inerentes à sua área de atuação e em outras de mesma natureza e grau de complexidade; executar atividades relacionadas à tramitação, utilização, avaliação e arquivamento de documentos; efetuar procedimentos de controle, identificação, classificação e descrição de documentos; avaliar e selecionar documentos para fins de preservação ou descarte; promover medidas necessárias à conservação, microfilmagem e destinação de documentos; prestar assistência em questões relacionadas à sua área de atuação; emitir informações e pareceres; informar processos inerentes ao acervo do arquivo; realizar estudos e pesquisas de documentos; realizar estudos e propor novas técnicas de conservação, restauração e consulta de documentos; redigir, digitar e conferir expedientes diversos; realizar trabalhos que exijam conhecimentos de informática; operar equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados na execução de suas atividades; outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade da função que venham a ser determinadas pela autoridade superior.
IPAMV	Executar trabalhos relacionados ao arquivamento de processos, documentos, bens culturais, bem como atuar em diferentes áreas de IPAMV em atividades de classificação e arquivamento.
MP	Planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar os serviços técnicos e o funcionamento do Arquivo Geral do MP-ES; organizar, coordenar, acompanhar e controlar as atividades de identificação, avaliação, seleção e manutenção de documentos dos mais diversos tipos; definir e coordenar o trabalho de avaliação e classificação de documentos; elaborar e manter

	atualizadas as tabelas de temporalidade dos documentos; restaurar material danificado; organizar e manter atualizado banco de dados e sistemas eletrônicos de controle documental; controlar e promover o acesso ao acervo; realizar estudos e pesquisas de documentos e auxiliar o usuário nas pesquisas; informar processos inerentes ao acervo do arquivo; emitir certidões de documentos arquivados e pareceres; controlar o serviço de triagem e eliminação; orientar as comissões de avaliação setoriais; acompanhar e controlar os arquivos setoriais; desempenhar outras atribuições afins ou que lhe forem determinadas.
TC	Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas à recursos humanos, materiais e serviços, patrimonial e documental do TCE/ES e realizar estudos para elaboração de normas destinadas à padronização de sua gestão; pesquisar dados, proceder a estudos comparativos, elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados à área de atuação; analisar atos e fatos administrativos, apresentando soluções e alternativas; organizar e revisar documentos e material informativo, de natureza técnica e administrativa, relacionados com as atividades desenvolvidas, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação ; executar trabalho de natureza administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação; acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de sua área de atuação; executar outras atividades compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos concursos, 2013 (grifo nosso).

Algumas atribuições relevantes são mencionadas, tais como: *implantação e desenvolvimento de arquivos*, apontada no edital do TRE; e *orientar as comissões de avaliação setoriais*, apontada no edital do MP.

O Quadro 18 apresenta a distribuição das funções pelas instituições públicas. Vale destacar que os editais do IDAF e SEGER não mencionam nenhuma função arquivística. Outro fator relevante é a menção dos termos *biblioteconomia*, *serviço social* e *informática*, no edital do IDAF, como sendo uma atribuição da área.

Quadro 18 – Incidência das funções arquivísticas nos editais

	Criação/ Prod.	Aval.	Aquis.	Cons./ Pres.	Classif.	Descr.	Difus./ Acesso
TRT		X	-	X	X	X	X
IDAF	-	-	-	-	-	-	-
TRE	-	-	-	X	-	-	X
SEGER	-	-	-	-	-	-	-
TJ		X		X	X	X	X
IPAMV	-	-	-	-	X	-	-
MP	-	X	-	X	X	-	X
TC	-	X	-	-	-	-	X

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Evidencia-se o número de atribuições da área arquivística, apresentadas nos editais do TRT, TJ e MP que apontaram, respectivamente, 5 (cinco), 5 (cinco) e 4 (quatro) funções.

Verifica-se uma ênfase em torno das funções arquivísticas de *Avaliação*, *Conservação*, *Classificação* e *Acesso*, sendo o *Acesso* a função mais indicada, presente em 5 (cinco) editais.

A preocupação com a atividade de arquivamento foi indicada em 3 (três) editais. O edital do IPAMV destaca essa atividade, citando-a duas vezes no mesmo parágrafo.

Não são contempladas as funções *Criação/Produção* e *Aquisição*. Tal evidência pode significar o desconhecimento, por parte do gestor público, em relação a essas atribuições pertinentes ao arquivista.

4.4.2 O arquivista nas prefeituras municípios do Espírito Santo

Os 78 (setenta e oito) municípios que formam o Estado do Espírito Santo estão agrupados em 5 (cinco) regiões geográficas, a saber: Metropolitana, Noroeste, Litoral Norte, Central e Sul, com uma população de 3.839.363 habitantes estimada no ano de 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Região Metropolitana, também conhecida como *Região da Grande Vitória*, compreende 6 (seis) municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana e Guarapari.

É na região Metropolitana, ou Grande Vitória, que se encontra a capital do Estado, a cidade de Vitória. O campus de Goiabeiras da UFES, no qual é oferecido o curso de Arquivologia, também está sediado nessa região, na capital do Estado.

Somente 8 (oito) prefeituras dos municípios capixabas já realizaram concurso público para arquivista:

- na Região Metropolitana, 5 (cinco) municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari;
- na Região Central, 2 (dois) municípios: Domingos Martins e Santa Leopoldina;
- na Região do Litoral Norte, apenas 1 (um) município, Aracruz.

O Quadro 19 apresenta as informações constantes nos editais dos primeiros concursos públicos para o cargo de arquivista, nas prefeituras municípios capixabas, em ordem cronológica de realização, e entre os anos de 2004 e 2013.

Quadro 19 – Concurso público para arquivista nas prefeituras municipais do ES

Município	Edital	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento (R\$)	Carga horária/sem.
Serra	Nº 01/2004 ²²	Arquivista	02	1.000,00	30 horas
Vitória	Nº 9/2007 ²³	Arquivista	06	1.862,70	40 horas
Vila Velha	Nº 1/2007 ²⁴	Arquivologia [consta a área de formação]	04	985,63	40 horas

²² Fonte: <<http://www.concursosolucao.com.br/editais/serra.pdf>>.

²³ Fonte: http://legado.vitoria.es.gov.br/secretarias/administracao/editais_concurso_publico//2007/009/ed_abertura_009-2007.pdf

²⁴ Fonte: <http://www.cespe.unb.br/concursos/_antigos/2008/PMVV2007/arquivos/ED_1_2007_PREF_VILA_VELHA_ABT_III_VERS_O_FINAL_FORM.PDF>.

Domingos Martins	Nº 02/2008 ²⁵	Arquivologista	01	1.326,11	30 horas
Aracruz	Nº 01/2009 ²⁶	Arquivista	01	1.275,10	30 horas
Guarapari	Nº 01/2009 ²⁷	Analista de Gestão Munic. AGM II Arquivologista	01	1.000,00	40 horas
Santa Leopoldina	Nº 001/2011 ²⁸	Arquivista	01	835,64	40 horas
Cariacica	Nº 01/2012 ²⁹	Analista Munic. nível superior – Arquivologista	01	1.643,63	40 horas

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos concursos, 2014.

Vale destacar que o município de Vitória, capital do Estado, realizou concurso no ano de 2007 para preenchimento de 6 (seis) vagas, mas apenas 1 (um) candidato, dentre os aprovados no concurso, foi convocado e empossado. Outro ponto a ser destacado refere-se ao município de Guarapari que realizou concurso público, no ano de 2009, para empossar 1 (um) candidato, mas não convocou nenhum dos arquivistas aprovados.

É significativa a constatação da não contratação dos aprovados nos concursos dos municípios de Vitória e Guarapari. Tal fato pode refletir o desinteresse pelo trabalho do arquivista e/ou a desvalorização da profissão por parte dos gestores municipais, além de um gasto público desnecessário no caso da prefeitura do município de Guarapari que realizou concurso, aprovou candidatos, mas não preencheu a única vaga registrada no edital.

Os editais dos concursos dos municípios de Domingos Martins, Guarapari e Cariacica apresentam a denominação *arquivologista* para o cargo a ser exercido. Constata-se, nesses casos, um desconhecimento por parte dos órgãos responsáveis pela preparação dos editais, com relação à denominação utilizada, no Brasil, para esse profissional.

O baixo salário oferecido pelos municípios capixabas pode estimular a rotatividade de profissionais, dificultando a execução de um programa de gestão eficaz em seus arquivos. A realização de um trabalho satisfatório no setor público municipal depende primeiramente da existência e permanência do profissional no arquivo e, para tanto, é preciso que o arquivista receba gratificação que lhe seja atraente.

O Quadro 20 apresenta as atribuições dos arquivistas, conforme proposto nos editais dos primeiros concursos municipais, para ocupação de cargos nas prefeituras capixabas.

²⁵ Fonte: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-domingos-martins-es-551-vagas>>.

²⁶ Fonte: <http://www.concursosolucao.com.br/editais/pref_aracruz_546_ES_09.pdf>.

²⁷ Fonte: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-guarapari-es-341-vagas>>.

²⁸ Fonte: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-santa-leopoldina-es-304-vagas>>.

²⁹ Fonte: <http://www.cariacica.es.gov.br/download/Concurso_PMC_2012_Edital_de_Abertura.pdf>.

Quadro 20 – Atribuições descritas nos editais dos concursos das prefeituras municipais no ES

Município	Atribuições dos arquivistas
Serra	Graduação em Arquivologia.
Vitória	Planejar, organizar e executar trabalhos relacionados ao arquivamento e preservação dos acervos e documentos históricos, científicos, literários, culturais, artísticos, funcionais, jurídicos nos centros de documentação, centro de informação e correlatos.
Vila Velha	Coordenar trabalhos de arquivamento de cartas, fichas, documentos, plantas de construções, fitas magnéticas, disquetes e outros materiais, classificando-os segundo critérios apropriados, para armazená-los, conservá-los e possibilitar sua consulta; estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los; classificar os documentos, agrupando-os e identificando-os por assunto, ordem alfabética, cronológica ou outro sistema, para facilitar e possibilitar sua localização e consulta; supervisionar o arquivamento dos documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios; promover a guarda e a preservação dos documentos; promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo de empréstimo e outras informações necessárias; coordenar a preparação de publicações e documentos para arquivo, selecionando àqueles que periodicamente se destinem à incineração, de acordo com as normas que regem a matéria; realizar outras atribuições afins.
Domingos Martins	Participar do planejamento, coordenar, controlar e avaliar o desenvolvimento dos Trabalhos relacionados com armazenamento de documentos e à recuperação de informações; organizar e atualizar os acervos técnicos e documentais, normatizando, classificando e catalogando documentos, livros e outros documentos dos arquivos institucionais; desenvolver pesquisas sobre documentos dos arquivos da municipalidade; redigir resumos descritos do conteúdo dos documentos arquivados; providenciar reproduções fotográficas e a manutenção dos elementos que compõe o arquivo; restaurar material do acervo utilizando técnicas, materiais e conhecimentos específicos; coordenar e supervisionar a divulgação dos documentos arquivados pela municipalidade; coordenar o atendimento a pesquisadores; atender usuários, internos e externos, identificando suas necessidades e buscando disponibilizar informações e/ou documentos; conservar acervos, dando acesso à informação e desempenhar outras atividades correlatas à função ou ao cargo, nos termos do anexo IV da Lei Municipal nº 1.934/2007.
Aracruz	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar as peças que devem ser arquivadas, analisando seu conteúdo e valor documental para decidir sobre a maneira mais conveniente de guarda; - Classificar as peças agrupando-as e identificando-as por matéria, por ordem alfabética, cronológica ou outro sistema, para facilitar sua localização e consulta; - Arquivar as peças de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-as em armários, estantes ou outro local adequado, para preservá-las de riscos e extravios; - Entregar as peças que lhe são solicitadas, anotando destino, nome dos solicitantes e outros dados, ou mediante recibo, para possibilitar sua utilização por particulares, unidades administrativas ou instituições; - Controlar a localização das peças emprestadas, verificando o tempo permitido de empréstimo e tomando outras providências oportunas, para evitar o extravio das mesmas;

	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados os arquivos, complementando-os e aperfeiçoando o sistema de classificação, consulta e empréstimo, para torná-los instrumentos eficazes de apoio; - Planejar sistema de recuperação de informação e de conservação preventiva de documentos; - Planejar a implantação de programa de gestão de documentos; - Organizar índice das peças arquivadas, para facilitar as consultas; - Descartar documentos de arquivos; - Classificar documentos por grau de sigilo; - Identificar a produção e o fluxo documental; - Organizar e manter acervo de importância histórico-cultural da Prefeitura; - Fiscalizar a aplicação de legislação de direitos autorais e a reprodução e divulgação de imagens; - Desenvolver ações junto com profissionais da educação e junto à comunidade; - Planejar a adoção de novas tecnologias de recuperação e armazenamento de informações; - Executar outras atribuições afins.
Guarapari	Participar do planejamento, coordenar, controlar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos relacionados com armazenamento de documentos e à recuperação de informações. Organizar e atualizar os acervos técnicos e documentais, normatizando, classificando e catalogando documentos, livros e outros documentos dos arquivos institucionais. Desenvolver pesquisas sobre documentos dos arquivos da municipalidade. Redigir resumos descritos do conteúdo dos documentos arquivados. Providenciar reproduções fotográficas e a manutenção dos elementos que compõe o arquivo. Restaurar material do acervo utilizando técnicas, materiais e conhecimentos específicos. Coordenar e supervisionar a divulgação dos documentos arquivados pela municipalidade. Coordenar o atendimento a pesquisadores. Atender usuários, internos e externos, identificando suas necessidades e buscando disponibilizar informações e/ou documentos. Conservar acervos, dando acesso à informação.
Santa Leopoldina	Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais, criar projetos de museus e exposições, organizar acervos; dar acesso à informação, conservar acervos; preparar ações educativas e culturais, planejar e realizar atividades técnico-administrativas, orientar implantação de atividades técnicas, além de outras atividades correlatas.
Cariacica	Graduação em Arquivologia.

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos concursos, 2013.

Os editais dos concursos dos municípios de Serra e Cariacica não registraram as atribuições dos arquivistas. Registrou-se, apenas, a indicação Graduação em Arquivologia em detrimento da descrição das atribuições do profissional o que pode caracterizar um desconhecimento das funções a serem exercidas pelo profissional.

O edital da prefeitura do município de Vitória não aponta o arquivo como o local onde o arquivista irá desempenhar suas atribuições, mas sim os *centros de documentação, centro de informação e correlatos*. Se o arquivo existe, como de fato existe, por que o arquivista é demandado por outros setores? Será que o não lugar do arquivo aponta para o grau de importância atribuído ao setor na capital do Estado?

As principais funções arquivísticas descritas por Rousseau e Couture (1998, p. 265) são: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação;

descrição; e, difusão e acesso. O Quadro 21 apresenta a incidência dessas funções arquivísticas, nos editais divulgados pelas prefeituras dos municípios capixabas.

Quadro 21 – Incidência das funções arquivísticas nos editais do concurso das prefeituras municipais do ES

	Criação /Prod.	Aval.	Aquis.	Cons./ Pres.	Classif.	Descr.	Difus./ Acesso
Serra	-	-	-	-	-	-	-
Vitória	-	-	-	X	-	-	-
Vila Velha	-	-	-	X	X	-	X
Domingos Martins	-	-	-	X	X	-	X
Aracruz	X	-	-	X	X	-	X
Guarapari	-	-	-	X	X	-	X
Santa Leopoldina	-	-	-	X	-	-	X
Cariacica	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos concursos, 2014.

A preocupação com a função *preservação e/ou conservação* dos documentos foi pontuada em todos os 6 (seis) editais que registraram as atribuições do arquivista. O dado nos permite inferir que essa frequência aponta para uma preocupação das prefeituras municipais com a preservação/conservação da integridade físicas de seus acervos.

A segunda função mais citada diz respeito à *difusão e acesso*, presente em 5 (cinco) editais: Vila Velha, Domingos Martins, Aracruz, Guarapari e Santa Leopoldina. Já a função *classificação* foi pontuada em 4 (quatro) editais: Vila Velha, Domingos Martins, Aracruz e Guarapari.

As expressões *possibilitar consulta e dar acesso a usuários* aparecem em 4 (quatro) editais - Vila Velha, Domingos Martins, Aracruz e Guarapari. Já a expressão *Acesso à Informação* só é mencionada no edital do município de Santa Leopoldina.

O edital da prefeitura municipal de Aracruz apresenta funções que não são mencionadas nos editais das demais prefeituras. A função *criação/produção* é apresentada nos seguintes termos: *Identificar a produção e o fluxo documental*. Há, nesse edital, o único registro relacionado à *classificação dos documentos quanto ao grau de sigilo*, bem como da expressão *Gestão de Documentos*. Também, a atividade referente à *eliminação* foi citada apenas no edital da prefeitura de Aracruz que pontuou, como atribuição do arquivista, a responsabilidade de *Descartar documentos de arquivos*.

É importante destacar que importantes funções ligadas à gestão de documentos como: *avaliação, aquisição e descrição*, nem sequer são mencionadas.

Verifica-se uma ênfase na atividade de arquivamento³⁰, apontada em 3 (três) editais: Vitória, Vila Velha, Aracruz. Essa ênfase na atividade de arquivamento pode refletir a necessidade de ‘guardar’ os documentos que em profusão, e sem a devida preparação técnica, se acumulam nas secretarias dos órgãos municipais.

O edital das prefeituras dos municípios de Domingos Martins e Guarapari não menciona a palavra arquivamento, que parece ter sido substituída pela expressão *Armazenamento de documentos*. Vale destacar que essa expressão não consta do DTA que apresenta a expressão *Armazenamento de dados*, definida como “Ato ou efeito de guardar documentos e informações em meio eletrônico” (DICIONÁRIO, 2014).

Somente 2 (dois) editais pontuam o papel educativo que o arquivo pode e deve desempenhar: Aracruz e Santa Leopoldina. Para Freire (2009, p. 2),

As atividades culturais e educativas desenvolvidas nos arquivos são as que melhor cumprem a função de transformá-lo num bem social, popular e da comunidade. Seus acervos guardam a história das localidades onde estão inseridos, por isso podem ser utilizados efetivamente como fontes de conhecimento, não apenas para os pesquisadores e historiadores, mas de forma mais democrática – para os cidadãos comuns, e em especial para os alunos.

Importante destacar a atribuição *criar projetos de museus*, presente no edital do município de Santa Leopoldina, atividade que não condiz com a formação em Arquivologia.

Pela análise feita nos editais municipais podemos concluir que há um desconhecimento sobre o trabalho que o arquivista deve realizar, e de como essas atividades profissionais devem ser orientadas já que a função *Avaliação*, que orienta boa parte das atividades de gestão dos arquivos, não está contemplada em nenhum dos editais.

4.4.4 O arquivista e o mercado de trabalho no setor privado

O setor privado representou 85,8% da força de trabalho Brasil, segundo levantamento estatístico realizado no ano de 2009 (BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2012). Portanto, é também esse setor que, potencialmente, pode oferecer um número maior de possibilidade de contratação no mercado de trabalho.

Entretanto, para o arquivista esse mercado ainda precisa ser conquistado. Segundo SOUZA (2011, p. 176) “[...] o Estado se destaca claramente como o maior empregador, dado que 54% dos arquivistas exercem atividades em instituições públicas, enquanto 37% o fazem em instituições privadas [...]”.

³⁰ O Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) define o termo Arquivamento como: “1. Sequência de operações que visam à guarda ordenada de documentos; 2. Ação pela qual uma autoridade determina a guarda de um documento, cessada a sua tramitação” (DICIONÁRIO, 2014).

Registramos, a seguir, 2 (duas) ofertas de vagas disponibilizada via internet no ano de 2013, que atribui competências próprias do arquivista a outros profissionais. Uma das vagas é destinada a profissional com nível superior, e a outra para nível médio.

1. Assistente de Contratos

Acompanhar licitações publicadas através de informativos da Empresa contratada e leitura de jornais, Participar de pregões eletrônicos; Elaboração e preparação de documentos para licitação, propostas comerciais, planilhas de custos para clientes da área pública e privada, Visitas técnicas de licitações, Elaboração de Contratos Comerciais, Elaboração trimestral de dados estatísticos para análise crítica; **Organização de Arquivos**, Cadastros e atualizações dos clientes, Emissão de Contratos e Termos Aditivos, Lançamento mensal no Sistema do Banco, Registro de reclamações, Requisição de material. Experiências: Experiências: Redação própria; Licitações Públicas e Privadas; Elaboração de Planilhas de Custos; Sistemas Informatizados; Cadastro e Atendimento de Clientes. Conhecimentos: **Superior Completo em Administração ou em andamento**. Regime de Contratação: - CLT Informações Adicionais: Possuir CNH³¹ (Grifo nosso).

2. Assistente Financeiro

Atuar em toda rotina de contas a pagar, receber, emissão de Notas, **arquivamento de documentos, e toda rotina correlata**. Experiências: Experiência como Assistente Financeiro. Conhecimentos: **Ensino Médio Completo**. Regime de Contratação: - CLT³² (Grifo nosso).

Essas propostas de trabalho podem significar: 1. o desconhecimento da profissão por parte do empregador; 2. a percepção de que que a atividade pode ser exercida por profissionais de outras áreas; 3. uma imagem distorcida do profissional e da profissão. Para Bellotto (2014, p. 224),

A imagem do arquivista na sociedade é equivocada, distorcida, irreal, apequenada, quando não é totalmente inexistente. Os sistemas de informação informatizados reforçam esta concepção, a de que a máquina pode prescindir, quase totalmente, da atividade humana.

Tratando das razões que poderiam explicar o desconhecimento do arquivista pela sociedade, Bellotto (2014, p. 224) registra que uma das possíveis explicações pode estar:

5. No fato de os arquivistas serem numericamente poucos, assim como são poucos os cursos de formação, os conselhos profissionais, as associações e/ou sindicatos de classe. Essas entidades, quando existentes, justamente por terem poucos associados, também não têm notoriedade e força de persuasão junto à sociedade, pois, em relação à população profissionalmente ativa, a porcentagem de arquivistas é inexpressiva. [...].

As publicações de proposta de trabalho para arquivistas, no setor privado, são ainda inexpressivas no Estado do Espírito Santo. As vagas são divulgadas em sites de empregos na

³¹ Informação disponível em: <<http://www.manager.com.br/empregos-arquivista-vale-verde-estado-esp%C3%ADrito-santo-14>>. Acesso em 10 dez. 2013.

³² Informação disponível em: <<http://www.manager.com.br/empregos-empresa-gm-gr%C3%A1fica-e-editora-ltda-253417>>. Acesso em 10 dez. 2013.

web, nos jornais impressos e eletrônicos, mas um número representativo de profissionais assumem postos de trabalho, nesse setor, mediante indicação direta de terceiros.

No Espírito Santo, 46% dos arquivistas que estão atuando em empresa privada e que participaram da presente pesquisa, foram convidados ou indicados para a função.

Identificamos 2 (duas) ofertas de trabalho publicadas em sites na web, uma delas em jornal eletrônico de empregos e, a outra, em página de arquivista no Facebook. Os requisitos exigidos ao profissional bem como a descrição das atividades que o arquivista deverá realizar estão descritas no Quadro 22.

Quadro 22 – Oferta de trabalho para arquivista no setor privado

Empresa	Cargo	Requisitos	Descrição	Salário
1 ³³	Analista da Informação I	<p><u>Obrigatórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Formado em Arquivologia ou Biblioteconomia; - Ter, no mínimo, 2 anos de experiência organizando contratos; - Conhecimento Avançada em Windows e Pacote Office (Excel avançado); - Liderança com equipe. <p><u>Desejáveis:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Experiência em metodologia de controle de recebimento, envio, aprovação, digitalização, indexação e de arquivamento de documentação; - Conhecimento e experiência em Arquivo de contrato; - Experiência em ferramentas de protocolo, digitalização e indexação. 	<p>Administrativo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Separação de documentos que devem ser eliminados, conforme critérios estabelecidos pela metodologia desenvolvida, elaboração de relatório de descarte contendo as informações dos documentos eliminados, acompanhamento do processo de descarte dos documentos que devem ser eliminados; - Higienização, acondicionamento em material arquivístico, classificação, organização e arquivamento dos documentos que deverão ser armazenados; - Elaboração de relatório semanal de produção. 	<p><u>Benefícios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência Médica / Medicina em grupo, Assistência odontológica - Tíquete-refeição, Vale-transporte.
2 ³⁴	Arquivista	Superior completo em Arquivologia com experiência.	Planejamento, análise e organização de documentos.	Não informa.

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa na internet, 2013.

Registra-se na proposta de número 1 (um) que atribuições, pertinentes à área arquivística, são facultadas aos bibliotecários apesar de já existirem arquivistas graduados na Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, desde o final do ano de 2003.

³³ Informação disponível em: <http://www.cadernonacional.com.br/vagas/analista-da-informacao-i-121829.aspx?utm_source=jooble&utm_medium=cpc&utm_campaign=jooble>. Acesso em 16 nov. 2013

³⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/empreguemeoficial/posts/575393732536129>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Ressaltamos 2 (duas) outras ofertas de vagas, veiculadas pelas redes sociais e que não registram os requisitos ou atribuições exigidas para o cargo. Apenas informam a disponibilidade das vagas conforme apresentado a seguir:

1. Documentar contrata arquivista para trabalhar em projeto da Petrobras em São Mateus - ES. Interessados encaminhar currículo para bruna.cunha@documentar.com.br e laura.cunha@documentar.com.br;³⁵
2. Arquivista empresa contrata com experiência em organização de arquivos públicos. Comparecer dia 05/05, às 8h, munidos de currículo no end. Av: Nossa Senhora da Penha, Praia do Canto.³⁶

Interessante a exigência apresentada na segunda proposta: *experiência em organização de arquivos públicos*. A empresa, do setor privado, sinaliza com a valorização do profissional a partir de uma experiência prévia em órgão público.

A informação referente ao rendimento salarial, oferecido pela empresa contratante, não foi repassada ao profissional no ato de divulgação da vaga de trabalho.

Na seção 5 (cinco), a seguir, é traçado o perfil do arquivista graduado na UFES. O levantamento do perfil do egresso do curso de Arquivologia da UFES permitiu apontar, entre outros elementos, como se deu a inserção desse profissional no mercado de trabalho capixaba.

³⁵ Informação divulgada por página de arquivista no Facebook.

³⁶ Disponível em: <<https://groups.google.com/forum/#!topic/rhvix/TAswhfQlngQ>>. Acesso em 20 jan. 2014. (publicado em 01/05/2011).

5 PERFIL DO EGRESSO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES

A produção científica da área arquivística relacionada a perfil do arquivista em atuação no mercado de trabalho ainda é pequena. Há poucos registros envolvendo a práxis do profissional, seja na literatura nacional como na internacional.

[...]. Poucos são os estudos que abordam a práxis profissional, seus desdobramentos ou os próprios espaços de trabalho. O mesmo ocorre no Brasil, onde as investigações também são praticamente inexistentes na literatura arquivística (SOUZA, 2011, p. 31).

É real a importância de estudos que identifiquem o profissional que está atuando na área. Para Jardim (1999, p. 32, grifo do autor) é responsabilidade do arquivista “[...] estudar a Arquivologia em três dimensões que se integram, ou seja: *o conhecimento arquivístico, as organizações arquivísticas e o próprio arquivista*”.

Especificamente sobre perfil de aluno de cursos de Arquivologia há registro de 10 (dez) trabalhos realizados nas seguintes universidades: UFF (1995, 2010); UNIRIO (1996, 2000, 2004, 2010); UEL (2001); UnB (2000); UFBA (2001); e UEPB (2010). Para os pesquisadores que analisaram esses dez trabalhos, as “[...] iniciativas de definição de perfis dos alunos de arquivologia mostra que, infelizmente, os estudos têm sido feitos, na grande maioria das vezes, na região Sudeste. [...] os trabalhos são ainda bastante escassos, o que impossibilita se generalizar os resultados ou se pensar em um perfil do estudante brasileiro de arquivologia” (PAIVA; NEGREIROS; SILVA, 2012, p. 258).

Se as pesquisas sobre perfil de estudantes são escassas, mais ainda as que estão relacionadas ao perfil do profissional graduado nos cursos de Arquivologia do Brasil. Apenas um trabalho com essa temática foi realizado pela UEL, em 2000, com o tema *O perfil dos profissionais arquivistas, licenciados em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina, frente ao mercado de trabalho* (SOUZA, 2011, p. 38).

A identificação do perfil do egresso permite um (re)direcionamento nos conteúdos curriculares dos cursos de Arquivologia que possa atender, objetivamente, às necessidades que o profissional irá demandar quando de sua inserção no mercado de trabalho. Marques e Rodrigues (2011) vão mais além, segundo as pesquisadoras a identificação do perfil agrega conhecimento científico para a área, cujas pesquisas

[...], cada vez mais parecem convergir para preocupações contemporâneas da área, como a sua própria identidade, **o perfil profissional do arquivista**, o acesso aos documentos etc., [...]. Esses interesses parecem indicar que aos poucos a arquivologia deixa de ser concebida apenas como uma disciplina eminentemente técnica e passa a ser reconhecida como uma disciplina de caráter científico, que contempla pesquisas com temas próprios (MARQUES; RODRIGUES, 2011, p. 99, grifo nosso).

Destaca-se a relevância do tema em função, também, das demandas do Departamento de Arquivologia da UFES que deve cumprir as exigências do Ministério da Educação (MEC), no que se refere à matriz das dez dimensões do processo de avaliação, cuja nona dimensão versa sobre as *Políticas de atendimento aos estudantes* conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 23 – Política de atendimento ao estudante

9. Políticas de atendimento aos estudantes
9.1. Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente
9.1.1. Programas de apoio ao discente
9.1.2. Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos
9.2. Condições Institucionais para os discentes
9.2.1. Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos
9.2.2. Apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente
9.2.3. Bolsas acadêmicas
9.2.4. Apoio e incentivo à organização dos estudantes
9.3. Egressos
9.3.1. Política de acompanhamento do egresso
9.3.2. Programas de educação continuada voltados para o egresso

Fonte: PORTARIA Nº 300. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Portaria_300.pdf>. Acesso: 25 maio, 2014.

Dentre as abordagens da Política de atendimento ao estudante, destacamos o ponto 9.3 *Egressos* e o ponto 9.3.1 *Política de acompanhamento do egresso* que compreende, nessa etapa, a identificação do perfil dos egressos dos cursos de graduação (MINISTÉRIO, 2006). Diante dessa demanda, o resultado alcançado na pesquisa poderá substanciar a implementação de adequações no setor acadêmico, a fim de formar profissionais preparados para atuarem nesse segmento do mercado de trabalho atendendo suas demandas e, conseqüentemente, aos anseios da sociedade.

5.1 METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA PERFIL DO ARQUIVISTA EGRESSO DA UFES

Para realizar a pesquisa sobre o perfil do arquivista, egresso do curso de arquivologia da UFES, optou-se pela pesquisa quali-quantitativa do tipo descritiva, por ser a que melhor se adéqua às características do estudo proposto.

A pesquisa descritiva tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2009, p. 42). Da mesma maneira, Boaventura (2009, p. 57) registra que as pesquisas descritivas “[...] identificam as características de determinada

população ou fenômeno”. Sendo assim, objetivou-se identificar e interpretar as características gerais referentes aos arquivistas egressos da UFES.

A abordagem quali-quantitativa “[...] associa análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, privilegiando a melhor compreensão do tema a ser estudado [...]” (FIGUEIREDO, 2004, p. 107).

Denzin e Lincoln (2006, p. 23) destacam o papel do pesquisador qualitativo. Para eles

[...] Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses pesquisadores enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o *modo* como a experiência social é criada e adquire significado. [...].

A integração dos dados, qualitativos e quantitativos, permitiu tirar proveito das duas abordagens, ampliando as possibilidades na análise dos dados levantados.

5.1.1 A coleta de dados

A identificação dos profissionais graduados na UFES, e em condições de exercerem a profissão de arquivista resultou, primeiramente, de uma pesquisa documental realizada junto ao arquivo da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da universidade. As informações necessárias, e que foram solicitadas à PROGRAD, foram: nome, e-mail, e telefone do egresso.

Vale ressaltar que o acesso a essas informações se deu mediante documento, protocolado junto ao Colegiado do Curso de Arquivologia, solicitando à PROGRAD a viabilização desse levantamento para que, identificados os egressos, o questionário pudesse ser encaminhado.

Após a elaboração final do instrumento de coleta de dados, encaminhamos aos egressos, via endereço eletrônico, o questionário composto por perguntas fechadas e abertas (APÊNDICE A). Com esse procedimento de coleta de dados, recolhemos as informações necessárias ao delineamento do perfil do arquivista graduado na UFES.

As informações solicitadas no questionário foram divididas em 5 (cinco áreas): 1. dados pessoais; 2. campo de atuação; 3. desenvolvimento da carreira profissional; 4. formação continuada; e 5. satisfação com a profissão. A coleta de dados permitiu identificar, também, o número de egressos que não estão atuando na área arquivística e as razões pontuadas para esta situação.

5.1.2 O universo da pesquisa

O alvo da pesquisa foram os arquivistas, egressos do curso de Arquivologia da UFES, que se graduaram a partir de 2003 e até o mês de julho de 2012, totalizando 231 (duzentos e trinta e um) profissionais. O levantamento dos contatos desses egressos, realizado junto à PROGRAD, nos permitiu relacionar 133 (cento e trinta e três) endereços eletrônicos. A esses endereços eletrônicos, disponibilizados pela PROGRAD, acrescentamos à lista de encaminhamento do questionário da pesquisa 43 (quarenta e três) outros contatos de nossa agenda pessoal. Do total de egressos, foi possível encaminhar 176 (cento e setenta e seis) questionários, ou seja, 76,2% do total de arquivistas graduados na UFES.

Um pré-teste do instrumento de pesquisa foi realizado, entre os dias 5 e 15 de novembro de 2013, quando foram encaminhados, e devidamente respondidos, 12 (doze) questionários. O objetivo da realização do pré-teste foi a comprovação da validade do instrumento de pesquisa que, segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 205),

[...] evidenciará possíveis falhas existentes: inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidades ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causam embaraço ao informante; se as questões obedecem a determinada ordem ou se são muito numerosas etc.

Nenhuma dificuldade no envio e recebimento do instrumento, ou no preenchimento das respostas, foi identificada.

Após a identificação do endereço eletrônico e aprovação do instrumento de pesquisa, passamos ao envio do questionário. O tempo disponibilizado para a devolução do questionário respondido foi de trinta dias, de 20 de novembro a 20 de dezembro de 2013.

A primeira resposta ao questionário foi registrada no dia 22 de novembro de 2013 e, o último questionário respondido, foi encaminhado no dia 3 de dezembro de 2013. Num espaço de 12 (doze) dias totalizamos 50 (cinquenta) registros de resposta: 21,2% do total de graduados no curso de Arquivologia da UFES, e 28,4% do total de encaminhamentos feitos.

Vale destacar que a relação de e-mails, existentes na PROGRAD, pode estar desatualizada em função do tempo decorrido entre o preenchimento dos dados pelo aluno ingressante na UFES, já que a primeira turma iniciou suas atividades no ano 2000. Mudança do endereço eletrônico, bem como digitação errada de algum caractere desse endereço por parte do funcionário da PROGRAD ou mesmo do aluno, pode ter inviabilizado o recebimento do instrumento por parte de algum arquivista.

Sendo o foco da pesquisa de caráter qualitativo, do tipo descritiva, consideramos a totalidade das respostas recebidas como suficientes para traçar o perfil do egresso.

Após o levantamento das informações documentais e do recebimento das respostas dos cinquenta questionários, passamos à análise dos dados que traçou o perfil do arquivista graduado no curso de Arquivologia da UFES. Ressalta-se que a primeira parte do questionário, relativa aos dados pessoais (Quadro 24), foi disponibilizada a todos os egressos.

Quadro 24 – Dados levantados com todos os egressos respondentes da pesquisa

1. Sexo: () F () M					
2. Idade:					
() 20 a 25	() 26 a 30	() 31 a 35	() 36 a 40	() 41 a 45	() + de 46
3. Ano de Conclusão de curso:					
() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	
() 2008	() 2009	() 2010	() 2011	() 2012	
4. Município de Residência:					
() Vitória	() Vila Velha	() Serra	() Cariacica	() Viana	
() Outro. Qual? _____					
5. Ano do início do curso:					
() 2000	() 2001	() 2002	() 2003	() 2004	
() 2005	() 2006	() 2007	() 2008	() 2009	
6. Ano da conclusão do curso:					
() 2003	() 2004	() 2005	() 2006	() 2007	
() 2008	() 2009	() 2010	() 2011	() 2012	
Se você <u>não está atuando</u> na área arquivística, explicite o motivo.					
<hr/> Agradecemos sua colaboração. As demais questões são orientadas aos ex-alunos do curso de Arquivologia da UFES em efetivo exercício profissional na área arquivística.					

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Na sequência, as demais áreas - campo de atuação; desenvolvimento da carreira profissional; formação continuada; satisfação com a profissão – foi disponibilizada apenas aos 32 (trinta e dois) arquivistas, 64%, que responderam *Sim* à questão de número 6 (seis): *Você está trabalhando na área arquivística?*

5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A seguir, são apresentadas as respostas coletadas pelo instrumento de pesquisa. Os dados foram analisados, interpretados, e expostos em gráficos e/ou de forma descritiva, seguidos dos comentários acerca dos resultados alcançados.

5.2.1 Características do egresso do curso de Arquivologia da UFES

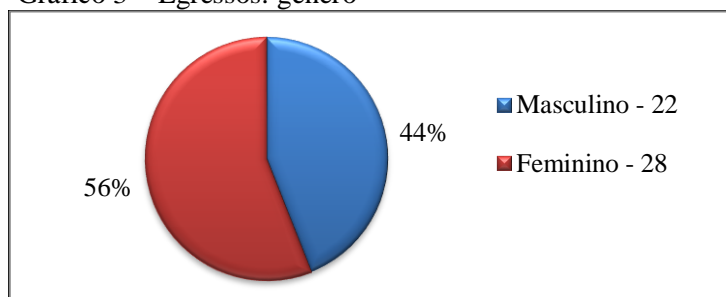
Limitamos as características do egresso aos itens de gênero, município de residência, e ano do início e conclusão da graduação em Arquivologia. Perguntamos, também, na questão de número 6 (seis) se o Arquivista está atuando na área. A resposta negativa a essa pergunta, sobre a atuação do profissional na área arquivística, finalizava a participação desse egresso na

pesquisa. Nessa primeira área, características do egresso, estão incluídas todas as respostas dos 50 (cinquenta) questionários que foram devolvidos.

5.2.1.1 Gênero

A questão número 1 (um) foi do tipo fechada, e revelou que a maioria dos respondentes é do sexo feminino, representando 56% do total dos 50 (cinquenta) questionários recebidos.

Gráfico 3 – Egressos: gênero



Fonte: Elaboração própria, 2013.

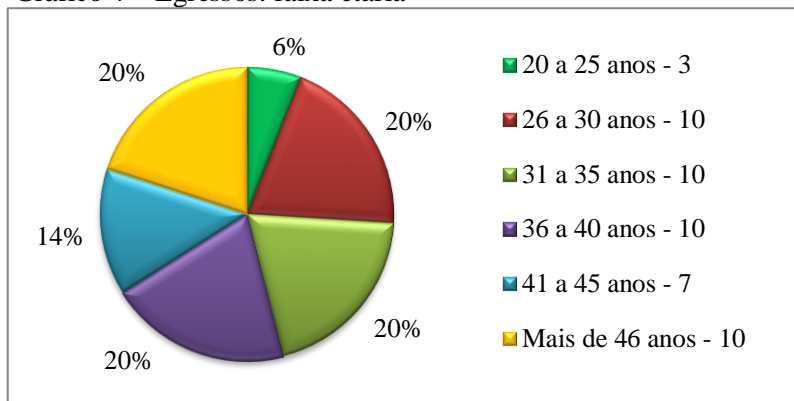
Os índices apontam o crescimento da população masculina, se compararmos com pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense, no final da década de 1990, que apontou “[...] uma predominância de mulheres, num total de 62%” (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 130), cursando a graduação em Arquivologia nessa universidade.

A diferença de apenas de 12% demonstra certo equilíbrio, quanto à escolha da profissão, em relação ao gênero.

5.2.1.2 Faixa etária

Para identificar a idade média dos arquivistas, a questão número 2 (dois) foi elaborada em torno de seis faixas etárias.

Gráfico 4 – Egressos: faixa etária



Fonte: Elaboração própria, 2013.

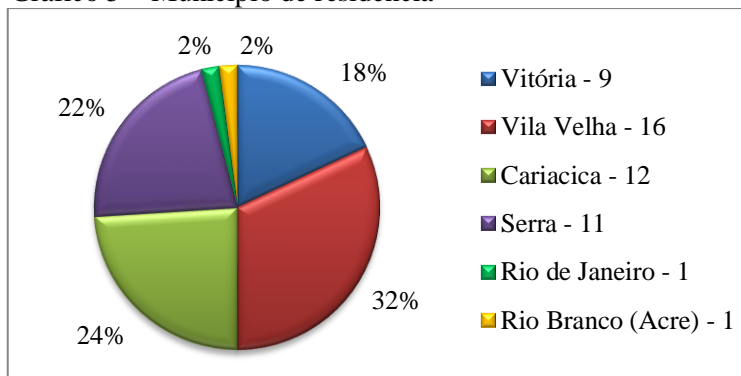
A faixa etária que obteve menor indicação foi a dos egressos com idade entre 20 e 25 anos, com apenas 3 (três) respostas, ou 6%; a segunda faixa etária com menor incidência compreende os que estão entre 41 e 45 anos, com 7 (sete) respostas, 14%. Os demais sujeitos respondentes ficaram igualmente distribuídos, com 10 respostas, 20% para cada um dos 4 (quatro) grupos: 26 a 30 anos; 31 a 35 anos; 36 a 40 anos; e os que possuem mais de 46 anos de idade.

Destaca-se que 27 (vinte e sete) egressos, 54% do total, estão com idade igual ou superior a 35 anos, o que configura o ingresso tardio no curso de Arquivologia.

5.2.1.3 Município de residência

A questão número 3 (três), se refere ao município de residência do profissional. A maioria dos egressos, 32%, reside no município de Vila Velha. Em segundo lugar ficou o município de Cariacica, com 24% de representatividade e, em terceiro lugar o município de Serra, com 22% de indicações. A cidade de Vitória ficou na quarta posição, abrigando apenas 18% do total, e o município de Aracruz com apenas 1 (uma) indicação, 4%, teve o menor número de registro de residência entre os municípios capixabas citados.

Gráfico 5 – Município de residência



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Do total de respondentes, 2 (dois) residem fora do Estado do Espírito Santo, nas capitais dos estados do Rio de Janeiro e Acre. Ambos atuam em arquivos públicos.

5.2.1.4 Ano de início e conclusão do curso de Arquivologia na UFES

As perguntas de número 4 (quatro) e 5 (cinco) identificaram, respectivamente, o ano de início e conclusão da graduação em Arquivologia. Todos os anos de ingresso na graduação, de 2000 a 2009, marco limite da pesquisa, foram contemplados nas respostas.

A primeira turma, que ingressou no ano 2000, com 10 (dez) respondentes representou 20% do total de respostas encaminhadas.

O ano de 2004 acusou o maior número de ocorrências em relação ao ingresso na graduação, com 12 (doze) respostas, ou 24%; e, com menor representatividade ficaram 2001 e 2009 com apenas 1 (uma) incidência cada, ou 2% do total de respostas.

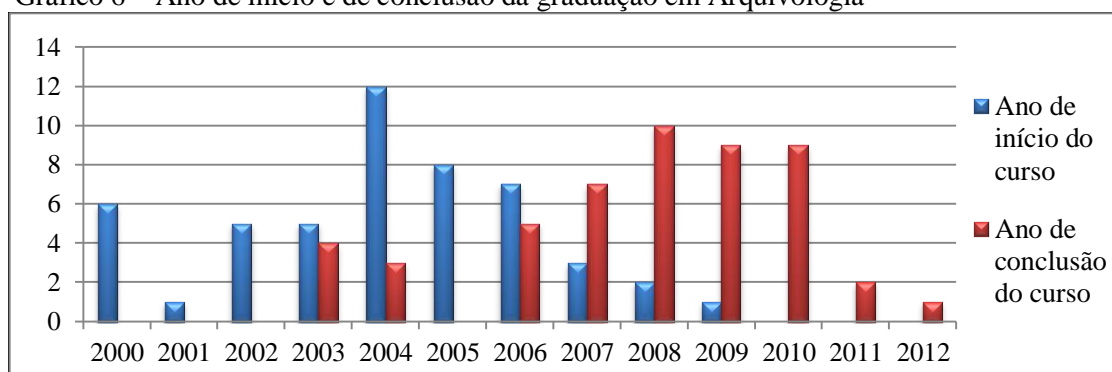
Em relação ao ano de conclusão, 2008 é o ano com número maior de indicações, 10 (dez) respostas, ou 20% do total. Seguem-se os anos 2009 e 2010, com 9 (nove) indicações cada, ou 18% do total das respostas.

Percebe-se que 56% dos respondentes concluíram o curso a partir de 2008, ou seja, ingressaram na UFES a partir do ano de 2005. O dado aponta para a evidência de que a maioria dos egressos das primeiras turmas, não recebeu o questionário da pesquisa em razão de uma desatualização do endereço eletrônico.

O grade curricular do curso de Arquivologia da UFES está distribuída em 7 (sete) períodos, possibilitando ao estudante concluí-lo em três anos e meio. Pelo registro dos dados da pesquisa, a maioria dos respondentes, 52%, graduou-se em três anos e meio ou quatro anos; 34% em cinco anos; 10% em seis anos; e, 4% conseguiram concluir o curso somente após 7 (sete) anos de estudo.

A correspondência entre início e conclusão do curso, levando em consideração o tempo para o cumprimento dos créditos necessários à graduação, demonstra maior equilíbrio em relação ao grupo que ingressou na primeira turma no ano 2000, e graduou-se no ano de 2003, ou seja, dos 6 (seis) estudantes, 12% do total de respondentes que ingressaram no ano 2000, 4 (quatro), ou 8%, finalizaram o curso em 2003.

Gráfico 6 – Ano de início e de conclusão da graduação em Arquivologia



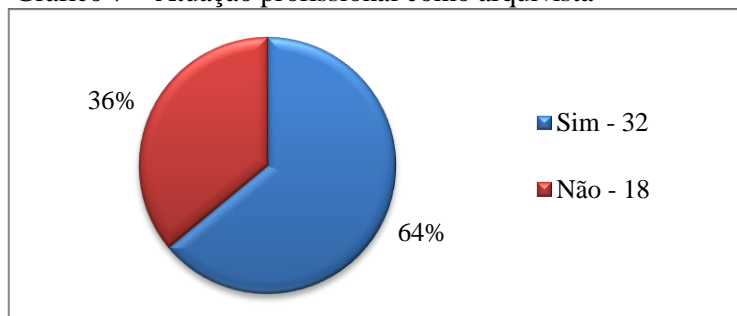
Fonte: Elaboração própria, 2013.

Vale destacar que o curso de Arquivologia da UFES é disponibilizado nos períodos vespertino e noturno, com início das aulas às 16 horas e término às 22 horas. Os alunos que trabalham 8 (oito) horas/dia não podem realizar matrícula nas disciplinas disponibilizadas no primeiro horário de aula (16 às 18 horas). Tal fato pode justificar a conclusão tardia de 48% dos estudantes que não puderam concluir o curso em até quatro anos de estudo.

5.2.1.5 Atuação profissional na área arquivística

Perguntamos, na questão 6 (seis), se o egresso está realizando atividade laboral na área arquivística. Foram 32 (trinta e duas) as ocorrências afirmativas, correspondendo a 64% das respostas recebidas.

Gráfico 7 – Atuação profissional como arquivista



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Dentre os 18 (dezoito) egressos, ou 36%, que declararam a não atuação na área arquivística, 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino.

À resposta negativa, seguiu-se solicitação de justificativa para tal ocorrência. Todas as 18 (dezoito) declarações, dos que acusaram a não participação no mercado de trabalho como arquivista, podem ser visualizadas no quadro a seguir.

Quadro 25 – Razões apontadas para a não atuação como arquivista

1. Minha área de atuação é administração, sou gerente administrativo e financeiro e tenho desenvolvido alguns trabalhos na gestão pública na área de controladoria e administração, sou MBA em Gestão Empresaria.
2. Não sei exatamente o motivo, mas um dos quesitos importantes é a falta de experiência e presumo que o outro, seja a idade (62).
3. O curso de Arquivologia foi minha segunda formação. No momento estou envolvida profissionalmente na área de restauração de obra de arte (minha primeira formação).
4. Sou estatutária da Prefeitura Municipal da Serra há 21 anos e 6 meses, portanto do quadro permanente do município. Sou Fiscal Municipal/Obras, concursada e por isso, como ainda não temos Plano de Carreira e nem Enquadramento de nível instituído no município, continuo na minha função. Porém, sempre executei atividades arquivistas, mesmo antes de fazer a minha graduação, por mais ou menos 16 anos e trabalhei ultimamente num arquivo setorial da Secretaria por 13 anos. Portanto, para ser verdadeira, prefiro dizer que não estou atuando na área arquivística especificamente embora trabalhe com documentos administrativos.
5. Após a conclusão, acabei indo por outros caminhos/áreas profissionais. A Arquivologia é um campo que não tem muitas ofertas no mercado dificultando a absorção de todos os profissionais que se formam!
6. Já trabalhava no Prodest como Secretária e não mudei de área. Fui colocada como fiscal de um contrato de gestão dos documentos do Prodest.
7. Costumo dizer que tenho arquivofobia. Perdi o interesse pela área da arquivologia depois de perceber que a pratica era muito diferente da teoria. Os salários pagos nas empresas privadas é baixo. E no setor publico ha poucas vagas.
8. Bom, em primeiro, não estou tendo a necessidade de prestar esse tipo de serviço. Mas se não houvesse outra opção, desenvolveria. Não é uma tarefa desafiadora Não é estimulante

<p>Não há valorização A atividade não gera valor agregado O curso é bastante fraco em sua grade curricular O mercado não se importa com o Back Office das empresas Não há aplicações em pesquisa e desenvolvimento na área (Brasil) Não gera conhecimento acumulado Não há correlação com áreas gerenciais, metodologias e métodos globais Cada um fala uma língua Podemos viver sem essa atividade Não é preciso mais do que 6 meses para entender todo o ponto central do curso Não há raciocínio lógico</p> <p>Há muitas áreas mais interessantes como: Gestão de Projetos, informática, comércio exterior, área comercial. Bom acho que é isso, estou com pressa e por isso não consigo pensar em mais nada.</p>
<p>9. Sou concursado em outra área. Apesar de ter prestado vários concursos para arquivologia especialmente os federais pelo salário, reconheço que minha remuneração onde estou de nível médio é melhor que as oferecidas para muitos concursos para arquivista. Neste caso, não me sinto atraído pelo salário.</p>
<p>10. Sou servidor efetivo de nível médio, da prefeitura de Vitória. Ingressei antes de me formar e hoje tento concursos na área de arquivo. Apesar de não estar diretamente na área, atuo administrativamente na comissão avaliadora de documentos da prefeitura, denominada CCAD, que julga a destinação dos documentos públicos municipais, aprova e elabora Tabelas de Temporalidade e autoriza eliminações, dentre outras atividades de arquivo.</p>
<p>11. Simplesmente ficam na instituição com o profissional até o termino da organização do arquivo, posteriormente demitem para colocar uma mão de obra mais em conta no caso estagiários ou até mesmo funcionários remanejados caso que ocorreu comigo. Que até a presente data não consegui ingressar em nenhuma outra empresa na área de arquivo e ainda por cima o salário do profissional esta extremamente desvalorizado.</p>
<p>12. Realizo apenas projetos esporádicos, ainda há pouca oferta de vagas no mercado.</p>
<p>13. Mercado de trabalho com poucas oportunidades (pelo menos divulgado) e salários baixos.</p>
<p>14. Ainda não tive oportunidade de atuar na área.</p>
<p>15. Desestimulado pela profissão e pelo mercado profissional.</p>
<p>16. Ainda no estado não há o reconhecimento da profissão pela a iniciativa privada. Hoje a única saída é tentar concursos públicos para conquistar salários dignos para suprir nossas necessidades.</p>
<p>17. Por motivos diversos, mas vou apontar dois:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não há mercado suficiente no estado do Estado do Espírito Santo para o profissional exercer a profissão. 2. A maioria dos empregadores desconhece o real trabalho de um arquivista, "acha" que qualquer pessoa realiza este trabalho.
<p>18. Não estou porque desde que me formei comecei a trabalhar como agente sócio educativo e depois agente penitenciário em designação temporária. Então comecei a fazer algumas provas de concursos, sendo aprovado em quatro, para cargo de nível médio na área de segurança pública, com exceção dos CORREIOS, na qual assumi e permaneci por um ano, para ir para a PMES. A qual permaneço até a presente data.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Foram 8 (oito), 44,4%, os egressos que apontaram o fato de terem outra atividade no mercado de trabalho, não ligada a Arquivologia. A segunda razão apontada por 6 (seis) respondentes, 33,3%, foi o número restrito de vagas, tanto no setor público como no setor privado. A questão salarial foi pontuada por 4 (quatro) egressos, 22,2%, que consideram a remuneração no setor privado muito baixa.

Dentre as razões apontadas para a não atuação na área, 55,5% estão relacionadas as oportunidades facultadas ao arquivista no mercado de trabalho do Espírito Santo. Na visão do egresso essas oportunidades são escassas.

Entretanto, os dados levantados na seção 4, que trata do mercado de trabalho para o arquivista no Estado do Espírito Santo, apontam para um número crescente de vagas no setor público, ainda que de forma modesta.

Vale destacar, também, que a relação candidato vaga nos concursos públicos para a área arquivística, seja a nível federal, estadual ou municipal, ainda é baixa em decorrência do número reduzido de profissionais graduados no Brasil.

Os números relativos a uma pesquisa que levantou o número total de egressos de 10 (dez) cursos de Arquivologia do Brasil, entre os anos de 1997 e 2010, indicam uma média aproximada de 357 (trezentos e cinquenta e sete) graduações anuais nos 13 (treze) anos contemplados, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 26 – Egressos dos cursos de Arquivologia no Brasil: 1997 - 2010

INSTITUIÇÃO	ESTADO	INTERVALO	EGRESSOS
1. UNIRIO	Rio de Janeiro	1977-2010 (33 anos)	1403
2. UFSM	Rio Grande do Sul	1977-2010 (33 anos)	600
3. UFF	Rio de Janeiro	1978-2010 (32 anos)	820
4. UnB	Distrito Federal	1991-2010 (19 anos)	865
5. UFBA	Bahia	1998-2010 (12 anos)	119
6. UEL	Paraná	1998-2010 (12 anos)	267
7. UFES	Espírito Santo	2000-2010 (10 anos)	312
8. UFRGS	Rio Grande do Sul	2001-2010 (09 anos)	145
9. UNESP	São Paulo	2002-2010 (08 anos)	78
10. UEPB	Paraíba	2006-2010 (04 anos)	37
Total de egressos em Arquivologia no Brasil			4.646

Fonte: GAK; BELLESSE; GOMES, 2012, p. 274 (adaptado).

Para os autores da pesquisa,

Essa significativa expansão ainda está longe de atender as necessidades de um país de proporções continentais, que possui mais de 5.550 municípios e que muitos deles sequer possuem orientações genéricas sobre organização, armazenamento e preservação de documentos e nem outras atividades básicas inerentes aos arquivos, tais como gestão de documentos e informação, arranjo e descrição de documentos, políticas de acesso a informação, conservação preventiva de documentos, gerenciamento da informação e outras (GAK; BELLESSE; GOMES, 2012, p. 273).

Hoje os 16 (dezesseis) cursos de Arquivologia no Brasil ainda não são suficientes para suprir a demanda existente no país. A expectativa é que o número de oportunidades no mercado de trabalho continue crescendo, tanto setor público como no setor privado, maximizando a entrada do profissional no mercado de trabalho.

Outras questões apresentadas como justificativa para a não atuação do egresso na área arquivística foram: falta de reconhecimento da profissão por parte do empregador; desempenho da função por pessoa não qualificada nas instituições; descompasso entre teoria e prática; falta de experiência na área; desestímulo com a profissão.

Percebe-se certo desencanto do arquivista com a carreira escolhida. Segundo Bellotto (2014, p. 229), é preciso

Conduzi-los à autoestima. A questão da autoimagem é crucial em qualquer profissão. Como desejar que a sociedade tenha uma imagem positiva de quem não a tem de si mesmo? É evidente que a autoestima está diretamente relacionada à segurança que o arquivista tenha de seus conhecimentos e de seu preparo para resolver situações arquivísticas novas, quando elas se lhe apresentarem. Nesse sentido é grande a responsabilidade das grades curriculares e dos conteúdos pragmáticos. Só a excelência do ensino pode fornecer ao egresso dos cursos de arquivologia o conhecimento que irá ensejar sua autoestima.

É preciso somar esforços para que os problemas apresentados sejam sanados. Cabe à universidade a tarefa de fornecer aos egressos a possibilidade de uma formação contínua que atenda as necessidades do profissional, aproximando teoria e prática. À AARQUES pode contribuir para o reconhecimento da profissão fornecendo, às empresas privadas do Estado do Espírito Santo, informações sobre o importante papel do arquivista na gestão dos arquivos.

A valorização da área passa, necessariamente, pelo entendimento do valor da profissão pelo próprio arquivista. É fato que a formação em Arquivologia ainda é pouco conhecida no Estado do Espírito Santo. Entretanto, com o passar do tempo, e a partir do início do curso de Arquivologia na UFES, a carreira vem sendo divulgada e mais conhecida.

5.2.2 Campo de atuação

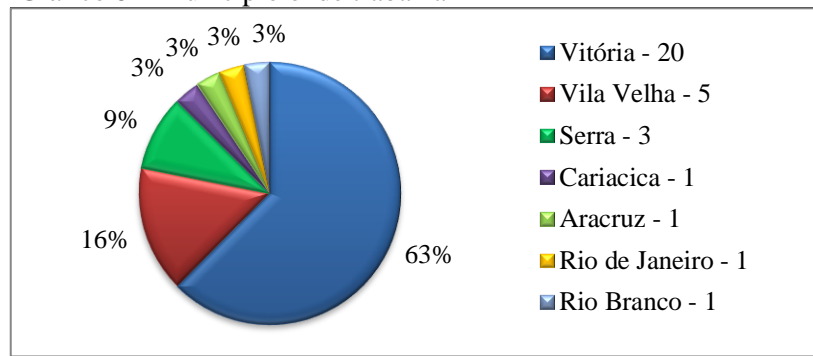
A proposta desse tópico foi identificar o município do Estado em que o profissional exerce a atividade laboral, bem como se esse município corresponde ao de sua residência. Outras informações como: natureza da instituição, designação do setor de atuação, e área a que esse setor está vinculado, foram pontuadas.

Indagamos, também, sobre a existência de experiência profissional anterior na área arquivística. Foram utilizadas 10 (dez) perguntas para esse reconhecimento.

5.2.2.1 Município de atuação profissional

A questão 7 (sete) teve como objetivo identificar o município em que o arquivista exerce sua profissão. Nota-se que dos 32 (trinta) egressos em atividade na área, 30 (trinta) profissionais, ou 93,7% do total, estão atuando em municípios da região da Grande Vitória.

Gráfico 8 – Município onde trabalha



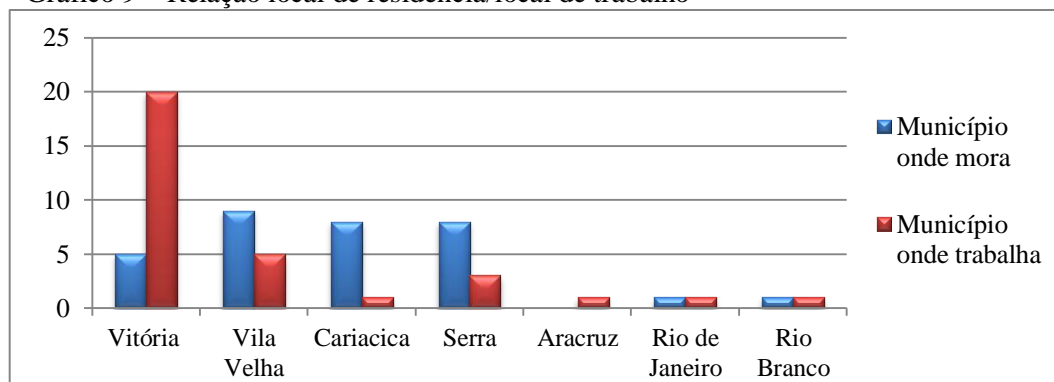
Fonte: Elaboração própria, 2013.

A cidade de Vitória, capital do Estado, registrou 20 (vinte) ocorrências, ou seja, 63% dos arquivistas que responderam ao questionário trabalham na capital. Nos demais municípios: Vila Velha representa 16% dos postos de trabalho, com 5 (cinco) indicações; o município de Serra registrou 3 (três) ocorrências, correspondendo a 9% do total. Os municípios de Cariacica e Aracruz registraram apenas 1 (uma) ocorrência, ou 3% desse total.

Apesar da cidade de Vitória ser o local de trabalho de 63% dos respondentes, apenas 18%, ou 9 (nove) profissionais, residem na capital do Estado. Por ser uma ilha, com apenas 93 km², a oferta de moradias é pequena e a proximidade com os municípios vizinhos é um facilitador já que o deslocamento dos profissionais, entre os municípios da região da Grande Vitória, não despende muito tempo.

Identificamos 2 (dois) profissionais, 6%, residindo e atuando fora do Estado do Espírito Santo, nas capitais dos estados do Rio de Janeiro e Acre. O Gráfico 9 apresenta a relação entre o município de residência e o município de atividade profissional.

Gráfico 9 – Relação local de residência/local de trabalho



Fonte: Elaboração própria, 2013.

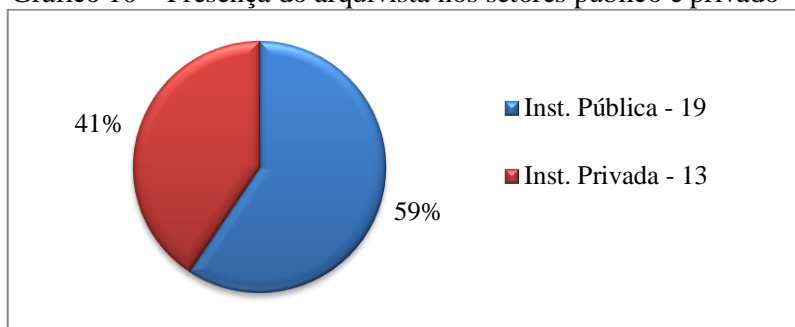
Desses 30 (trinta) profissionais que declararam residência na região da grande Vitória, apenas 11 (onze), 33,7%, moram e trabalham no mesmo município: 5 (cinco) em Vitória; 3 (três) em Vila Velha; 2 (dois) no município de Serra; e 1 (um) em Cariacica. Os demais 19

(dezenove), 63,3%, precisam se deslocar para outro município a fim de desenvolverem suas funções como arquivistas.

5.2.2.2 Natureza da instituição em que atua

Verificou-se que 19 (dezenove) arquivistas, 59%, atuam em instituições públicas e 13 (treze) profissionais, 41%, em instituições privadas.

Gráfico 10 – Presença do arquivista nos setores público e privado



Fonte: Elaboração própria, 2013.

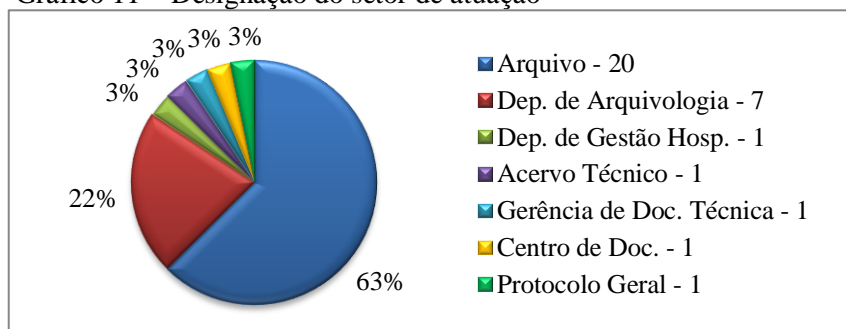
Em pesquisa sobre mercado de trabalho em nível de Brasil, publicada no ano de 2011, verificou-se que, “De acordo com a natureza jurídica das instituições, o Estado [brasileiro] se destaca claramente como o maior empregador, dado que 54% dos arquivistas exercem atividade em instituições públicas, enquanto 37% o fazem em instituições privadas e 9% em outras, sobretudo ONG” (SOUZA, 2011, p. 176).

Verifica-se que o Estado do Espírito Santo, com 59% dos egressos atuando na esfera pública, acompanha a tendência observada nacionalmente no percentual de empregabilidade.

5.2.2.3 Designação do setor em que atua

A designação *Arquivo* foi a denominação de setor mais indicada pelos profissionais, com 20 (vinte) ocorrências, ou 63% do total. Entre as 20 (vinte) ocorrências da designação *Arquivo*, 2 (duas) foram apresentadas com expressão composta, ou seja, *Arquivo Central* e *Centro de Documentação Técnica*, e *Serviço de Arquivo Médico*.

Gráfico 11 – Designação do setor de atuação



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Em segundo lugar, temos a designação *Departamento de Arquivologia*, com 7 (sete) ocorrências, ou 22%, todas elas ligadas à docência no curso de Arquivologia da UFES.

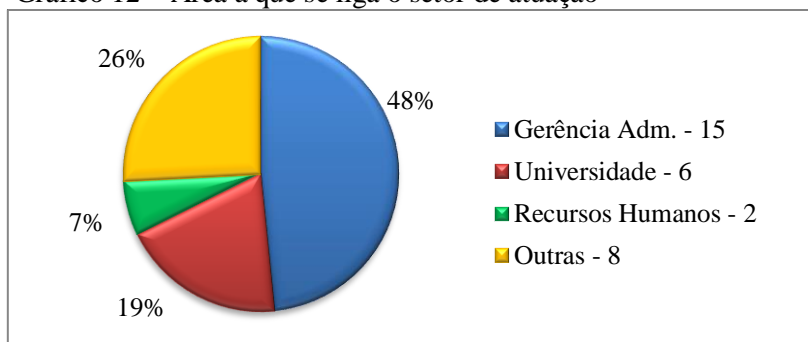
Com 1 (uma) ocorrência, 3%, outras 5 (cinco) designações foram mencionadas: *Departamento de Gestão Hospitalar*; *Acervo Técnico*; *Gerência de Documentação Técnica*; *Centro de Documentação*; e *Protocolo Geral*.

Importante ressaltar que a denominação *Arquivo* sobressai tanto nas empresas privadas como nas públicas, com 10 (dez) ocorrências para cada uma delas. Quanto à empresa privada, somente 2 (duas) denominações de setor não se configuram como arquivo, mas sim, como *Centro de Documentação*, e *Gerência de Documentação Técnica*. Já nas empresas públicas, aparecem duas outras designações de setor, a saber, *Departamento de Gestão Hospitalar*, e *Acervo Técnico*.

5.2.2.4 Área da instituição a que se liga o setor em que atua

Das 32 respostas recebidas, 15 (quinze), ou 46,8%, apontaram para a área da *Gerência Administrativa*, o que pode ser um indicativo do interesse da instituição pela organização da documentação corrente. Outras 6 (seis) ocorrências, 19%, referem-se aos docentes do departamento de Arquivologia da UFES, vinculados à Universidade.

Gráfico 12 – Área a que se liga o setor de atuação



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Com menor incidência estão os setores *Recursos Humanos* com 2 (duas) ocorrências, ou 6%, e, as demais: *Procuradoria Geral da Prefeitura*, *Coordenação de Gestão de Documentos*, *Direção Geral*, *Pró-Reitoria de Administração (UFES)*, *Gerência de Controladoria*, *Diretoria de Unidade Ambulatorial*, *Gerência Geral*, e *Direção Técnica*, em um total de 8 (oito) áreas, totalizando 24%, sendo 3% a representatividade para cada uma delas.

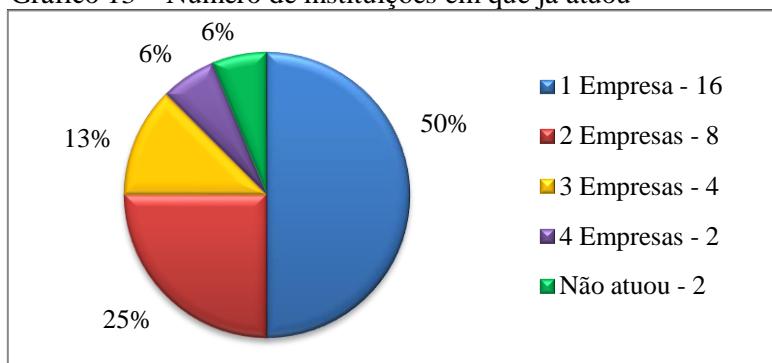
Fica evidente a diversidade de setores que recebem o profissional da área arquivística. Essa diversidade aponta para o grau de inserção do arquivista em segmentos diversos nas empresas públicas e privadas.

5.2.2.5 Experiência profissional anterior como arquivista

Perguntamos se ele já havia trabalhado, como arquivista, em outra instituição que não a empresa em que estão atuando no presente.

Do total das 32 (trinta e duas) respostas recebidas, 30 (trinta), ou 94% do total, foram positivas.

Gráfico 13 – Número de instituições em que já atuou



Fonte: Elaboração própria, 2013.

O maior registro, 50%, foi apontado para aqueles que já tinham experiência em apenas 1 (uma) empresa, ou seja, 16 (dezesseis) profissionais. Verifica-se que os 2 (dois) profissionais, que não tinham experiência anterior como arquivista, estão atuando 1 (um) em empresa pública e o outro em empresa privada.

Importante ressaltar o percentual de profissionais que já atuaram em mais de uma empresa, 96%. Esse dado pode representar um mercado disponível para o profissional no Estado do Espírito Santo, que pode optar pela empresa em que deseja atuar como arquivista.

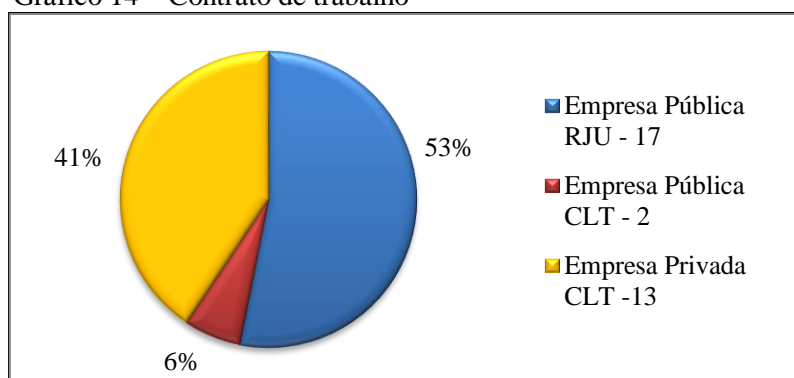
5.2.3 A carreira profissional do arquivista graduado na UFES

Nesse tópico identificamos alguns elementos relacionados com a carreira do profissional, tais como: vínculo empregatício; denominação do cargo que ocupa; carga horária diária de trabalho; forma de ingresso; e o tempo de serviço na empresa atual.

5.2.3.1 Vínculo empregatício

Quanto ao contrato de trabalho dos 32 (trinta e dois) arquivistas registrou-se que: dos 19 (dezenove) profissionais que atuam em empresas públicas, 17 (dezessete), 53% tem vínculo empregatício sob a égide do Regime Jurídico Único (RJU) e, apenas 2 (dois), ou 6% do total, e que atuam como professores universitários, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os 13 (treze) arquivistas que atuam em empresas privadas, ou 41%, são regidos pela CLT.

Gráfico 14 – Contrato de trabalho



Fonte: Elaboração própria, 2013.

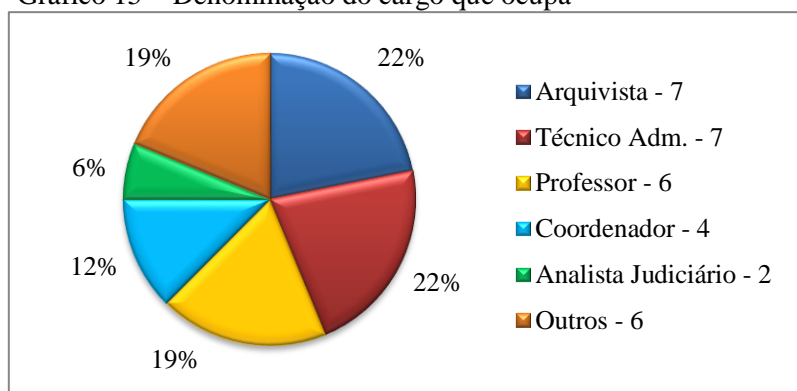
Verifica-se uma distribuição muito próxima, com diferença de 6%, entre os regimes de contratação dos arquivistas. Embora a empresa pública represente 59%, o dado muito próximo entre os regimes de contratação, pode significar uma paridade entre a absorção do arquivista no mercado de trabalho nos setores público e privado.

Vale ressaltar que nenhum respondente sinalizou atuação como autônomo e prestador de serviço, como pessoa física ou jurídica.

5.2.3.2 Denominação do cargo que ocupa

As denominações de cargo com maior representatividade foram: *arquivista*, e *técnico administrativo*, com 7 (sete) ocorrências cada, ou 22% de representatividade; *professor universitário*, com 6 (seis) ocorrências, 19%; e, *coordenador* com 4 (quatro) ocorrências, ou 12% do total.

Gráfico 15 – Denominação do cargo que ocupa



Fonte: Elaboração própria, 2013.

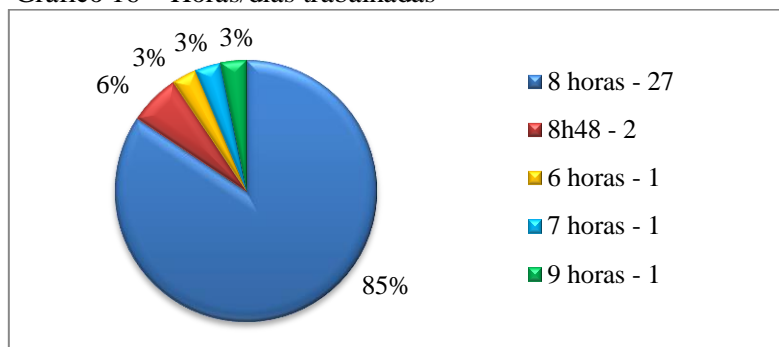
Nas demais 6 (seis) denominações de cargo, totalizando 19% de representatividade, ficaram igualmente distribuídos, com 1 (uma) ocorrência, os seguintes cargos: *supervisor*, *técnico de arquivo*, *analista de centro de documentação*, *técnico de documentos*, *analista de suporte e desenvolvimento agropecuário*, *especialista em desenvolvimento humano e social*.

A diversidade de designações de cargo para o profissional em exercício laboral, excetuando a designação arquivista e professor universitário, representa 59% das ocorrências.

5.2.3.3 Carga horária de trabalho

Verificou-se a predominância de 8 (oito) horas diárias de trabalho para os arquivistas. Foram 27 (vinte e sete) ocorrências, correspondendo a 85% do total de respostas.

Gráfico 16 – Horas/dias trabalhadas



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Com menor incidência registrou-se a carga horária de 8 horas e 48 minutos, trabalhadas por 2 (dois) arquivistas que atuam em empresa privada. Os demais 9% ficaram igualmente distribuídos entre 6 horas, 7 horas e 9 horas diárias de trabalho, com 1 (uma) ocorrência cada.

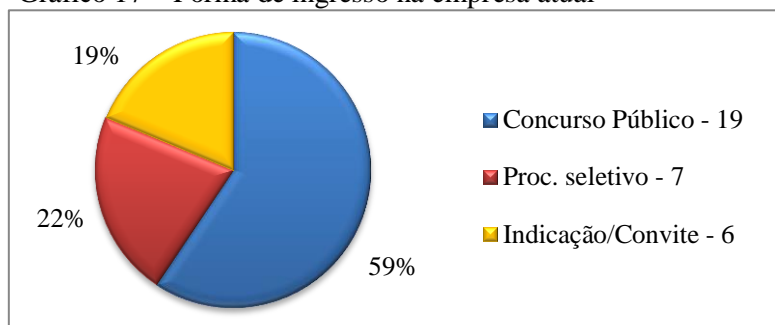
As modalidades de carga horária apontadas pelos respondentes, não configura carga horária de trabalho exaustiva para os profissionais da área no Estado do Espírito Santo.

5.2.3.4 Forma de ingresso na empresa atual

A forma de ingresso do arquivista no mercado de trabalho pode se dar, “[...] com frequência, de quatro modalidades: concurso público, contrato temporário, contrato por tempo determinado e processo seletivo” (SOUZA, 2011, p. 178).

Verificou-se que a maioria dos egressos que participaram da pesquisa, 19 (dezenove) profissionais, ou 59%, ingressou na empresa mediante aprovação em concurso público.

Gráfico 17 – Forma de ingresso na empresa atual



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Em relação aos demais profissionais, identificamos que 7 (sete), ou 22%, ingressaram após participação em processo seletivo realizado na própria empresa, e outros 6 (seis), ou 19%, receberam convite ou foram indicados diretamente por pessoa de sua relação.

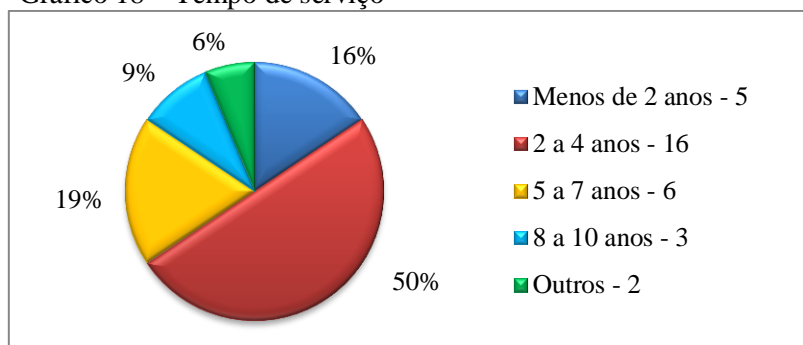
Evidencia-se a importância da rede de relacionamentos já que 46% dos arquivistas, que estão atuando em empresa privada, foram convidados ou indicados para a função.

5.2.3.5 Tempo de serviço na empresa atual

Quanto ao tempo de serviço verificamos que 16 (dezesesseis), 50%, desenvolvem suas atividades em período correspondente a 2 (dois) e 4 (quatro) anos na empresa atual.

Verifica-se que 1 (um) profissional, 3%, registrou tempo de serviço inferior a 6 (seis) meses. Outro profissional sinalizou com 31 (trinta e um) anos de atuação na mesma empresa, mas não informou se esse período corresponde ao tempo de sua atuação como arquivista.

Gráfico 18 – Tempo de serviço



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Um aspecto que se encontra bem definido é que a maioria dos profissionais graduados na UFES possui vínculo empregatício recente, com menos de 5 (cinco) anos. Se somarmos aos 50% que atuam entre 2 (dois) e 4 (quatro) anos, os 16% que atuam a menos de 2 (dois) anos e os 3%, referente a 1 (um) arquivistas que atua a menos de 6 (seis) meses, teremos um total de 69%, ou 22 (vinte e dois) profissionais, com menos de 4 (quatro) anos de atividade na empresa atual.

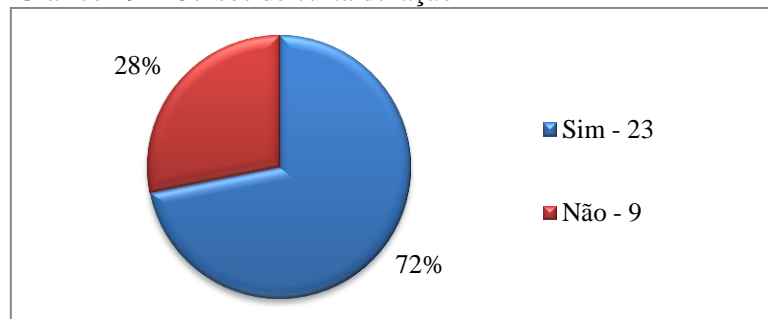
5.2.4 A formação continuada do egresso

Com a intenção de identificar a formação já conquistada pelo arquivista, bem como o envolvimento com a continuidade de sua formação profissional, perguntamos acerca dos cursos de graduação que já realizaram e sobre a intenção de realizar outra graduação ou curso de pós-graduação. Indagamos, também, que função da Arquivologia o profissional sente necessidade de aprofundar conhecimentos.

5.2.4.1 Realização de cursos de curta duração

Quanto à realização de curso ou treinamento de curta duração, na área arquivística, nos últimos dois anos, 23 (vinte e três) arquivistas, ou 72%, responderam afirmativamente.

Gráfico 19 – Cursos de curta duração



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Evidencia-se que 100% dos egressos que declararam não ter realizado curso ou treinamento na área arquivística nos últimos dois anos, atuam em empresas privadas. Dos 23 (vinte e três) egressos que já realizaram cursos de curta duração, 18 (dezoito) ou 78%, são funcionários públicos, e apenas 22% atuam em empresa privada.

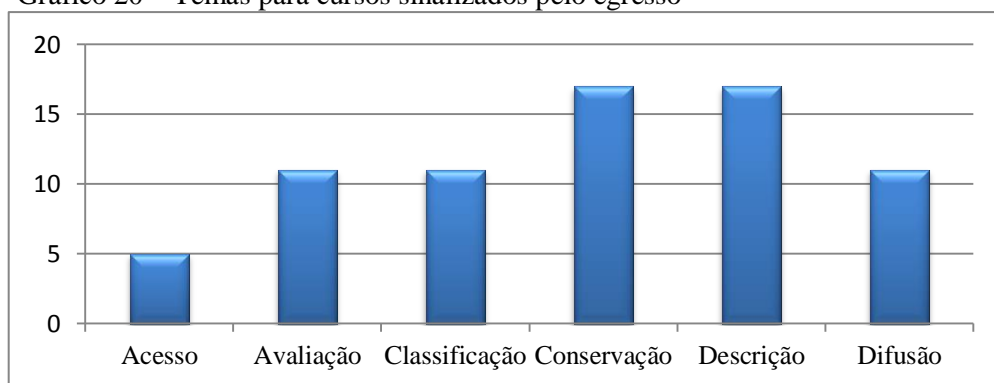
O resultado da pesquisa não permitiu inferir se os arquivistas que atuam em empresas privadas no Estado do Espírito Santo teriam interesse em participar de cursos na área de atuação, ou se não há interesse do empregador em atender suas solicitações.

5.2.4.2 Área de interesse para realização de cursos

Foram apresentadas as funções arquivísticas: *acesso*, *avaliação*, *classificação*, *conservação*, *descrição* e *difusão* como opções para a indicação do interesse do arquivista. Também foi facultada a possibilidade de indicação de outra área de interesse.

Todos os egressos sinalizaram com pelo menos 1 (uma) função em que reconhecem a necessidade de aprofundar conhecimento e, todas as 6 (seis) funções arquivísticas foram sinalizadas pelos respondentes.

Gráfico 20 – Temas para cursos sinalizados pelo egresso



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Dentre as funções arquivísticas, as mais indicadas foram *Conservação e Descrição*, com 17 (dezesete) sinalizações.

Podemos inferir que oportunidades precisam ser abertas para o aprimoramento dos profissionais, também, nas funções de *Avaliação, Classificação e Difusão*, cada uma delas apontadas 11 (onze) vezes.

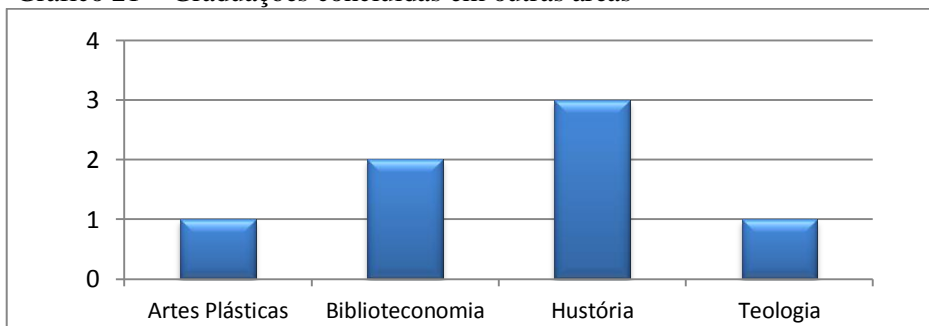
Nessa questão foi possibilitado ao respondente incluir outra área em que sente carência de conhecimento. Foram apontadas 5 (cinco) outras áreas: *Tecnologia da Informação*, por 2 (dois) arquivistas; *Gestão Eletrônica de Documentos (GED)*, e *Gestão de Documentos Eletrônicos (GDE)* por 1 (um) mesmo profissional; e, *Documentos permanentes*, e *Centro de memória*, por outro profissional.

Os dados levantados na pesquisa poderão ser utilizados na elaboração de ações que possam preencher as lacunas pontuadas pelos egressos.

5.2.4.3 Outra graduação concluída

Com relação à realização de outra graduação, 6 (seis) arquivistas, 18%, declararam já ter pelo menos uma outra formação superior além do curso de Arquivologia.

Gráfico 21 – Graduações concluídas em outras áreas



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Dos 6 (seis) arquivistas, ou 19% que responderam positivamente, 2 (dois) já haviam concluído 2 (duas) outras graduações antes de iniciar o curso de Arquivologia na UFES, a saber: Biblioteconomia (1990) e Artes Plásticas (1995); e, o outro arquivista graduou-se em Geografia (1988) e Biblioteconomia (2003). A graduação em História foi a mais indicada, com 3 (três) ocorrências, e 1 (um) profissional apontou o curso de Teologia.

Segundo pesquisa realizada por Souza e Costa (2012), junto aos alunos da graduação em Arquivologia da UFES, a razão considerada como maior atrativo para a escolha da área de formação em Arquivologia é o número de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho e, na sequência, foram pontuados as seguintes razões: aptidão/gosta da área; as matérias do

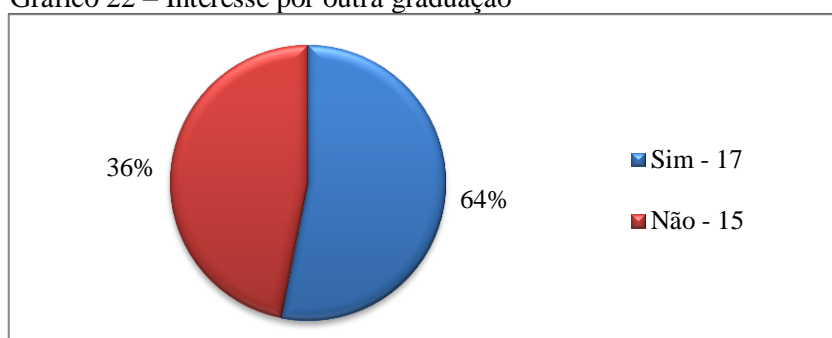
curso; indicação de amigos e familiares; após pesquisar sentiu interesse pelo curso; baixa concorrência no vestibular; muitos concursos públicos.

O fato do curso de Arquivologia ser recente no Estado do Espírito Santo pode ser também, um dos indicativos que justifique a procura por parte de profissionais já graduados em outras áreas.

5.2.4.4 Interesse em cursar outra graduação

Sobre a pretensão de realizar outro curso em nível de graduação, dos 32 (trinta e dois) respondentes, 17 (dezessete), ou 64%, assinalaram positivamente.

Gráfico 22 – Interesse por outra graduação



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Dentre os 17 (dezessete) egressos que pretendem realizar outra graduação, 2 (dois) ou 12%, pretendem realizar uma terceira graduação. Os demais, 15 (quinze) arquivistas, 88% desse total, desejam cursar uma segunda graduação.

Foi observado que dos 17 (dezessete) profissionais que desejam realizar outra graduação, 9 (nove) atuam em empresa do setor público e 8 (oito) em empresa do setor privado. Também constatamos que desse total, 10 (dez) estão satisfeitos com o rendimento salarial.

Chama atenção o interesse por outra graduação por parte de 64% dos egressos. Esse interesse pode indicar a busca por uma ampliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Pode evidenciar, também, a não existência de cursos de pós-graduação na área arquivística no Estado do Espírito Santo, fazendo com que o profissional opte por outra graduação, ao invés de buscar complementar seus estudos na área de formação.

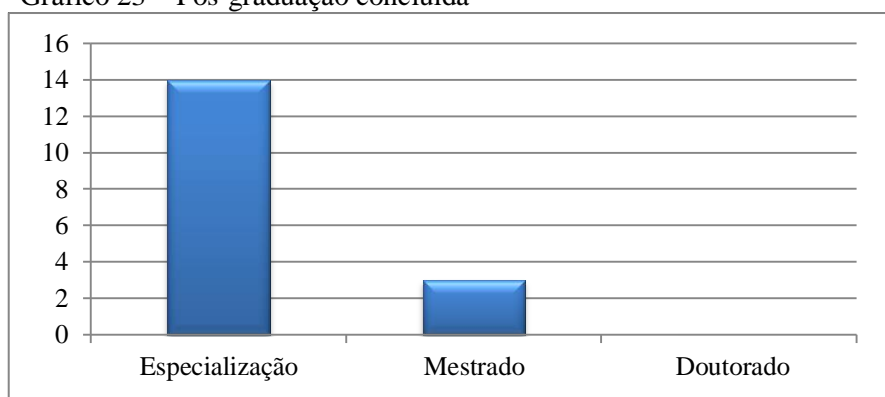
A perspectiva plausível de realização de uma pós-graduação, *lato sensu* ou *stricto sensu* na área de interesse, e no Estado em que reside, poderia impulsionar o profissional a ingressar nessa modalidade de formação.

5.2.4.5 Curso de pós-graduação já concluído

Em função do necessário envolvimento do arquivista com a formação continuada, perguntamos ao egresso se ele já concluiu uma pós-graduação, e em que nível esse curso foi realizado: *lato sensu* ou *stricto sensu*. Foram identificados 16 (dezesesseis) profissionais, 50% do total de respondentes, com pós-graduação.

Vale destacar que 1 (um) egresso indicou 2 (dois) cursos de pós-graduação concluídos, em dois níveis distintos, a saber: curso de especialização *lato sensu* e curso de mestrado, totalizando 17 (dezesete) indicações de cursos.

Gráfico 23 – Pós-graduação concluída



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Os 14 (quatorze) arquivistas com curso de especialização correspondem a 44% do total de egressos. Foi possível identificar a área da especialização realizada por 12 (doze) arquivistas, a saber: *Gestão pública*, por 3 (três); *Gestão do conhecimento e da inovação*, realizada por 2 (dois); *Educação*, por 1 (um) egresso; *Planejamento e Gestão em unidades de informação*, por 1 (um); e, finalmente, *Ciência da Informação*, realizada por 1 (um) arquivista. Vale ressaltar que 7 (sete) cursos de especialização tem como foco as áreas de *Administração* e *Gestão Pública* o que pode indicar uma demanda pela gestão de documentos no mercado de trabalho no Espírito Santo.

Profissionais com curso de mestrado são apenas 3 (três), 9% do total dos respondentes. Todos atuando como professores do curso de Arquivologia da UFES. Os cursos foram realizados nas seguintes áreas do conhecimento: *Artes*, *História* e *Ciência da Informação*. Os mestrados em *Artes* e *História* foram cursados na UFES, e o mestrado em *Ciência da Informação* na UFMG.

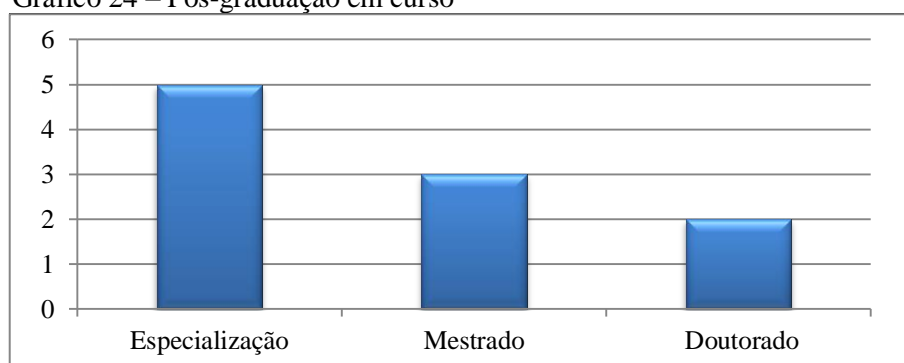
Não há registro de nenhum arquivista, egresso da UFES, com curso de pós-graduação concluído em nível de doutorado.

As respostas dessa subseção refletem o interesse dos arquivistas pela pós-graduação. A existência de cursos regulares de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* na UFES poderia elevar o número de profissionais pós-graduados.

5.2.4.6 Nível de pós-graduação em curso

Com relação a cursos de pós-graduação ainda não concluídos, identificamos que 10 (dez) profissionais estão com atividades em curso. A especialização *lato sensu* e, também, a pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, está contemplada conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 24 – Pós-graduação em curso



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Dos 5 (cinco) arquivistas que estão cursando especialização, 1 (um) não indicou a área contemplada. Os demais, ficaram igualmente distribuídos com 1 (uma) ocorrência em cada uma das seguintes áreas: *Administração*, *Administração Pública*, *Arquivologia*, e *Educação*.

Quanto à realização de curso em nível de mestrado, dois egressos indicaram que estão cursando mestrado em *Arquivologia* (UNIRIO). E, quanto ao doutorado, a área de estudo dos 2 (dois) professores do curso de *Arquivologia* da UFES inseridos nessa modalidade de pós-graduação é a *Ciência da Informação* (Doutorado Interinstitucional Dinter/UnB/UFES³⁷).

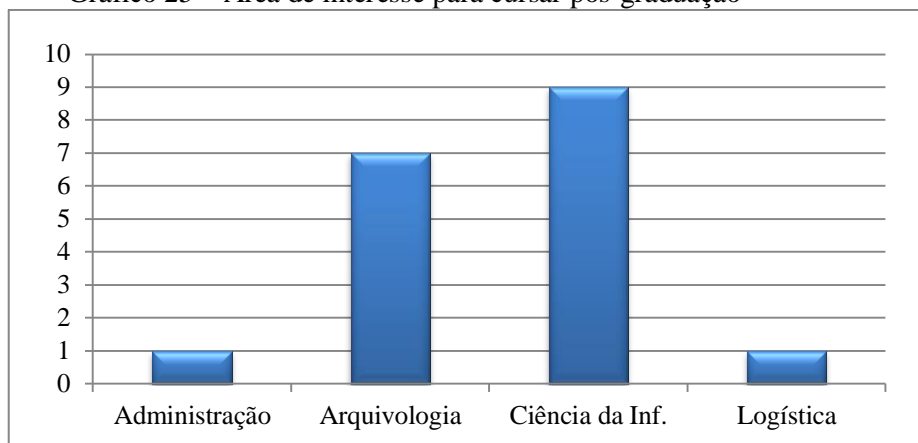
5.2.4.7 Área do conhecimento da pós-graduação que pretende iniciar

Solicitamos ao egresso a indicação de seu interesse para cursar uma pós-graduação, bem como a área do conhecimento que gostaria de contemplar. O questionário não especificava se a pós-graduação seria *lato sensu* ou *stricto sensu*.

³⁷ Edital nº 1/2011. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <http://www.unb.br/posgraduacao/stricto_sensu/editais/12012/ppg_dinter_ciencia_da_informacao_mp_12012.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

O interesse pela formação continuada foi sinalizada por 18 (dezoito) profissionais, ou 56% dos participantes da pesquisa. As 4 (quatro) áreas de interesse elencadas foram: *Administração, Arquivologia, Ciência da Informação e Logística*.

Gráfico 25 – Área de interesse para cursar pós-graduação



Fonte: Elaboração própria, 2013.

A pós-graduação em *Ciência da Informação* foi apontada por 41% do total de egressos que desejam cursar uma pós-graduação. Em segundo lugar, a pós-graduação em *Arquivologia* com 32% das indicações.

Chama a atenção o interesse demonstrado pela pós-graduação em *Arquivologia* apesar de existir somente um curso no Brasil nessa área específica, em nível de mestrado, iniciado no ano 2012 na UNIRIO. Já os cursos de pós-graduação em *Ciência da Informação* no Brasil são em número de 11 (onze)³⁸, contemplando os níveis de doutorado e/ou mestrado, a saber: 5 (cinco) na região Sudeste; 3 (três) na Região Nordeste; 2 (dois) na Região Sul; e 1 (um) na Região Centro-Oeste.

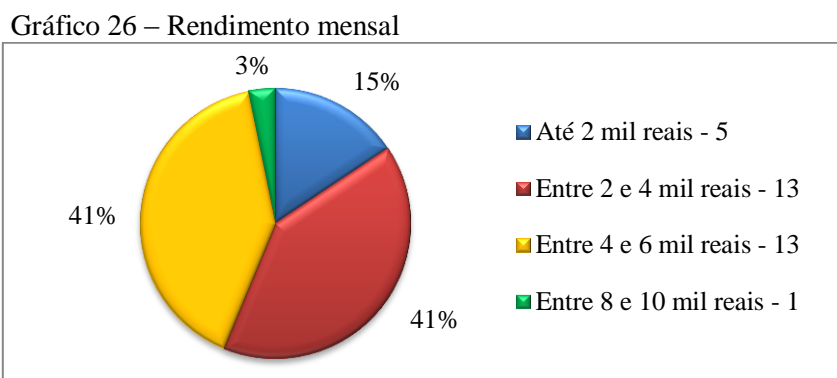
5.2.5 Satisfação do egresso com a profissão

Esta subseção registra o grau de satisfação do arquivista com sua profissão. Para atendimento desse objetivo foram utilizadas 6 (seis) perguntas fechadas envolvendo os seguintes tópicos: rendimento salarial, satisfação com o salário; condições do local de trabalho, oportunidade para participar de eventos; relação entre a teoria e a prática, e as características fundamentais ao perfil do arquivista.

³⁸ Relação de Cursos de Ciência da Informação, recomendados e reconhecidos pela CAPES. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=60700009&descricaoArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=CI%20CANCIA+DA+INFORMA%C3%93&descricaoAreaAvaliacao=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+I>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

5.2.5.1 O rendimento do arquivista

Os respondentes indicaram o rendimento mensal em 4 (quatro) possíveis respostas.



Fonte: Elaboração própria, 2013.

O rendimento até 2 (dois) mil reais foi sinalizado por 5 (cinco) profissionais, ou 15% do total. Com rendimento salarial entre 2 (dois) e 4 (quatro) mil reais há 13 (treze) ocorrências, ou 41%. Os valores entre 4 (quatro) e 6 (seis) mil reais são recebidos por outros 13 (treze) profissionais e, apenas 1 (um) respondente acusou salário entre 8 (oito) e 10 (dez) mil reais. A faixa salarial correspondente a salário entre 6 (seis) e 8 (oito) mil reais não foi sinalizada por nenhum respondente.

Entre os 18 (dezoito) profissionais que declararam rendimento mensal até 4 (quatro) mil reais, 50% atuam em empresa pública e 50% em empresa privada. Entretanto, dos outros 14 (quatorze) arquivistas que sinalizaram com salário superior a 4 (quatro) mil reais, 10 (dez), 72%, atuam em empresa pública e apenas 4 (quatro), 28% desse total, estão exercendo a profissão em empresa privada.

Verifica-se uma igualdade de rendimento entre o setor público e o setor privado para a faixa de salário até 4 (quatro) mil reais. Já o setor público, paga os melhores salários na faixa que vai de 4 (quatro) a 10 (dez) mil reais.

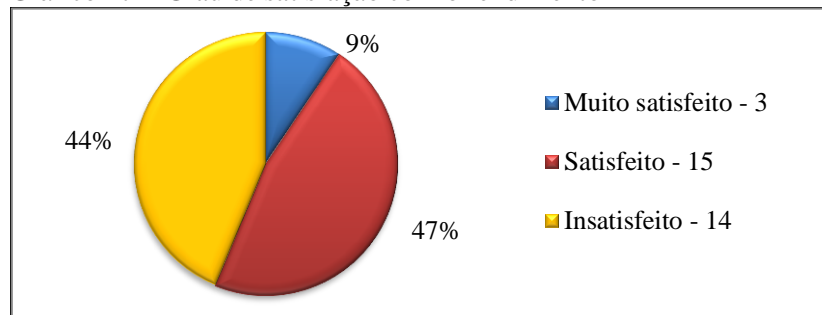
Em suma, a média salarial encontrada entre os dois setores, público e privado, ficou próxima: na faixa de 3 (mil reais) para o setor privado, e 4 (quatro) mil reais para o setor público. A título de comparação, identificamos que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁹, a renda média mensal do capixaba foi de apenas 1.341 (um mil trezentos e quarenta e um) reais, menos da metade da média de rendimento do arquivista que atua no setor privado. Vale destacar que no Brasil não existe piso salarial definido para a categoria arquivística.

³⁹ Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento//Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/ta_belas_pdf/sintese_ind_7_2_10.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

5.2.5.2 Grau de satisfação com o rendimento mensal

Para identificar o grau de satisfação com o rendimento mensal solicitamos a indicação de apenas uma das seguintes alternativas: *Muito satisfeito*, *satisfeito*, ou *Insatisfeito*.

Gráfico 27 – Grau de satisfação com o rendimento



Fonte: Elaboração própria, 2013.

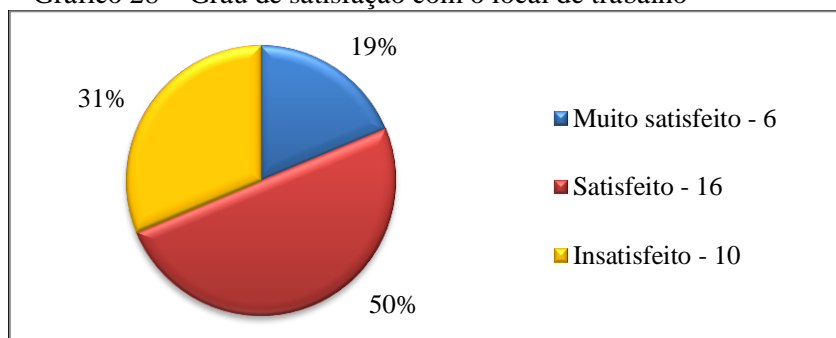
Apenas 3 (três) arquivistas, 9%, se declararam *Muito satisfeitos* com o rendimento mensal, sendo que 2 (dois) atuam em empresa privada e 1 (um) em empresa pública. Com percentual muito próximo ficaram aqueles que se consideram *Satisfeitos* e *Insatisfeitos*, respectivamente com 47% e 44% das indicações.

Dentre os 15 (quinze) que se declararam *Satisfeitos*, 10 (dez) ou 67%, atuam em empresa pública, e 5 (cinco) ou 33% estão em empresa privada. Entre os 14 (quatorze) *Insatisfeitos*, 8 (oito), 57%, são funcionários públicos e 6 (seis), ou 43%, estão em atividade no setor privado. O percentual encontrado entre os que se consideram *Muito Satisfeitos* e *Satisfeitos* ficou em 56%. O dado demonstra o potencial do mercado de trabalho em relação à demanda salarial do egresso.

5.2.5.3 Espaço físico do local de trabalho

Embora as empresas, principalmente as públicas, demonstrem interesse pela contratação do arquivista, interesse esse manifestado principalmente pelo número crescente de concursos públicos para a área, a realidade das condições físicas do local de trabalho não satisfazem a maioria dos profissionais.

Gráfico 28 – Grau de satisfação com o local de trabalho



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Apenas 6 (seis) egressos, 19%, estão *Muito satisfeitos* com as condições de seu local de trabalho. Metade dos respondentes, 16 (dezesseis), acusou o grau *Satisfeito* e, com representatividade de 31% ficaram os *Insatisfeitos*.

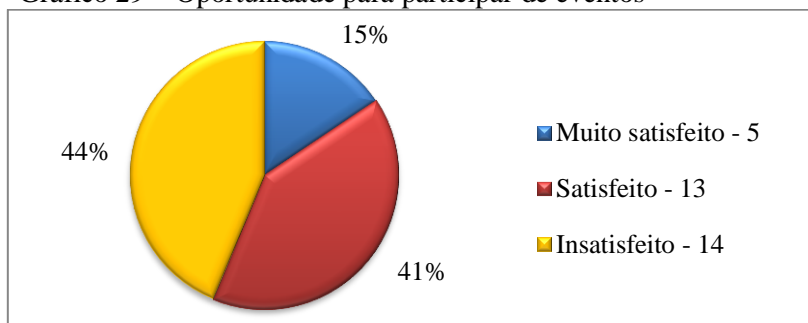
Um dos respondentes, funcionário público, indicou o grau *Insatisfeito* e registrou as condições insalubres do espaço físico destinado ao arquivo.

Infelizmente, essa é ainda uma realidade em muitos locais de guarda da documentação pública no Estado do Espírito Santo e que merece uma pesquisa pontual.

5.2.5.4 Participação em eventos da área arquivística

O objetivo nessa subseção foi identificar o grau de satisfação do arquivista com as oportunidades, facultadas por parte do empregador, para participação em eventos da área.

Gráfico 29 – Oportunidade para participar de eventos



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Os que se declaram *Muito Satisfeitos* são, em sua maioria, funcionários públicos, correspondendo a 4 (quatro) profissionais de um total de 5 (cinco), ou 80% desse total.

Dentre os que se declaram *Satisfeitos*, 70% ou 9 (nove) profissionais, é constituída por funcionários que atuam em empresas públicas e, entre os *Insatisfeitos* 43%, 6 (seis) arquivistas, atuam na esfera pública e 8 (oito), 57%, estão atuando no setor privado.

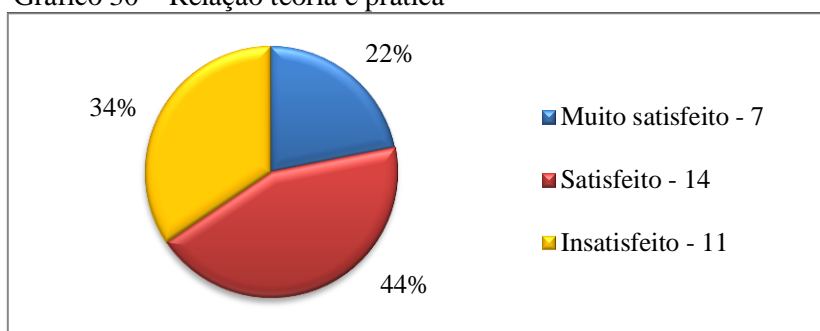
5.2.5.5 Relação teoria e prática

A relação entre teoria e prática não deve ser preterida pelos cursos de graduação. Dois aspectos dessa relação foram pontuados:

[...]. Em primeiro lugar, o meio acadêmico e as associações profissionais devem trabalhar em estreita colaboração para assegurar esse laço vital entre a universidade e o meio de trabalho. [...]. Em segundo lugar, o meio acadêmico deve ter laços estreitos com as instituições nacionais e os serviços de arquivos dos organismos públicos e privados (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 199, p. 36).

Sobre a oportunidade de levar para a prática o que aprenderam na graduação, 66% dos respondentes se dizem *Muito satisfeitos* ou *Satisfeitos*.

Gráfico 30 – Relação teoria e prática



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Dentre os *Muito satisfeitos*, 4 (quatro) arquivistas, 57% desse total, são funcionários que atuam em empresas privadas. Já os *Satisfeitos* são representados por 9 (nove) funcionários públicos, 64% desse total e os outros 5 (cinco), 36%, são profissionais que atuam em empresa privada. Entre os 11 (onze) que se declararam *Insatisfeitos*, 7 (sete), ou 63% desse total, atuam em empresas públicas.

5.2.5.6 Características fundamentais ao perfil do arquivista

Nessa questão, 9 (nove) características registradas na literatura da área e que devem compor o perfil do profissional, foram indicadas. Foi facultada, também, a possibilidade de inserir outra característica que o egresso julgasse relevante.

Os respondentes foram orientados a indicar dois itens que considerassem de fundamental importância à composição desse perfil. O Quadro 27 apresenta o número de ocorrências para cada uma das características apresentadas, em ordem decrescente de incidência.

Quadro 27 – Características fundamentais ao perfil do arquivista na visão do egresso

Característica	Ocorrências
1. Ser competente para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informação registrada	16
2. Ser conhecedor das necessidades dos usuários do arquivo	14
3. Ter facilidade para interagir com outros profissionais	10
4. Ser conhecedor de produtos e serviços da instituição	7
5. Ser conhecedor das tecnologias de informação	7
6. Ter facilidade para absorver mudanças na organização em que atua	4
7. Ter determinação para buscar novos conhecimentos na área	4
8. Ser capaz de formular e expressar claramente suas ideias	4
9. Outro: Ter capacidade de compreender as prioridades e peculiaridades do setor público.	1

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Com 16 (dezesesseis) ocorrências ficou a opção *Ser competente para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informação registrada*. Essa

característica refere-se à capacidade que o arquivista deve demonstrar no tratamento da documentação, que deve estar embasado em cientificidade que, segundo Jardim (2012a, p. 139) “Trata-se, portanto, nessa perspectiva da Arquivologia enquanto disciplina científica que requer uma atitude científica [...]. Trata-se de uma Arquivologia que superou a era dos manuais e não merece ser interpretada apenas como um conjunto de normas”. Há uma clara demonstração de desapego às ações, em torno do senso-comum, e de uma busca pelo trabalho arquivístico estruturado em bases científicas.

Conhecer o usuário foi a segunda opção mais sinalizada, com 14 (quatorze) ocorrências. O profissional demonstra entender a importância de orientar o seu fazer na perspectiva do usuário do arquivo. O arquivo é uma organização voltada para a instituição, para seus usuários reais e potenciais, e conhecê-los é fundamental para que a dinâmica da organização do acervo seja refletida nessa organização.

A importância da interação com outros profissionais apresentou 10 (dez) ocorrências. O bom desempenho depende, muitas vezes, da troca de conhecimento entre áreas diversas. Os arquivistas demonstraram entender que não há como preterir da interação com outros profissionais.

Com 7 (sete) ocorrências ficaram 2 (dois) itens: *Ser conhecedor de produtos e serviços da instituição* e *Ser conhecedor das tecnologias de informação*. Com 4 (quatro) indicações, três itens: *Ter facilidade para absorver mudanças na organização em que atua*, *Ter determinação para buscar novos conhecimentos na área* e *Ser capaz de formular e expressar claramente suas ideias*.

Apenas 1 (um) respondente, assinalou 4 (quatro) características, e sugeriu mais um item: *Ter capacidade de compreender as prioridades e peculiaridades do setor público*. Entendemos que a sugestão dada deve ser uma característica inerente ao profissional que atua em empresa pública, não englobando os que exercem a função em empresa privada.

Vale destacar que uma opção não foi sinalizada por nenhum respondente, *Ser conhecedor do negócio da instituição*.

O último registro do questionário foi um convite para que o egresso pontuasse algum comentário que julgasse conveniente. O Quadro 28 apresenta as observações registradas por 5 (cinco) arquivistas, sendo 4 (quatro) deles funcionários públicos.

Quadro 28 – Comentários pontuados pelos egressos

“Necessidade de conhecimento de elaboração de Projetos para arquivo”.
“Ainda existe uma falta de recursos materiais/pessoais para realização eficiente da atividade arquivística”.
“Existe uma dificuldade em especialização na área devido a falta de cursos profissionalizantes

de arquivologia no ES”.
“Na minha opinião o egresso de arquivologia que atua no setor público tem um grande desafio que é lidar com grande volume de massa documental acumulada e pouco investimento (descaso) para solucioná-lo, caso que pode acarretar desmotivação”.
“Trabalhei 08 meses na área técnica, como Arquivista de um município, e as condições do local de trabalho eram tão insalubres, os desmandos tão degradantes que não desejo voltar a área, assim como muito colegas que desejam trocar de profissão”.
“É de suma importância esta iniciativa de realizar uma pesquisa para traçar o perfil do profissional arquivista e concomitantemente obter resultados sobre como está o mercado de trabalho para o profissional”.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Um profissional acenou com a indicação de uma área que deve ser trabalhada em nível de graduação e pós-graduação: *Elaboração de projetos para arquivos*. Evidenciam-se nas observações dos egressos as condições precárias para a realização das funções arquivísticas, bem como a existência de massa documental acumulada nos arquivos das instituições. Importante destacar que as 4 (quatro) primeiras contribuições foram registradas por profissionais que atuam no setor público.

Em síntese, o perfil do egresso do curso de Arquivologia da UFES, em atividade laboral, ficou assim delineado: o sexo feminino predomina com 56% das ocorrências; 60% estão na faixa etária entre 26 e 40 anos; 32% residem no município de Vila Velha e, 63% trabalham em Vitória, capital do Estado; 59% atuam no setor público e apenas 6% não tinham experiência profissional anterior; quanto ao vínculo empregatício, 53% estão sob a égide do RJU; e, em 85% dos registros o tempo de atividade laboral é de 8 (oito) horas/dia.

Em relação à formação continuada verificou-se que 19% possuem mais de uma graduação e 53% pretendem realizar outra graduação; 72% já realizou curso de curta duração; 44% possuem curso de especialização e apenas 9% já cursaram o mestrado; 68% estão interessados em cursar uma pós-graduação e as três áreas de interesse mais sinalizadas foram: Ciência da Informação (41%), Arquivologia (32%), Administração (23%).

Constata-se que 56% dos egressos se dizem *Muito Satisfeitos* ou *Satisfeitos* com os salários; 41% dos egressos recebem, entre 2 e 4 mil reais e, igualmente, outros 41%, entre 4 e 6 mil reais. No que se refere às condições do espaço físico do local de trabalho, 69% declararam-se *Muito Satisfeitos* ou *Satisfeitos*.

Quanto à oportunidade de levar para a prática os conhecimentos adquiridos na graduação, 66% se dizem *Muito Satisfeitos* ou *Satisfeitos*. Em relação à necessidade de aprofundar conhecimento, na área de formação, as funções mais indicadas pelos profissionais foram *Conservação* e *Descrição*, com 22% de ocorrência para cada uma delas.

Sobre as características consideradas fundamentais ao perfil do arquivista, as duas indicações mais sinalizadas foram: *Ser competente para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informação registrada* (16 ocorrências) e, *Ser conhecedor dos usuários do arquivo* (14 ocorrências).

Em fim, evidencia-se a necessidade de adotar ações efetivas de formação continuada, por parte do Departamento de Arquivologia da UFES, de forma a atender as demandas pontuadas pelos egressos que atuam no mercado de trabalho capixaba.

FINALIZANDO O PERCURSO

Como o mercado de trabalho no Estado do Espírito Santo vem recebendo o arquivista graduado no curso de Arquivologia da UFES? Na percepção do egresso, sua formação tem atendido às demandas desse mercado. Entretanto, os resultados nos permitiram inferir que existem necessidades de aprimoramento na formação desse egresso, bem como de adequações na grade curricular do curso de Arquivologia, inalterada desde o início das atividades do curso no ano 2000.

A pesquisa apontou as características do mercado de trabalho para o arquivista no Estado do Espírito Santo, apresentou a relevância da formação superior para o desempenho do profissional, bem como as bases institucionais da Arquivologia no Estado, a saber: o curso de Arquivologia na UFES, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e a Associação de Arquivistas do Estado do Espírito Santo. Identificou, também, o perfil do egresso do curso de Arquivologia da UFES, compreendendo todos os profissionais graduados na instituição entre os anos de 2003 e 2012.

Em relação ao mercado de trabalho no Estado do Espírito Santo, há evidências de ofertas de vagas para os arquivistas nos setores público e privados. A pesquisa revelou que a maioria dos egressos em atividade laboral, 59%, está em atividade no setor público e, os demais, 41%, atuam no setor privado.

Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo é o lócus de atividade da maioria dos arquivistas, mesmo não sendo o local de residência da maior parte deles. Evidenciou-se, também, que 94% dos participantes da pesquisa já tinham experiência profissional anterior, como arquivista, em pelo menos um emprego.

Referente à formação em nível de graduação, 19% possuem mais de uma graduação e outros 53% pretendem realizar outro curso de graduação. Também ficou explícito o interesse pela pós-graduação, manifestado por 68% dos egressos. As áreas do conhecimento mais indicadas para a continuidade da formação foram: *Ciência da Informação* (41%), *Arquivologia* (32%) e *Administração* (23%). Portanto, é preciso consolidar as intenções e iniciativas para que cursos de mestrado, que valorizem as pesquisas na área arquivística, possam ser criados no Espírito Santo de forma a atender, especificamente, às demandas pela formação contínua do arquivista.

Nos editais dos concursos públicos, quando da análise das atribuições destinadas ao arquivista, ficou demonstrado o interesse dos órgãos públicos pela função *Conservação/Preservação*, presente em 62% dos documentos. A predominância dessa função nos editais confere com o resultado colhido no questionário aplicado junto aos egressos.

Evidenciou-se que 53% dos arquivistas em atividade no mercado de trabalho desejam aprofundar conhecimento nessa função. Tal interesse pode ter relação com o estado precário de conservação dos documentos arquivísticos nas instituições públicas do Estado do Espírito Santo.

O curso de Arquivologia da UFES, atento à necessidade de aprimorar o conhecimento nessa área específica, montou o *Laboratório de Conservação* que iniciou suas atividades no ano de 2013. Os egressos poderão voltar à universidade e cursarem uma disciplina prática nessa área específica.

À luz dos dados coletados é possível registrar que os arquivistas estão satisfeitos no que se refere aos aspectos como: rendimento salarial, condições do espaço físico de seu local de trabalho, oportunidade de participar de eventos da área, oportunidade de conciliar teoria e prática no exercício de suas atividades laborais.

Quanto às características fundamentais que devem compor o perfil profissional do arquivista, duas sobressaíram com 16 (dezesesseis) e 14 (quatorze) indicações: *Ser conhecedor das necessidades dos usuários do arquivo* e *Ser competente para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informação registrada*, respectivamente. As duas características apontadas estão intimamente relacionadas, tratam da necessidade do usuário do arquivo e do acesso à informação registrada. Portanto, podemos afirmar que os arquivistas estão atentos ao objetivo primeiro do exercício de sua função que é prover a informação ao usuário do arquivo.

Essas duas características do perfil profissional, destacadas pelos respondentes, estão contempladas no atual currículo do curso de Arquivologia da UFES, nas seguintes disciplinas: *Gestão de Documentos II*, *Arranjo e Descrição de Documentos* e *Mediação e Acesso à Informação Arquivística*.

Entretanto, chama a atenção o fato de que uma característica, fundamental à realização da gestão nos arquivos, não foi sinalizada: *Ser conhecedor do negócio da instituição*. Como realizar um trabalho eficaz sem conhecer o negócio da instituição? Nenhuma atividade de gestão nos arquivos pode prescindir dessa característica. Vale destacar que o termo negócio está relacionado à missão e objetivos de organizações públicas e privadas.

Concernente ao mercado de trabalho, é preciso desvelar algumas questões nebulosas que merecem novas investigações: 1. qual o número de arquivistas graduados e em atividade laboral nas esferas pública e privada no Brasil? 2. quais as demandas atuais desse mercado de trabalho em constante transformação? 3. quais ações, voltadas para a gestão nos arquivos, estão sendo desenvolvidas nas instituições públicas e privadas? 4. qual o número de

profissionais necessários para o atendimento das demandas regionais do país? Não há como responder a essas e outras indagações sem efetivo investimento em pesquisa.

Espera-se que iniciativas sejam tomadas no sentido de ampliarem-se as ofertas de formação na área arquivística que atenda aos profissionais presentes nas várias regiões do Brasil. É preciso ampliar as ofertas de cursos de pós-graduação, em nível de mestrado, com foco específico em Arquivologia, de forma a atender a demanda dos arquivistas do país. E, os cursos de doutorado com foco na área Arquivística, ainda inexistentes, precisam se tornar realidade.

Também importante destacar as iniciativas em prol da criação do primeiro mestrado em Ciência da Informação no Estado do Espírito Santo. Os professores dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia da UFES, que participam do Doutorado Interinstitucional UFES/UnB, estão em processo de qualificação para atender às exigências no MEC concernente à instalação do curso de mestrado em Ciência da Informação na UFES. Sendo assim, espera-se que em breve os egressos tenham oportunidade de dar continuidade à sua formação, em nível de mestrado, no Estado do Espírito Santo.

A carência de produção científica será minimizada se mais profissionais chegarem aos cursos de pós-graduação, e realizarem pesquisas que fomentem as discussões em torno das questões pertinentes à Arquivologia enquanto campo científico. Também as questões relacionadas às necessidades do mercado de trabalho e do preparo dos profissionais para atender a essas demandas, precisam ser contempladas no que tange à formação contínua do profissional.

A pesquisa demonstrou que iniciativas com o objetivo de fomentar o diálogo, entre os arquivistas e a instituição formadora, ainda são efêmeras. Ao mesmo tempo, a pesquisa se constitui em importante subsídio na medida em que sinaliza com o foco das temáticas que podem permear os encontros com o egresso.

Para o reconhecimento do profissional no Espírito Santo cabe o esforço conjunto do curso de Arquivologia da UFES e da AARQUES no sentido de fomentar atividades, divulgá-las e prover oportunidades para que o mercado capixaba identifique o importante papel que o arquivista pode e deve desempenhar na gestão dos arquivos.

Referente ao engajamento do arquivista no mercado de trabalho do Estado do Espírito Santo, percebe-se uma abertura gradual de sua inserção, mesmo sob a constatação de que a profissão precisa ser mais divulgada pelo Departamento de Arquivologia da UFES, pela AARQUES e pelos profissionais em geral.

Entretanto, sem a participação do egresso e a realização de pesquisas que identifiquem as necessidades do profissional no espaço laboral, as ações do Departamento de Arquivologia e da associação de classe podem ser ineficazes, ou estarem aquém do desejado.

A eficácia necessária ao trabalho do arquivista deve passar pelo crivo dos cursos de Arquivologia, das associações de classe, bem como de políticas públicas definidas nessa direção. Importante ressaltar que as implicações decorrentes do tamanho do território nacional, ou da dificuldade em se prover e travar diálogos entre profissionais da área, não podem ser consideradas barreiras intransponíveis. É preciso investir na realização de encontros diversos que propiciem esse diálogo, envolvendo egressos, instituições formadoras e associações de classe.

Há de se registrar que o Departamento de Arquivologia da UFES tem se mobilizado no sentido de realizar a primeira reforma da grade curricular do curso de Arquivologia, atento às demandas do egresso e do mercado de trabalho. As informações colhidas nessa pesquisa contribuirão para que alterações no currículo, com base na vivência do egresso em atividade laboral no Estado do Espírito Santo, consolidem a proposta do novo currículo para o curso de Arquivologia da UFES.

REFERÊNCIAS

- AGUDELO, S. A. M. Formación archivística en América Latina: Una revisión de los perfiles y las competencias. **Revista Interamericana de Biblioteconomía**, Medellín, v. 35, p. 299-309, 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/20075/1/art%205.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- ALBERTO, M. A. A noção de empregabilidade nas políticas de qualificação e educação profissional no Brasil nos anos 1990. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, set./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2013.
- ALHEIT, P.; DAUSIEN, B. Processo de formação ao longo da vida. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 177-197, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a11v32n1.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- ARQUIVOLOGIA: histórico. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Estatuto**. Vitória: 2005.
- BARBOSA, A. L. N. de H.; BARBOSA FILHO, F. de H. **Diferencial de salários entre os setores público e privado no Brasil**: um modelo de escolha endógena. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1713.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- BARBOSA, A. L. N. de H.; BARBOSA FILHO, F. de H.; LIMA, J. R. F. Diferencial de salários e determinantes na escolha de trabalho entre os setores público e privado no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 43, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Solange%20Souza/Downloads/1405-3503-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Solange%20Souza/Downloads/1405-3503-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 29 maio 2014.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- _____. O arquivista na sociedade contemporânea. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- BIBLIOTECONOMIA: histórico. Disponível em: <<http://www.biblioteconomia.ufes.br/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOTTINO, M. A interdisciplinaridade na graduação em Arquivologia. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Orgs). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1999, p. 113-122.

BORGO, I. A. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: UFES, 1995.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 30 set. 2013.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>.

Acesso em: 10 maio 2013.

_____. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 16 dez. 2013.

CHAHAD, J. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em perspectiva**, 2003, p. 205-217. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a21v1734.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 20, de 13 de março de 2002.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Qual é a diferença entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional? Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/duvidas-frequentes/62-pos-graduacao/2376-qual-e-a-diferenca-entre-o-mestrado-academico-e-o-mestrado-profissional>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

COOK, M. Directrices para la preparación de programas de estudio sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del RAMP. París: Unesco, 1982.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

COSTA, A. de S. Produção de conhecimento em arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em ciência da informação. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 433-451.

COSTA, J. V. **A Universidade no seu labirinto**. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J; DUCHARME, C. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: FINATEC, 1999.

CUNHA, M. V. Perfil do profissional da informação frente às novas tecnologias. **ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina, v. 5, n. 5, p. 185-195, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/Solange%20Souza/Downloads/355-1501-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DELORS, J. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília. 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESAFIOS no presente, incerteza no futuro. In: **Anuário**: 200 maiores empresas Espírito Santo, Edição 2012. Vitória: IEL, 2012.

DIAS, I. S. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-78, jan./jun. 2010.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

ESPÍRITO SANTO: anuário 2011. Vitória: A Gazeta, 2011.

ESPÍRITO SANTO: 2030. Plano de desenvolvimento. Vitória: GSA, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Solange%20Souza/Downloads/ES2030%20(1).pdf >. Acesso em: 15 jan. 2014.

FERREIRA, M. E. O pequeno notável. In: **Anuário**: 200 maiores empresas Espírito Santo, Edição 2012. Vitória: IEL, 2012.

FIGUEIREDO, N. M. A. de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano do Sul: Difusão, 2004.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Paradigmas modernos da ciência da informação**. São Paulo: Polis; APB, 1999.

FLORES, D.; PEDRAZZI, F. K.; RODRIGUES, S. R. da S. Impactos da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) e do Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Brasileiras (REUNI) na formação de arquivistas no Brasil. In: MARIZ, A. C. A; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 160-180.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREIRE, L. G. L. Difusão educativa nos arquivos. **Histórica**: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia06/texto06.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

GAK, L. C.; BELLESSE, J. GOMES, P. R. A arquivologia e a educação à distância: reflexões sobre possível cenário. In: MARIZ, A. C. A; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 269-283.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIRALDO LOPERA, M. L. Archivística: fundamentación teórica y tradición formativa. **Revista Interamericana de Biblioteconomía**, v. 32, n. 1, p. 31-45, ene./jun. 2009.

GOHN, M da G. Educação não formal na pedagogia social, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext&tIng=pt>. Acesso em: 27 set. 2013.

GORGULHO, G. Ensino superior garante empregabilidade maior no Brasil que em países da ODCE. Ensino Superior/UNICAMP, Campinas, Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/ensino-superior-garante-empregabilidade-maior-no-brasil-que-em-paises-da-ocde>>. Acesso em: 8 jan. 2-14.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. P. (Org.) **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação superior brasileira**: 1991-2004; Espírito Santo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

JARDIM, J. M. A pesquisa como fator institucionalizante da arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-75.

_____. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALETIM, M. L. P. (Org.) **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a. p. 135-154.

_____. A universidade e o ensino da arquivologia no Brasil. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Orgs). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999. p. 31-52.

_____. Desafios e perspectivas da pós-graduação stricto sensu em arquivologia no Brasil: a proposta de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARIZ, A. C. A; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012b. p. 181-197.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. O perfil do aluno do curso de arquivologia da UFF. In: _____ (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, 1999. p. 123-138.

LANGHI, R.; NARDI, R. Ensino da astronomia no Brasil: educação formal, informal, não formal e divulgação científica. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 4402-4412, out./dez. 2009.

_____. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOPEZ, J. A. O “ser” e o “estar” arquivista no Brasil de hoje: regulamentação e trabalho. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 219-232, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/2041/2337>>. Acesso em: 6 fev. 2014.

LOUREIRO, K. A modernização do Espírito Santo e a ação dos agentes políticos locais. Simpósio Nacional de História, XXIII, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0560.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

MALSCHITZKY, N. A importância da orientação de carreira na empregabilidade. Disponível em: <http://www.ecivaldo.com/IFSP/disciplinas/2012.1/A6SGE/organizacoes_16.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

MALSCHITZKY, N. Empregabilidade e empresabilidade. **FAE Business**, n. 2, jun. 2002. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n2_junho_2002/gestao2_empregabilidade_x_empresabilidade.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. A configuração em arquivologia no Brasil: delineamento dos seus espaços e temáticas. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. (Orgs). **A formação e a pesquisa nas universidades brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 77- 107.

MARTÍN-POZUELO, M. P. El futuro inmediato de la investigación y la formación en archivística: tres decálogos para el debate [2004]. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/673/671>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

_____. Prospectiva archivística: nuevas cuestiones, enfoques y métodos de investigación científica. **Revista Española de Documentación Científica**, n. 33, v. 2, p. 201-224, abr./jun., 2010.

MATTOS, F. A. M. de. Emprego público no Brasil: aspectos históricos, inserção no mercado de trabalho nacional e evolução recente. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1582.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MICHELAN, L. S. et al. **Gestão de egressos em instituições de ensino superior**: possibilidades e potencialidades. Trabalho apresentado no IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www>>.

inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1107.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Avaliação externa de instituições de educação superior**: diretrizes e instrumento. 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B46C0A134-14BE-4DD9-8E8E-4A426BF86CA4%7D_Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Externa%20DAS%20IES%202006.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 2. ed. Brasília: Inep, set. 2004.

MIRANDA, E. M. Ensino superior: novos conceitos em novos contextos. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 5, n. 8, p. 161-182, 2007.

NOÉ, A. Antroposmoderno: a relação educação e sociedade. **Revista Avaliação**. Campinas: UNICAMP. v. 5, n. 3, set. 2000. Disponível em: <http://antroposmoderno.com/antro-version-imprimir.php?id_articulo=243>. Acesso em: 19 dez. 2013.

OLIVEIRA, E. B. de. O ensino superior de arquivologia no Brasil. **Cenário Arquivístico**. Brasília, 2003, v. 2, n. 2, p. 48-51, jul./dez. 2003.

PAIVA, M. A. M.; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. O perfil dos alunos do curso de graduação em arquivologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. (orgs.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile; AAERJ, 2012. p. 251-268.

PLANO estadual de educação profissional do estado do Espírito Santo 2010. Secretaria da Educação; Subsecretaria da Educação Básica e Profissional; Gerência de Educação Profissional (Org.). Vitória: SEDU, 2009.

PORTARIA nº 47, de 17 de outubro de 1995. Disponível em: <<http://www.foprof.org.br/documentos/portaria-no-47-17-outubro-1995.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 1995.

PROJETO Pedagógico do Curso de Graduação em Arquivologia. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 58/2007**. Vitória, 2007. Anexos, p. 230-258.

PROJETO pedagógico do curso de graduação em arquivologia /UFES. Vitória, 2004.

PROJETO Político Pedagógico. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/prograd/cursos/ARQUIVOLOGIA/APRESENTAcao.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

RIBEIRO, F. **O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação**. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C.; PENNA, E. F. **Introdução à arquivologia**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

RODRIGUES, G. M.; MARQUES, A. A. da C. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Estudos**, v. 2, n. 3, p. 75-92, mar. 2005.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, A. B. M. da. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

SISTEMA FINDES. A casa da indústria capixaba. In: **Anuário: 200 maiores empresas Espírito Santo**, Edição 2012. Vitória: IEL, 2012.

SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, P. H. G. F; MEDEIROS, M. Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda per capita no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 43, n. 1, p. 5-28. São Paulo, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612013000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 maio 2014.

SOUZA, S. M. de; COSTA, R. da P. F. da. Ensino e pesquisa em arquivologia: perfil dos alunos iniciantes no curso de arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A (Orgs.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; AAERJ, 2012.

SZLEJCHER, A. Investigación y formación archivística: los nuevos desafíos. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. (Orgs.). **A formação e a pesquisa nas universidades brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 17-52.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**, Jomtien, 1990. Brasília: UNESCO, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Sobre a UFES**. Disponível em: <<http://portal.ufes.br/como-funciona-ufes>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos egressos

Prezado Arquivista,

Estou desenvolvendo a pesquisa *Perfil do Profissional Egresso do Curso de Arquivologia da UFES* no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.

Sua colaboração é imprescindível à realização satisfatória da pesquisa e, para tanto, gostaria de convidá-lo a responder o questionário a seguir. Serão necessários aproximadamente 5 minutos para concluí-lo.

Vale destacar que os profissionais que participarem da pesquisa não serão identificados ou associados às respostas colhidas neste instrumento.

Em caso de dúvida não hesite em contatar: solange_mdes@yahoo.com / 9843-9024.

Grata pela sua colaboração

Solange M. de Souza

QUESTIONÁRIO

Dados pessoais					
1. Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					
2. Idade:					
<input type="checkbox"/> 20 a 25	<input type="checkbox"/> 26 a 30	<input type="checkbox"/> 31 a 35	<input type="checkbox"/> 36 a 40	<input type="checkbox"/> 41 a 45	<input type="checkbox"/> + de 46
3. Município de Residência:					
<input type="checkbox"/> Vitória	<input type="checkbox"/> Serra	<input type="checkbox"/> Viana			
<input type="checkbox"/> Vila Velha	<input type="checkbox"/> Cariacica	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____			
4. Ano do início do curso:					
<input type="checkbox"/> 2000	<input type="checkbox"/> 2002	<input type="checkbox"/> 2004	<input type="checkbox"/> 2006	<input type="checkbox"/> 2008	
<input type="checkbox"/> 2001	<input type="checkbox"/> 2003	<input type="checkbox"/> 2005	<input type="checkbox"/> 2007	<input type="checkbox"/> 2009	
5. Ano da conclusão do curso:					
<input type="checkbox"/> 2003	<input type="checkbox"/> 2005	<input type="checkbox"/> 2007	<input type="checkbox"/> 2009	<input type="checkbox"/> 2011	
<input type="checkbox"/> 2004	<input type="checkbox"/> 2006	<input type="checkbox"/> 2008	<input type="checkbox"/> 2010	<input type="checkbox"/> 2012	
6. Você está trabalhando na área arquivística?					
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Se você <u>não</u> está atuando na área arquivística, por favor, explicito o motivo.					
<div style="border: 1px solid black; height: 40px; width: 100%;"></div>					
Agradecemos sua importante colaboração.					
<i>Obs: O restante do questionário estará disponível apenas para os egressos que responderam SIM à pergunta de número seis (6).</i>					

Campo de atuação		
7. Município de localização da instituição em que trabalha atualmente:		
<input type="checkbox"/> Vitória	<input type="checkbox"/> Viana	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Vila Velha	<input type="checkbox"/> Guarapari	
<input type="checkbox"/> Serra	<input type="checkbox"/> Cariacica	
8. Tipologia da instituição em que você atua:		
<input type="checkbox"/> Pública	<input type="checkbox"/> Privada	
9. Designação do setor em que você atua:		
<input type="checkbox"/> Arquivo	<input type="checkbox"/> Biblioteca	
<input type="checkbox"/> Centro de Documentação	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____	
10. Área da instituição a que se liga o setor em que atua:		
<input type="checkbox"/> Direção Geral	<input type="checkbox"/> Recursos Humanos	
<input type="checkbox"/> Gerência Administrativa	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____	
11. Você já trabalhou, na área da Arquivologia, em quantas empresas antes da atual?		
<input type="checkbox"/> 1 empresa	<input type="checkbox"/> 3 empresas	<input type="checkbox"/> 5 empresas
<input type="checkbox"/> 2 empresas	<input type="checkbox"/> 4 empresas	<input type="checkbox"/> mais de 5 empresas
A carreira profissional do arquivista egresso da UFES		
12. Quanto ao seu vínculo empregatício:		
<input type="checkbox"/> CLT	<input type="checkbox"/> RJU	<input type="checkbox"/> Autônomo (prestador de serviço)
13. Denominação do cargo que você ocupa na atual empresa:		
<input type="checkbox"/> Chefe	<input type="checkbox"/> Coordenador	<input type="checkbox"/> Professor Universitário
<input type="checkbox"/> Gerente	<input type="checkbox"/> Técnico Administrativo	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
14. Carga horária diária de trabalho:		
<input type="checkbox"/> 4 horas	<input type="checkbox"/> 6 horas	<input type="checkbox"/> 8 horas
<input type="checkbox"/> Outro. Qual? ____ horas p/ dia		
15. Forma de ingresso no emprego atual		
<input type="checkbox"/> Concurso Público	<input type="checkbox"/> Processo seletivo	<input type="checkbox"/> Contato Direto com o Empregador
<input type="checkbox"/> Indicação/Convite	<input type="checkbox"/> Distribuição de Currículo	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
16. Tempo de serviço na atual organização em que está trabalhando		
<input type="checkbox"/> menos de 2 anos	<input type="checkbox"/> 2 a 4 anos	<input type="checkbox"/> 5 a 7 anos
<input type="checkbox"/> 8 a 10 anos		
Formação continuada		
17. Realizou treinamento ou curso de curta duração, após a graduação, nos últimos dois anos?		
<input type="checkbox"/> Sim.	<input type="checkbox"/> Não.	
18. Dentre as funções arquivísticas, assinale aquela(s) que você sente necessidade de aprofundar conhecimentos?		
<input type="checkbox"/> Avaliação	<input type="checkbox"/> Conservação	<input type="checkbox"/> Descrição
<input type="checkbox"/> Classificação	<input type="checkbox"/> Difusão	<input type="checkbox"/> Outra sugestão. _____
<input type="checkbox"/> Acesso		
19. Possui outra graduação além de Arquivologia?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
20. Se a sua resposta foi Sim na pergunta anterior, indique a(s) outra(s) graduação e o ano de conclusão da(s) mesma(s):		
<div style="border: 1px solid black; width: 100%; height: 20px; margin: 5px 0;"></div>		

21. Você pretende realizar outra graduação? () Sim () Não		
22. Se você <u>já concluiu</u> curso de pós-graduação indique o(s) nível(is):		
() Especialização	() Mestrado	() Doutorado
23. Se você <u>está cursando</u> uma pós-graduação indique o nível:		
() Especialização	() Mestrado	() Doutorado
24. Se você JÁ CONCLUIU ou ESTÁ CURSANDO um curso de pós-graduação, indique a área do conhecimento:		
() Administração	() Ciências Sociais	() Outra:
() Arquivologia	() Educação	<input type="text"/>
() Ciência da Informação	() História	
25. Se você PRETENDE INICIAR um curso de pós-graduação, indique a área do conhecimento de seu interesse?		
() Administração	() Ciências Sociais	() Outra:
() Arquivologia	() Educação	<input type="text"/>
() Ciência da Informação	() História	
Satisfação do arquivista com sua profissão		
26. Em relação ao salário, sinalize o seu rendimento mensal:		
() até 2 mil reais	() entre 4 e 6 mil reais	() entre 8 e 10 mil reais
() entre 2 e 4 mil reais	() entre 6 e 8 mil reais	() acima de 10 mil reais
27. Grau de satisfação com o seu salário atual:		
() Muito satisfeito	() Satisfeito	() Insatisfeito
28. Em relação ao espaço físico de seu local de trabalho, você está:		
() Muito satisfeito	() Satisfeito	() Insatisfeito
29. Quanto à oportunidade oferecida pelo empregador para participação de eventos (congressos, encontros, seminários etc.) na área arquivística, você está:		
() Muito satisfeito	() Satisfeito	() Insatisfeito
30. Quanto à oportunidade de levar para a prática os conhecimentos adquiridos na graduação em Arquivologia você está:		
() Muito satisfeito	() Satisfeito	() Insatisfeito
31. Assinale <u>apenas 2</u> (dois) itens que você considera fundamentais ao perfil do arquivista:		
() Ser conhecedor de produtos e serviços da instituição		
() Ser conhecedor das necessidades dos usuários do arquivo		
() Ser conhecedor das tecnologias de informação		
() Ser conhecedor do negócio da instituição		
() Interagir com outros profissionais		
() Ter facilidade para absorver mudanças na organização em que atua		
() Ter determinação para buscar novos conhecimentos na área arquivística		
() Ser capaz de formular e expressar claramente suas ideias		
() Ser competente para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informações registradas		
() Outro: <input type="text"/>		
32. Registre alguma informação que considerar relevante para a pesquisa. Se desejar registre seu e-mail. Teremos prazer em divulgar os resultados da pesquisa.		
<input type="text"/>		

ANEXO A – Grade curricular do Curso de Arquivologia da UFES

	<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA COLEGIADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário – Goiabeiras 29075-910 – Vitória – ES – Tel.: (27) 3335-7706 Fax: 3335-2754</p>
--	---

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

EMENTAS

1º PERÍODO

Introdução à Arquivologia (ARV 04359) Obrigatória
 Carga Horária: 60 h Créditos: 4 Período: 1 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Conceitos Gerais: Arquivo e Arquivologia – objeto, campo de atuação. Classificação e tipos de arquivos; História da Arquivologia. Profissão do Arquivista: legislação básica. Noções de Ética Arquivística. Ciências da Informação. Áreas afins da Arquivologia.

Introdução à Administração (ADM 01731) Obrigatória
 Carga Horária: 60 h Créditos: 4 Período: 1 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Fundamentos de Administração, origens e evolução do modo de produção asiático às sociedades contemporâneas. Administração Científica. A Escola de Relações Humanas. Estruturalismo: administração e burocracia. Enfoque sistêmico: os sistemas abertos na sociedade contemporânea. A informação como fator de resolução das organizações.

História e Memória (HIS 04363) Obrigatória
 Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 1 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: História: definições e paradoxos. História da História. Saber e poder: a objetividade no conhecimento do passado. O ofício do historiador. Memória étnica. Memória: oralidade e escrita. Memória como valor nacional. Tradições, memória e história.

Instituições de Direito Público e Privado (DIR 00293) Obrigatória
 Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 1 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Direito: fundamentos e definições. Divisão Geral do Direito. A superestrutura jurídica. Legalidade e Legitimidade. Pessoa natural e jurídica. Os fatos e os atos jurídicos. Direito das coisas. Direito das obrigações. Direito Administrativo. Direito Constitucional.

Tecnologia da Informação I (ARV 04360) Obrigatória

Carga Horária: 60 h Créditos: 3 Período: 1 (T = 30 – E = 0 – L = 30)

Ementa: Terminologia básica, arquitetura de computadores, sistemas operacionais, arquivos e banco de dados. Programas de apoio, aplicativos. Noções básicas de redes e comunicação de dados.

Tópicos Especiais de Arquivologia I (ARV 04362) Obrigatória

Carga horária: 30 h Créditos: 2 Período: 1 (T = 30 – E = 0 – L = 0)

Ementa: Variável

Conhecimento e Linguagem (ARV 04361) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 1 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: As condições de produção de informação na sociedade contemporânea. O estatuto da informação como insumo social, político, econômico, cultural e tecnológico da sociedade do conhecimento. A informação vista como bem econômico no mundo capitalista.

2º PERÍODO**Gestão de Documentos I (ARV 04415) Obrigatória**

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 2 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito: Introdução à Arquivologia

Ementa: Estudo da gestão: conceitos, importância, evolução. Classificação de documentos e tipologia documental. Suportes físicos da informação.

Representação Temática I (ARV 03892) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 2 (T = 15 – E – 45 – L = 0)

Pré-requisito: Introdução à Arquivologia

Ementa: Sistemas de armazenamento e recuperação de informação. Documento de arquivo. Resumo e indexação: tipologia. Linguagem natural versus linguagem documentária. Análise do texto. Extração de palavras-chaves: recuperação e hierarquização do conteúdo semântico do documento. Instrumentos de recuperação manuais e/ou automáticos.

Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Aplicados à Gestão de Documentos (ARV 04416) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 3 Período: 2 (T = 45 – E = 0 – L = 15)

Pré-requisito: Introdução à Tecnologia da Informação I

Ementa: Introdução a Banco de Dados. Estrutura de Dados. SGBD aplicado à Gestão de Documentos

Gestão Organizacional (ADM 04417) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 2 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito: Introdução à Administração

Ementa: A lógica do processo produtivo. O negócio da empresa. Modelos de gestão e estratégia organizacionais. A cultura organizacional como 1 (um) dos fatores determinantes do processo produtivo. O capital intelectual: recurso para o gerenciamento organizacional. O sistema de informação no atendimento aos negócios: gerenciamento da informação.

Introdução à Filosofia (FIL 00428) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 2 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Aproximação à Filosofia. As correntes filosóficas contemporâneas. Filosofia e Educação. Antropologia e Filosofia. Filosofia e História. Filosofia e Ciências.

3º PERÍODO

Gestão de Documentos II (ARV 04425) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 3 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito: Gestão de Documentos I

Ementa: Ciclo vital dos documentos. Atividades de Registros. Planos de Classificação.

Métodos de Arquivamento.

Avaliação de Documentos (ARV 04426) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 3 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito: Gestão de Documentos I

Ementa: Conceitos e considerações. Valoração dos documentos. Instrumentos de destinação.

Tecnologia da Informação II (ARV 04427) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 3 Período: 3 (T = 45 – E = 0 – L = 15)

Pré-requisito: SGBD Aplicado à Gestão de Documentos

Ementa: O tratamento estruturado da informação. A convenção de suportes. A comunicação entre computadores. A Internet. A computação colaborativa. Os sistemas de informação.

Organização & Métodos (ADM 01815) Obrigatória

Carga Horária: 60 h Créditos: 4 Período: 3 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: A função O & M administrativa. Visão sistêmica de projetos. Tipos de estruturas organizacionais. Funcionograma, fluxograma: tipos de simbologia. Racionalização dos fluxos de informação. Elaboração de normas e procedimentos administrativos: o problema de comunicação na empresa; o desenvolvimento de um sistema de comunicações normativas.

Legislação sobre Guarda de Documentos (ARV 04428) Obrigatória

Carga Horária: 60 h Créditos: 4 Período: 3 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito: Gestão de Documentos I

Ementa: Prazos prescricionais e decadência de documentos.

4º PERÍODO

Preservação em Unidades de Informação (ARV 03903) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 3 Período: 4 (T = 45 – E = 0 – L = 15)

Pré-requisito:

Ementa: Conceitos básicos. Planejamento de edifícios para arquivos. Meio-ambiente. Armazenagem e segurança. Reformatação para preservação.

Arranjo e Descrição de Documentos (ARV 04429) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 4 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito: Gestão de Documentos II; Avaliação de Documentos

Ementa: Organização física e lógica dos documentos de arquivo. Instrumentos de descrição.

5º PERÍODO

Estágio Supervisionado I (ARV 04430) Obrigatória

Carga horária: 120 h Créditos: 4 Período: 5 (T = 0 – E = 0 – L = 120)

Pré-requisito: Arranjo e Descrição de Documentos, Preservação em Unidade de Informação

Ementa: Prática em gestão de documentos.

Mediação e Acesso à Informação Arquivística (ARV 04431) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 4 Período: 5 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito: Arranjo e Descrição de Documentos

Ementa: A mediação e o acesso em arquivos correntes, intermediários e permanentes. Ação cultural em arquivos. Legislação sobre acesso e sigilo. Desclassificação. A Ética Arquivística. Marketing em Arquivos.

6º PERÍODO

Projeto em Organização de Arquivos (ARV 04432) Obrigatória

Carga horária: 60 h Créditos: 2 Período: 6 (T = 15 – E = 45 – L = 0)

Pré-requisito: Arranjo e Descrição de Documentos

Ementa: Planejamento: noções e importâncias. Projeto: estrutura, características, etapas.

7º PERÍODO

Trabalho de Conclusão de Curso (ARV 04433) Obrigatória

Carga horária: 180 h Créditos: 7 Período: 7 (T = 15 – E = 0 – L = 165)

Pré-requisito: Projeto em Organização de Arquivos

Ementa: Realização e defesa de trabalho monográfico sobre tema de Arquivologia



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA
 Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário – Goiabeiras
 29075-910 – Vitória – ES – Tel.: (27) 3335-7706 Fax: 3335-2754

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA

DISCIPLINAS OPTATIVAS

EMENTAS

BLOCO A

Comunicação e Linguagem (ARV 04418)

Carga horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 2 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: A natureza da linguagem verbal. Teoria do Signo. Linguagem visual. Teoria da Linguagem. Semiótica.

Estatística Aplicada (STA 04449)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 4 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito

Ementa: Estatística descritiva com utilização de pacotes estatísticos

Estudos de Público da Informação (ARV 04452)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 5 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Indivíduo e seu ambiente sócio-cultural. Informação e construção de cidadania. Estudos dos elementos psicossociais do grande público da cultura. Marketing Cultural.

História do Brasil (HIS 01783)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 5 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Formação social e política do Brasil, o modelo primário exportador, a sociedade civil e o Estado brasileiro até 1930. A crise do setor agroexportador e a Revolução de 30. A industrialização e o Estado Novo. A sociedade civil e o Estado na democracia populista. A internacionalização da economia, a aceleração do processo de urbanização e as contradições urbanas sob a vigência do regime militar após 64. A transição democrática, as perspectivas atuais e futuras da sociedade brasileira.

História Econômica e Social do Espírito Santo (HIS 01596)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 7 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: A chegada dos portugueses na capitania. Os indígenas. O pau-brasil e o açúcar. A influência dos cristãos novos. Os primeiros escravos. As minas do Castelo e seu fracasso operacional. As vilas do litoral. Introdução do café. O braço escravo e a imigração européia. A urbanização. A industrialização do Espírito Santo: perfil.

Lógica (FIL 04448)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 3 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito

Ementa: Lógica e linguagem. Significado e definição

Métodos e Técnicas de Pesquisa (ARV 03902)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 3 Período: 2 (T = 45 – E = 0 – L = 15)

Pré-requisito:

Ementa: Métodos e técnica de pesquisa científica. Quantificação de dados e procedimentos estatísticos como base do método científico. O processo de pesquisa: análise, interpretação e apresentação dos dados. Normalização Bibliográfica.

Prática de Arquivos I (ARV 04444)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 1 Período: 6 (T = 0 – E = 0 – L = 30)

Pré-requisito:

Ementa: Prática em arquivo especializado

Prática de Arquivos II (ARV 04445)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 1 Período: 6 (T = 0 – E = 0 – L = 30)

Pré-requisito:

Ementa: Prática em arquivos especializados.

TOTAL DE CARGA HORÁRIA MÍNIMA A SER CUMPRIDA: 330 HORAS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário – Goiabeiras
29075-910 – Vitória – ES – Tel.: (27) 3335-7706 Fax: 3335-2754

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA

DISCIPLINAS OPTATIVAS

EMENTAS

BLOCO B

Comportamento Organizacional (ADM 02158)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 6 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Campo da Psicologia Social na Organização. Personalidade, percepção e cultura.

Motivação: as teorias, a satisfação e o bloqueio dos motivos. Liderança: os enfoques e as técnicas. Diagnóstico do ambiente: avaliação das variáveis e conclusões. As contribuições da Psicologia Organizacional.

Elementos de Contabilidade para Arquivologia (CON 04451)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 5 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Contabilidade: história, objeto, objetivos e metodologias: Sistemas e Informações Contábeis; Livros contábeis, fiscais, trabalhistas e societários; Relatórios, Produtos e Registros contábeis-aspectos legais gerenciais e temporais; Documentação Trabalhista, Previdenciária e Tributária.

Estudos de Usuários (ARV 03906)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 3 Período: 6 (T = 45 – E = 15 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Estudo de comunidade. Usuários e não usuários: conceituação. Tipos de estudos de usuários. Treinamento de usuários. O problema metodológico dos estudos de usuários.

Fundamentos de Administração Pública (ADM 03816)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 3 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa; a contextualização da Administração Pública; os níveis analíticos e sua articulação.

A racionalidade que orienta a Administração Pública. A burocracia nas perspectivas Marxista e Weberiana. Antecedentes históricos da Administração Pública Brasileira: do Estado Patrimonial ao Estado Oligárquico. O autoritarismo e a transição para a Democracia. As questões de modernização do Estado no Brasil: as perspectivas atuais.

Fundamentos de Mercadologia (ADM 02175)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 4 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Mercadologia: o nascimento, conceitos e definições. Teoria do comportamento do consumidor. As variáveis controláveis e incontroláveis. O Plano de Marketing. A organização de marketing. Pesquisa mercadológica.

Paleografia e Diplomática (HIS 04455)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 7 (T = 30 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Paleografia: Conceituação e ciências afins. Evolução de materiais e instrumentos de escrever. Sistemas de escrita, abreviaturas usuais e especiais. Análise e transcrição de documentos. Diplomática: noções, aplicabilidade aos arquivos. O documento e suas partes: protocolo, texto, e escatocolo. Modos de tradição dos documentos: original, cópias e categorias intermediárias. Tipologia documental.

Prática em Arquivos III (ARV 04446)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 1 Período: 7 (T = 0 – E = 0 – L = 30)

Pré-requisito:

Ementa: Prática em arquivos especializados

Prática em Arquivos IV (ARV 04447)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 1 Período: 7 (T = 0 – E = 0 = L = 30)

Pré-requisito:

Ementa: Prática em arquivos especializados

Reprografia (ARV 004450)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 3 Período: 4 (T = 30 – E = 0 – L = 30)

Pré-requisito:

Ementa: Reprografia: conceito, terminologia, vantagens e problemas de reprodução de documentos. Sistemas de reprodução. Processos reprográficos.

Restauração de Documentos (ARV 04454)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 1 Período: 6 (T = 0 – E = 0 = L = 30)

Pré-requisito:

Ementa: Diagnóstico das condições do documento. A preparação e as técnicas de restauração

TOTAL DE CARGA HORÁRIA MÍNIMA A SER CUMPRIDA: 330 HORAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA
 Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário – Goiabeiras
 29075-910 – Vitória – ES – Tel.: (27) 3335-7706 Fax: 3335-2754

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA
DISCIPLINAS OPTATIVAS

EMENTA
BLOCO C

Ação Cultural (ARV 03898)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 6 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Fundamentos teóricos e metodológicos. Modelos filantrópicos, tecnocráticos e participativos. As relações de mediação cultural: o contexto institucional e o agente cultural.

Arquivologia em Textos de Língua Estrangeira (ARV 04453)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 4 Período: 5 (T = 60 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Leitura e interpretação de textos de Arquivologia em língua estrangeira.

Tecnologia da Informação III (ARV 04435)

Carga Horária: 60 horas Créditos: 3 Período: 4 (T = 30 – E = 0 – L = 30)

Pré-requisito: Tecnologia de Informação I

Ementa: Documentos eletrônicos. Diplomática digital. Criptografia de dados. Compactação de bases de dados. Protocolo informatizado.

Tópicos Especiais em Arquivologia II (ARV 04436)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 2 (T = 30 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

Tópicos Especiais em Arquivologia III (ARV 04437)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 3 (T = 30 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

Tópicos Especiais em Arquivologia IV (ARV 04438)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 4 (T = 30 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

Tópicos Especiais em Arquivologia V (ARV 04439)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 5 (T = 30 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

Tópicos Especiais em Arquivologia VI (ARV 04440)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 5 T = 30 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

Tópicos Especiais em Arquivologia VII (ARV 04441)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 6 (T = 30 – E = 0 – L = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

Tópicos Especiais em Arquivologia VIII (ARV 04442)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 7 (T = 30 – E = 0 = T = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

Tópicos Especiais em Arquivologia IX (ARV 04443)

Carga Horária: 30 horas Créditos: 2 Período: 7 (T = 30 – E = 0 – T = 0)

Pré-requisito:

Ementa: Variável

TOTAL DE CARGA HORÁRIA A SER CUMPRIDA: 210 HORAS

QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA		
CARGA HORÁRIA PARA MATRÍCULA	MÁXIMA	450 HORAS
	MÍNIMA	30 HORAS
CARGA HORÁRIA PARA GRADUAÇÃO	MÍNIMA	2400 HORAS
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	-	1530 HORAS
CARGA HORÁRIA OPTATIVA		